FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Núcleo de Ciências e Tecnologia

Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

ZILENE SANTANA SILVA RABÊLO

UMA HISTÓRIA A SER CONTADA: A participação dos Assistentes Sociais no desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Porto Velho (RO)

2009

ZILENE SANTANA SILVA RABÊLO

UMA HISTÓRIA A SER CONTADA: A participação dos Assistentes Sociais no desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, área de concentração em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof. Dra. Wilma Suely Batista Pereira

Porto Velho (RO)
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

R114h

Rabelo, Zilene Santana Silva.

Uma história a ser contada: a participação dos assistentes sociais no desenvolvimento do Estado de Rondônia. / Zilene Santana Silva Rabelo. Porto Velho, Rondônia, 2009.

158f.: il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) Universidade Federal de Rondônia / UNIR, Porto Velho, Rondônia, 2009.

Orientadora: Prof. Drª. Wilma Suely Batista Pereira

1. Rondônia – desenvolvimento 2. Serviço social – desenvolvimento 3. Sustentabilidade social I. Pereira, Wilma Suely Batista. II. Título.

CDU: 316.42/.43

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Ozelina Saldanha CRB11/947
Biblioteca Central Prof. Roberto Duarte Pires / UNIR

ZILENE SANTANA SILVA RABELO

UMA HISTÓRIA A SER CONTADA: A participação dos Assistentes Sociais no desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado defendida por Zilene Santana Silva Rabelo e aprovada pela Comissão examinadora em 28 de Agosto de 2009**.**

Prof. Dra. Wilma Suely Batista Pereira
Orientadora

Prof. Dra. Lílian Maria Moser

Prof. Dra. Walterlina Barboza Brasil

Porto Velho, RO
Agosto/2009.

Dedico este trabalho a

Meu filho, Nando, preciosidade da minha vida.

Meu marido Fernando, companheiro de caminhada na vida, pelo amor, carinho e incentivo ao longo desta trajetória.

AGRADECIMENTOS

A DEUS que me protege e me ilumina sempre.

Ao meu filho Nando que entendeu de seu jeito dócil de criança os muitos momentos de ausência nas suas atividades, durante o período de realização deste estudo.

Ao meu companheiro de projeto de vida Fernando, agradeço por acreditar em minhas potencialidades e pel o apoio incondicional em toda a pesquisa.

A minha família, que sempre mostrou orgulho pelas minhas conquistas, inclusive aos meus pais (*in memorian*) pela formação para a vida que me deixaram e que complementam a minha formação acadêmica.

À minha orientadora Prof. Dra. Wilma Suely Batista Pereira pela disponibilidade e paciência na indicação do caminho a ser descoberto para aumentar o meu conhecimento.

Aos membros da banca Prof. Dra. Lílian Maria Moser e Prof. Dra. Walterlina barboza Brasil, por participarem e opinarem neste trabalho dando suas honrosas contribuições.

Às colegas, Assistentes Sociais de Rondônia, companheiras de luta pela emancipação humana, pela disponibilidade em atender ao nosso chamado de participar desta pesquisa, com contribuições essenciais ao estudo.

Aos amigos, que estiveram sempre presentes, e que encontraram palavras ou alguma outra forma de dar-me apoio e estímulo durante o tempo de realização deste estudo.

Aos professores e colegas do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, pelas experiências compartilhadas e o prazeroso convívio durante este período de minha vida.

Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.

José Saramago

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO..... 13

CAPÍTULO I – CARACTERIZAÇÃO DO NOSSO ESTUDO E ASPECTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS 20

CAPÍTULO II – A SUSTENTABILIDADE SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 34

CAPÍTULO III – INTERFACES DO SERVIÇO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 43

CAPÍTULO IV – MODELOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO IMPLANTADOS NA AMAZÔNIA E IMPACTOS EM RONDÔNIA 55

CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....68

1 – O SERVIÇO SOCIAL DE RONDÔNIA NO CONTEXTO ATUAL **69**
1.1 – A organização do Serviço Social nas Unidades Estaduais de Saúde.....**70**
1.2 – Perfil das Assistentes Sociais da Saúde do Estado de Rondônia.....**72**
1.3 – Categorias de Análise **81**
1.3.1 – Conhecimento ético-político da profissão **81**
1.3.2 – Trabalho realizado pelas Assistentes Sociais.....**87**
1.3.3 – Relação do trabalho da Assistente Social com o desenvolvimento sustentável..**95**

2 – O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DO ANTIGO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA **99**

3 - O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÃO DE RONDÔNIA DE TERRITÓRIO FEDERAL EM ESTADO DA FEDERAÇÃO.....**112**

4 – ÀS POSSÍVEIS CONSEQÜENCIAS FUTURAS.....**133**

CONSIDERAÇÕES FINAIS 136

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 142

APÊNDICES 150

ANEXOS 156

RESUMO

O estudo teve como objetivo analisar a contribuição do Serviço Social para o desenvolvimento do Estado de Rondônia e sua inserção na discussão do desenvolvimento sustentável na dimensão da sustentabilidade social, considerando que o modelo de desenvolvimento é a tônica das políticas públicas. Para o alcance do objetivo o estudo teve como objetivos específicos: 1 - Conhecer o perfil das Assistentes Sociais no contexto atual, especificamente da política de saúde; 2 – Fazer a reconstituição histórica do Serviço Social em Rondônia; 3 – Delinear a relação do trabalho do Assistente Social com o desenvolvimento sustentável. Considerando que a prática profissional dos Assistentes Sociais e sua inserção no modo de produção capitalista são eventos sociais, o estudo foi desenvolvido com abordagem qualitativa, descritiva do tipo exploratória. A análise dos dados qualitativos foi realizada através da análise de conteúdo e a análise dos dados quantitativos por meio de tratamento estatístico. Procurou-se verificar como estavam inseridos os Assistentes Sociais em três momentos de desenvolvimento do Estado que foram denominados cenários e delimitados por importantes fatos históricos. O primeiro cenário delimitado a partir dos primeiros esforços nacionais de colonização do Território Federal de Rondônia. O segundo cenário configurado a partir da transformação do Território de Rondônia em Estado da Federação e o terceiro cenário que é o contexto atual, em que o Estado experimenta novamente intenso processo de crescimento. Evidenciou-se que no primeiro cenário do estudo o Assistente Social foi demandado como agente integrador e seu trabalho foi de grande importância para a adaptação dos migrantes e a organização destes na busca do crescimento das comunidades locais. No segundo cenário o grande contingente de Assistentes Sociais foi inserido no principal projeto de desenvolvimento do Estado, onde trabalharam com o método de desenvolvimento de comunidades, tendo como contribuição para o desenvolvimento do Estado, a criação e fortalecimento de diversas formas organizativas da comunidade, ou em associações comunitárias ou em cooperativas ou em sindicatos, etc. Evidenciou-se outra importante contribuição do Serviço Social para o desenvolvimento social do Estado que foi a construção da cidadania, através da disseminação massiva junto às populações dos direitos garantidos constitucionalmente. No contexto atual, com referência à relação do trabalho profissional com o desenvolvimento sustentável, constatou-se que as Assistentes Sociais se identificam como um dos atores do desenvolvimento, na busca da justiça social, que é um dos pilares do desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chaves: Rondônia e Desenvolvimento. Serviço Social e Desenvolvimento. Sustentabilidade Social.

ABSTRACT

The study aimed to analyze the contribution of the Social Services Development of the State of Rondonia and its insertion in the discussion of sustainable development in the social dimension of sustainability, whereas the model of development is the main issue of public policy. To achieve the objective the study had the following objectives: 1 - To know the profile of Social Workers in the current context, specifically in health policy; 2 - Making a historical reconstruction of Social Work, Rondônia; 3 - Outline the relationship of the work of Social Worker with sustainable development. Whereas the practice of Social Workers and their integration into the capitalist mode of production are social events, the study was conducted with a qualitative, descriptive exploratory. Data analysis was performed using qualitative content analysis and analysis of quantitative data through statistical analysis. Tried to verify how they were placed social workers in three stages of development of the scenarios that were named and defined by major historical events. The first scenario defined from the first national efforts of colonization of the Federal Territory of Rondonia. The second scenario set by the transformation of the Territory of Rondonia State in the Federation and the third scenario is the current context, where the State tries again intense process of growth. It was evident that the first stage of the study, the Social Worker was sued as an integrator and his work was of great importance for the adaptation of migrants and their organization in the pursuit of growth of local communities. In the second scenario the large contingent of social workers was inserted into the main development project of the state, where they worked with the method of community development, having contributed to the development of the state, the creation and strengthening of various organizational forms of community or community associations or cooperatives or trade unions, etc.. It was found another important contribution of the Social Service for the social development of the State which was the construction of citizenship through the massive deployment in the populations of constitutionally guaranteed rights. In the current context, with reference to the relationship of professional work with sustainable development, it was found that social workers identify themselves as one of the actors of development in the pursuit of social justice, which is one of the pillars of sustainable development.

Keywords: Rondonia and Development. Social Services and Development. Social Sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Plano Diretor de Regionalização – PDR 23
Quadro 1– Lotação dos Assistentes Sociais da SESAU/RO 25
Quadro 2 – Ações/atividades desenvolvidas pelos entrevistados.....93
Quadro 3 - Programas Integrados de Colonização – PICs 105
Quadro 4 - Programas de Assentamento Dirigido – PADs 106
Foto 1 – Assistentes Sociais em atividade acadêmica de extensão. Chapadinha/MA, 1982 100
Foto2 – Assistente Social se dirigindo ao trabalho em comunidade rural. Porto Velho/RO, 1977 104
Foto 3 – Assistente Social apresentando trabalho com Menores. Porto Velho/RO 1976.....109
Fotos 4 e 5 – Assistentes Sociais em curso de planejamento e pesquisa em Serviço Social. Porto Velho/RO, 1984 111
Foto 6 – Seminário “O novo Código de Ética do Assistente Social”. Porto Velho/RO, 1996 125

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Identificação das unidades/profissionais participantes da pesquisa 57
Gráfico 1 – Faixa Etária das Assistentes Sociais da Saúde/RO 73
Gráfico 2 – Situação conjugal das Assistentes Sociais da Saúde/RO.....73
Gráfico 3 – Número de Filhos das Assistentes Sociais da Saúde/RO 74
Gráfico 4 – Religião das Assistentes Sociais da Saúde/RO.....75
Gráfico 5 – Ano de formação das Assistentes Sociais da Saúde/RO.....75
Gráfico 6 – Instituição de formação das Assistentes Sociais da Saúde/RO.....76
Gráfico 7 – Pós-graduações das Assistentes Sociais da Saúde/RO.....77
Gráfico 8 - Tempo de serviço das Assistentes Sociais da Saúde/RO.....77
Gráfico 9 – Faixa salarial das Assistentes Sociais da Saúde/RO.....78
Gráfico 10 – Outros empregos/atividades das Assistentes Sociais da Saúde/RO.....79
Gráfico 11 – Participação em atividades políticas das Assistentes Sociais da Saúde/RO 80

INTRODUÇÃO

Em Rondônia a nossa pesquisa se insere no contexto da discussão sobre o tipo de desenvolvimento implementado, acompanhando a grande discussão oficial sobre o conceito de sustentabilidade. Os Assistentes Sociais acompanham essa trajetória em Rondônia em que o modelo de desenvolvimento é a tônica das políticas públicas e pretendemos aqui desvelar as contribuições desses profissionais nesse processo através da análise de cenários: do presente, a partir do passado, às possíveis conseqüências futuras.

Sabemos que nas últimas décadas, o desenvolvimento sustentável em suas várias dimensões, vem sendo discutido mais enfaticamente a partir de uma série de problemas mundiais, nos quais se destacam: a desordem econômica, a explosão demográfica e a saturação do meio ambiente. Essa temática se encontra na agenda dos movimentos sociais, das instituições e do governo. O Estado, os agentes econômicos e os trabalhadores, dentre eles os Assistentes Sociais, são atores dessa discussão.

Rondônia passou por várias políticas de desenvolvimento, que se configuraram como cenários das questões sociais e nos quais desenvolvemos o estudo. O primeiro cenário delineado inicia-se na década de 40 do século XX, com a criação do Território Federal do Guaporé até a criação do Estado de Rondônia em 1981; o segundo que delineamos é a partir da criação do Estado, Rondônia experimenta a adoção de diversos programas de desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade, e o terceiro que delineamos como o cenário atual, que vem se configurando desde 2000 com o planejamento de integração econômica traçado pela Iniciativa de Integração da América do Sul – IIRSA, do qual o Brasil faz parte e para consolidação desta integração o Governo Brasileiro cria o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no qual Rondônia constitui-se como ponto estratégico.

Até o início da década de 40, Rondônia, inserida no contexto amazônico, representava para o Governo Brasileiro, também uma grande área despovoada, despossuída de produção e vulnerável no que diz respeito à segurança nacional. Para evitar invasões e garantir a posse do território, foi criado em 1943, por Decreto, o Território Federal do Guaporé. A partir daí começa o fenômeno do crescimento populacional que inicialmente se concentrou mais intensamente na zona

rural. Nos anos de 50 e 60 foi incentivada a ocupação de Rondônia, através da criação das colônias agrícolas, da descoberta da cassiterita teve como elemento facilitador a abertura da BR-29.

No final dos anos 60, chegou em Porto Velho a primeira Assistente Social do Território, no Governo Militar de João Carlos Henrique Neto, e foi trabalhar diretamente no Palácio do Governador.

Até então Rondônia vinha apresentando um crescimento populacional diferenciado em relação aos demais Estados da região, que não se dava em decorrência das ações de programas oficiais do Estado Brasileiro. Os programas oficiais de colonização, executados pelo INCRA, só se iniciaram nos anos 70 com os Projetos Integrados de Colonização (PIC's) e pelos Projetos de Assentamento Dirigido (PAD's).

Nestes primeiros modelos de Assentamento, o INCRA tinha a obrigação de garantir a infra-estrutura, crédito agrícola e apoio técnico aos assentados e, para isso criou e instalou nos assentamentos os chamados Grupos Técnicos – GT's formado por equipe multiprofissionais, dentre os quais se encontravam os Assistentes Sociais.

Na década de 80, continuaram os assentamentos do INCRA, no modelo Assentamento Rápido (PAR) que contribuíram para o crescimento populacional do Estado, aliado a dois outros fatores: Primeiro, a transformação do Território Federal em Estado da Federação, que ocorreu em 1981, quando houve um chamamento de profissionais de diversas áreas de todo o país para se aventurarem em Rondônia, instalando-se o popularmente chamado "ciclo de funcionários públicos". O segundo foi a abertura do garimpo de ouro no Rio Madeira que ocasionou o que muitos chamavam de "a corrida do ouro" e Rondônia ficou conhecida como o eldorado brasileiro, iniciando-se aí o que delineamos de segundo cenário para a análise do passado. Nessa década, também experimentou um ciclo de crescimento econômico, com a produção da cassiterita, a extração do ouro e também pelos resultados da produção agrícola.

Mas, aliado ao crescimento econômico, Rondônia sofreu fortes impactos ambientais, causada pela grande destruição das florestas e tornou-se alvo de olhares ambientalistas. Considerando a importância que a questão ambiental adquiriu na discussão sobre desenvolvimento, o Estado Brasileiro começou a incorporar essa componente ambiental em seus projetos de desenvolvimento regional.

Assim é que na década de 80, na perspectiva de desenvolvimento sustentável, Rondônia experimentou dois grandes programas de desenvolvimento que

foram o Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil – POLONOROESTE e o Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia – PLANAFLORO, que são marcos históricos no desenvolvimento de Rondônia.

Os paradigmas de desenvolvimento que defendemos são os expostos pelos Autores Celso Furtado, Ignacy Sachs e Amartya Sen, que se coadunam e se completam. Furtado (2004) nos expressa que o crescimento só se transforma em desenvolvimento quando existe um projeto social subjacente que priorize a melhoria das condições de vida da população. Sachs (2002) defende que o desenvolvimento para ser sustentável deve ter como base vários critérios de sustentabilidade que são as dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, econômica, territorial e política. Sen (2000) vem apresentar o desenvolvimento como liberdade. Para ele só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas.

Neste estudo adota-se também como base conceitual de desenvolvimento sustentável o clássico conceito do Relatório de Brundtland (1987), onde o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.

O desenvolvimento sustentável é tema do Serviço Social, pois como categoria profissional, os Assistentes Sociais se orientam por um projeto profissional que tem articulações com um projeto de sociedade,

> Sem dominação, exploração de classe, etnia, gênero, uma sociedade que propicie aos trabalhadores o pleno desenvolvimento para a invenção e a vivencia concreta de novos valores o que evidentemente supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. (CFESS, 2002)

A base histórica para requisição da criação da profissão de Serviço Social são as múltiplas expressões da questão social, e essas expressões vem se agravando no contexto da globalização mundial sob a hegemonia do grande capital financeiro. Some-se a isto a revolução técnico-científica de base microeletrônica, instaurando novos padrões de produzir e de gerar trabalho, que leva cada vez mais a

pauperização e a exclusão social, econômica, política e cultural. A contradição da sociedade capitalista,

> Está na origem do fato de que o desenvolvimento nesta sociedade redunda, de um lado, em uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à ciência, enfim, desenvolver forças produtivas do trabalho social, porém por outro lado faz crescer a distância entre a concentração/acumulação de capital e produção crescente da miséria, da pauperização que atinge a maioria da população nos vários países. (IAMAMOTO, 1998, p. 27).

Dessa forma os profissionais de serviço social são chamados a pensar as mudanças que vem afetando o mundo da produção, na esfera do Estado e das políticas públicas e analisar como elas vem estabelecendo novas mediações nas expressões da questão social.

A partir do processo de redemocratização do país, pós-ditadura militar, nos anos oitenta do século XX, o Serviço Social brasileiro conquistou avanços significativos. São conquistas teóricas e práticas em termos de posicionamento ético-político, que estão sistematizadas no seu Código de Ética de 1993, afirmando a defesa: Dos direitos humanos – civis, políticos, sociais, econômicos e culturais; da democracia, entendida como socialização da riqueza e da participação política; da liberdade, enquanto emancipação e autonomia; da justiça social; da não discriminação de raça, etnia, orientação sexual, religião, idade, etc. e do pluralismo com a participação de todas as correntes democráticas existentes.

Os Assistentes Sociais tem sido historicamente um dos agentes profissionais que atuam, com maior predominância, na formulação, planejamento e execução de políticas públicas como educação, saúde, previdência, assistência social, transporte, habitação, incentivando e buscando a interdisciplinaridade e tem como um dos grandes desafios, se posicionar criticamente diante da barbárie que reitera a desigualdade social e se articular com movimentos de defesa de direitos da classe trabalhadora (BOSCHETTI, 2008).

Um princípio fundamental que aqui colocamos é o da transversalidade nas políticas públicas e da interdisciplinaridade das diversas áreas de conhecimento, significando mais do que ação integrada entre órgãos responsáveis pela execução de políticas, ou da integração entre profissionais, significando sim, o exercício da defesa e da vigilância sobre a elaboração das políticas de desenvolvimento, no sentido de avaliar,

debater e garantir que tenham impactos positivos para as comunidades e populações atuais e futuras. O Assistente Social se insere de forma efetiva nesse exercício, como demonstraremos ao longo desta dissertação.

O problema com o qual nos deparamos e que nos desafiou a realizar o estudo foi a falta de sistematização histórica da importância e contribuição dos Assistentes Sociais na discussão do desenvolvimento regional e nos diversos modelos de desenvolvimento implantados no Estado de Rondônia desde a sua criação, o que gera um desconhecimento, até mesmo no meio acadêmico, da importância da contribuição teórico e prática produzida por essa disciplina nesta discussão complexa, plural e transdisciplinar, que é a discussão do desenvolvimento sustentável.

Este desconhecimento em nosso Estado, por vezes gera uma situação de invisibilidade que se materializa nas poucas vagas que são destinadas à contratação de Assistentes Sociais para atuar nos serviços públicos. Até no que se refere à formação, em nosso Estado existem apenas três Instituições de Ensino Superior, todas particulares, sendo duas localizadas no interior do Estado, mesmo assim são recentes. A Universidade Federal de Rondônia, mesmo sendo provocada por diversos momentos pela categoria através do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, não incorporou essa importância e consequentemente não criou o curso.

O entendimento de que o Assistente Social é importante agente de políticas públicas ainda está restrito basicamente aos próprios profissionais. Os debates ainda não alcançaram a sociedade geral, de modo a criar uma pressão para o reconhecimento da necessidade do Assistente Social em todas as políticas públicas.

A partir do problema da pesquisa, identificaram-se alguns questionamentos que se configuram como questões norteadoras: Quem são ou quem foram? onde estavam ou estão inseridos? como trabalhavam e trabalham os profissionais de Serviço Social no Estado de Rondônia? Qual a relação do trabalho do Assistente Social, com o desenvolvimento do Estado na perspectiva do desenvolvimento sustentável desde a criação do Estado? Qual a percepção dos profissionais acerca do significado do seu trabalho para o desenvolvimento sustentável?

Tendo-se presente o problema e as questões levantadas, destaca-se o objetivo do estudo: Desvelar a contribuição dos Assistentes Sociais na discussão do desenvolvimento sustentável através do conhecimento do perfil dos profissionais, da reconstituição histórica do Serviço Social em Rondônia e do delineamento da relação do trabalho do Assistente Social com o desenvolvimento sustentável.

Considerando a amplitude do tema, considerando as várias políticas públicas, e ainda a ausência de estudos desta área em Rondônia, optamos por investigar os Assistentes Sociais atuantes no Setor Saúde para levantar dados das ações cotidianas do profissional e sua relação com o desenvolvimento sustentável do Estado. A opção pela Saúde se dá pelo fato de ser o maior empregador de Assistentes Sociais no Estado e também pela nossa inserção profissional na área, desde o início de nossa carreira neste Estado, embora com algumas ausências temporárias. É neste Setor que há um grupo de Assistentes Sociais "mais antigas", que vem contribuindo com sua força, coragem e determinação, superando as dificuldades das condições de trabalho e de restrições do acesso da população aos serviços, reafirmando bravamente a sua opção ética de prestar um serviço social que tenha como foco a garantia dos direitos sociais.

São três os fatores que nos motivaram a proceder com o estudo: O primeiro é o nosso compromisso ético-político com a profissão que tem a sua história ligada à história de luta dos trabalhadores e ao "enfrentamento das desigualdades sociais no Brasil, na América Latina e no Mundo" (CFESS, 2007), história esta que vivenciamos mais perto da categoria quando estivemos na direção do Conselho Regional de Serviço Social de Rondônia/Acre por duas gestões. O segundo é a nossa historia profissional construída neste Estado iniciada na área da saúde e depois como membro da Equipe Técnica nos últimos anos de execução do Projeto POLONOROESTE e inicio do Projeto PLANAFLORO, que foram projetos de desenvolvimento sustentável implantados no Estado e também na área de Assistência Social. O terceiro é a nossa inserção em um mestrado multidisciplinar de uma Universidade Federal que não oferece o Curso de Serviço Social, disciplina tão importante quando se discute ou se trabalha o desenvolvimento na perspectiva de desenvolvimento humano.

A afirmação do ineditismo está baseada no fato de que realizamos pesquisas no período de junho de 2007 a junho de 2008 em sítios de bancos de dissertações e teses e não encontramos nenhuma com o mesmo enfoque deste estudo. Buscamos também fontes documentais e também não localizamos nenhum trabalho que demonstrasse essa interface do Serviço Social com a dimensão da sustentabilidade social do desenvolvimento e da contribuição do trabalho do Assistente Social para o desenvolvimento loco regional.

Este estudo é inédito também, considerando que um dos grandes desafios deste curso de mestrado é trabalhar a multidisciplinaridade, e, acreditamos que

só se trabalha nesta perspectiva quando valorizamos todas as disciplinas ou áreas do conhecimento e temos clareza da importância de cada uma, no caso a inserção do Serviço Social na discussão do desenvolvimento sustentável.

Assim, o estudo vem contribuir cientificamente para desvelar a importância do conhecimento produzido pelos Assistentes Sociais para as discussões sobre desenvolvimento sustentável e para a formulação de políticas públicas transversais, de desenvolvimento econômico e social, que tenha como eixo central a preservação do homem.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos, além desta Introdução. No Capítulo I está caracterizado o estudo e estão estabelecidas as bases metodológicas, teóricas e conceituais com as quais vai se manejar o material. Abordam-se as categorias explicativas da realidade, o processo de realização da pesquisa, instrumentos utilizados, o processo de coleta e a análise dos dados.

O Capítulo II apresenta reflexões de autores contemporâneos acerca da sustentabilidade social do desenvolvimento partindo da evolução da idéia de desenvolvimento como sinônimo de progresso material ou enriquecimento, ao conceito de desenvolvimento sustentável e aos conceitos atuais de desenvolvimento humano para então apresentar-se o Serviço Social no interior dessa discussão.

No Capítulo III busca-se clarear as interfaces do Serviço Social com o desenvolvimento sustentável e a importância do trabalho do Assistente Social para o alcance dos indicadores de sustentabilidade social.

No Capítulo IV faz-se uma síntese dos modelos de desenvolvimento que vem sendo implementados pelo Estado Brasileiro para a Região Amazônica nas últimas décadas, partindo da contextualização destas políticas desde os anos 50, os principais programas implantados, as estratégias que vem sendo adotadas e suas implicações para a região com atenção especial para o Estado de Rondônia.

O Capítulo V apresenta a inserção do Assistente Social nos três cenários de desenvolvimento pelas quais passou o Estado de Rondônia, sendo que: O primeiro item apresenta o Serviço Social de Rondônia no contexto atual, com os dados da pesquisa com profissionais Assistentes Sociais da Política Pública de Saúde em Porto Velho, trazendo um perfil geral desses profissionais, a relação do trabalho desses profissionais com o desenvolvimento local e os desafios que se colocam aos mesmos frente ao contexto sócio-econômico atual. O segundo item apresenta o Serviço Social no contexto dos projetos de colonização do antigo Território Federal de Rondônia, com

resgate da história do Serviço Social em Rondônia, uma construção de Assistentes Sociais que trabalharam nesse cenário. O terceiro item apresenta o Serviço Social no contexto de transformação de Rondônia de Território Federal em Estado da Federação, que também traz um resgate histórico da época de chegada em Rondônia de grande contingente de Assistentes Sociais, no chamado ciclo do funcionalismo público até o cenário atual. E por último, o quarto item discorre sobre possíveis conseqüências futuras do atual modelo de desenvolvimento, que podem se configurar como novos desafios para os Assistentes Sociais.

CAPÍTULO I

CARACTERIZAÇÃO DO NOSSO ESTUDO E ASPECTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

Toda pesquisa deve contribuir para a produção de novos conhecimentos acerca de determinado estudo, a partir da interpretação da realidade e dos sujeitos estudados, o que possibilitará a concretização de processos que viabilizem a sua transformação. Nesse processo, ela possui uma dimensão individual e uma dimensão social, que são expressas pela subjetividade do próprio pesquisador e pelas relações deste com o meio e com os sujeitos da pesquisa (MARX, 2005). Assim, foi extremamente importante para o estudo da participação dos Assistentes Sociais no desenvolvimento do Estado, a boa relação que mantemos com os profissionais no Estado, tanto na área da saúde quanto em outros setores.

Também é sabido que toda pesquisa científica se diferencia das demais em função da profundidade com que se investiga, da utilização de critérios de cientificidade e do método cientifico adotado. “É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação” (Minayo, 1996, p. 17). Portanto para que se realize uma pesquisa, faz-se necessária à utilização de um método, que pode ser compreendido como “um caminho ou a maneira para chegar a determinado fim ou objetivo”, sendo a metodologia compreendida como um conjunto de “procedimentos e regras utilizadas por determinado método” (MINAYO, 1996, p. 22).

O estudo foi desenvolvido com abordagem qualitativa, histórica e descritiva do tipo exploratória, pois a prática profissional dos Assistentes Sociais e sua inserção no modo de produção capitalista são eventos sociais e dessa forma foi imperativo a opção por uma metodologia qualitativa.

Para Minayo (1996), a pesquisa qualitativa busca incorporar o significado e a intencionalidade referentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, envolvendo sua transformação, como construções humanas significativas. Trabalha-se com os significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. A interpretação dos dados procura explorar de maneira mais ampla o significado destes, relacionando-os aos objetivos, à questão do problema e ao tema.

Marconi e Lakatos (2006) colocam que os estudos descritivos "descrevem um fenômeno ou situação mediante um estudo realizado em determinado espaço-tempo" (p.32). Esta pesquisa, que tem por objetivo demonstrar a contribuição do Assistente Social na discussão do desenvolvimento sustentável no contexto atual e em dois contextos históricos de Rondônia torna-se então uma pesquisa descritiva.

Para o alcance do objetivo, o estudo teve como objetivos específicos: 1) conhecer o perfil dos profissionais no contexto atual, especificamente os inseridos na política de saúde; 2) fazer a reconstituição histórica do Serviço Social em Rondônia em dois contextos históricos explicitando a inserção do profissional nos modelos de desenvolvimento implantados; 3) delinear a relação do trabalho do assistente social com o desenvolvimento sustentável.

Para a realização da pesquisa não foram estabelecidas categorias para explicar o fenômeno estudado, esperando-se que as mesmas surgissem do material empírico estudado. Minayo define categoria como

> Um conjunto que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. (MINAYO, 1996, p.70).

O trabalho da Assistente Social se realiza a partir de alguns elementos constitutivos como: A atividade adequada a um fim, ou seja, o próprio trabalho do Assistente Social; o objeto de trabalho, o instrumental de trabalho e os meios que se utiliza para a realização do trabalho e o produto do trabalho realizado, ou seja, os resultados obtidos através da intervenção profissional.

O desenvolvimento sustentável na sua dimensão social, precisa ser compreendido como aquele que alcança um justo grau de homogeneidade social, promove uma distribuição eqüitativa de renda, o pleno emprego e permite o acesso eqüitativo aos recursos e aos serviços sociais (Sachs, 2002). Verifica-se um aumento da preocupação com estratégias ou modelos de desenvolvimento que contemple essa dimensão social, ou que contenham um projeto social subjacente. Os princípios éticos da profissão de Serviço Social estão relacionados com a busca da justiça social, que se constitui como um dos três pilares do desenvolvimento sustentável. Ressalta-se a

importância do conhecimento dessa disciplina nesse contexto singular de discussão do desenvolvimento sustentável.

Em observação à Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as pesquisas que envolvem seres humanos, como primeiro passo tivemos o cuidado de apresentar o projeto e solicitar um Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP – Nusau/UNIR, que após análise nos autorizou a realizar o estudo através do parecer nº. FR 214847.

Caracteriza-se a seguir a área de estudo, as técnicas e os instrumentos de coleta de dados do estudo realizado com as Assistentes Sociais da política pública da saúde,

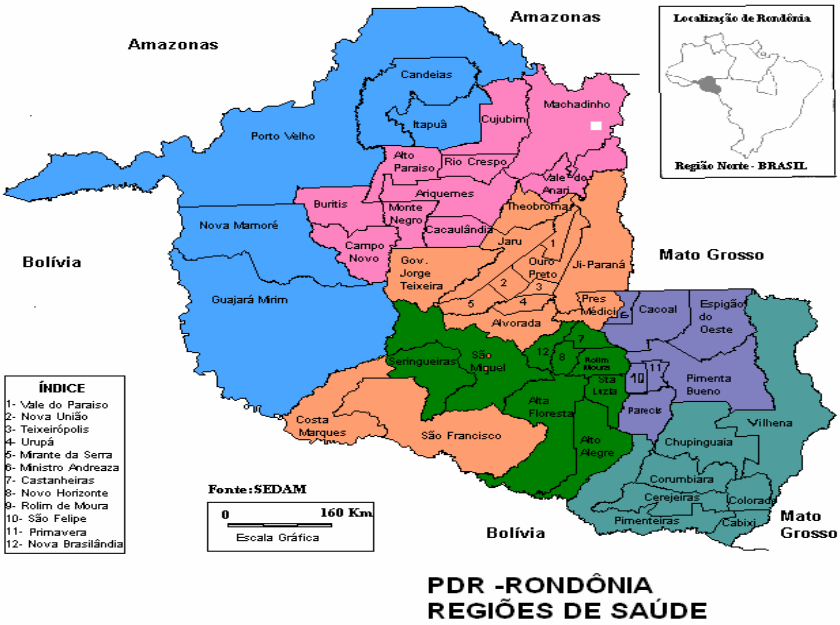
No cenário atual, o Estado de Rondônia conta com um quadro de 450 Assistentes Sociais, inseridos nas mais diversas políticas públicas, dentre estes 35%, estão na área da saúde exercendo suas atividades na rede pública, privada e filantrópica, sendo a concentração maior na rede pública (CRESS/23ªR, 2009).

Como a maior concentração de profissionais está na rede pública estadual, o trabalho foi realizado nas Unidades de Saúde do Estado, e, como já citado anteriormente, tivemos como elemento facilitador para a realização do estudo, a nossa inserção profissional neste setor.

A Saúde no Estado de Rondônia, sob a gestão estadual está estruturada através de um Plano Diretor de Regionalização - PDR, que divide o Estado em 6 (seis) Regiões de Saúde, conforme mapa abaixo, e cujas sedes regionais estão em municípios estrategicamente localizados, abrangendo todo o território do Estado (DEOSAD/SESAU/ PDR/RO, 2006).

- I Regional de Saúde - Com sede no Município de Porto Velho
- II Regional de Saúde – Com sede no Município de Ariquemes
- III Regional de Saúde – Com sede no Município de Ji-Paraná
- IV Regional de Saúde – Com sede no Município de Cacoal
- V Regional de Saúde – Com sede no Município de Rolim de Moura
- VI Regional de Saúde – Com sede no Município de Vilhena.

MAPA 1



Fonte: DEOSAD -SESAU/RO - 2006

O Estado possui uma rede assistencial própria instalada que compreende:

- Um Hospital Geral – Hospital de Base, que conta também com Centro de Diagnóstico, Centro de Oncologia, localizado na Capital Porto Velho.
- Um Hospital e Pronto Socorro – Hospital João Paulo II, localizado na Capital.
- Um Hospital e Pronto Socorro Infantil – Hospital Cosme e Damião, localizado na Capital.
- Um Hospital especializado em Doenças Tropicais – Hospital CEMETRON, localizado na Capital.
- Uma Policlínica de Especialidades de Alta e Média Complexidade – Policlínica Oswaldo Cruz, localizada na Capital, onde além das consultas especializadas também desenvolve atendimento através de diversos programas como: Programa de DST/AIDS, Programa de Controle da Hansen e TB, Programa de Atenção ao Idoso, programa de Meios Auxiliares de Locomoção, Programa de Reabilitação, Programa de Atenção a Gestantes de Alto Risco, Programa de Cirurgia Bariátrica, etc.
- Um Hospital Regional de Média complexidade, localizado no Município de Buritis.

- Um Hospital Regional de Média complexidade, localizado no Distrito de Extrema que pertence ao Município de Porto Velho/Capital.
- Um Centro de Referencia em Saúde do Trabalhador – CEREST, localizado na capital.
- Uma Gerência de Assistência Farmacêutica localizada na Capital que atende a demanda de todo o estado.
- Um CAPS Estadual na Capital e 12 CAPS Regionais localizados em outros Municípios.
- Uma Fundação de Hemoterapia e Hemoderivados – FHEMERON, cuja sede é em Porto Velho, mas que possui centros localizados nos Municípios sedes das Regionais de Saúde.
- Uma Central Estadual de Transplantes, localizada em Porto Velho.
- Uma Agencia Estadual de Vigilância em Saúde.

A nível central a secretaria, tem várias gerências técnicas onde também estão inseridos Assistentes Sociais tais como: Gerencia de Tratamento Fora do Domicílio - GTFD; Central Estadual de Transplante; Gerencia de Programas Especiais - GPES; Gerência de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria – GRECSS e Ouvidoria Estadual do SUS.

Os profissionais Assistentes Sociais estão distribuídas nos postos de trabalho da Secretaria de Estado da Saúde conforme quadro demonstrativo a seguir:

QUADRO 1

LOTAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DA SESAU/RO		
UNIDADE/ GERÊNCIA	**LOCAL**	**Nº. ASSISTENTES SOCIAIS**
Hospital de Base	Porto Velho	15
Hospital João Paulo II	Porto Velho	08
Hospital Infantil Cosme e Damião	Porto Velho	05
Hospital Cemetron	Porto Velho	05
Policlínica Oswaldo Cruz	Porto Velho	06
Hospital Regional Buritis	Buritis	01
Hospital Regional Extrema	Porto Velho /Distrito Extrema	01
Fundação Fhemeron	Porto Velho	05
Centro Atend. Psico-Social- CAPS	Porto Velho	01
Gerencia de TFD	Porto Velho	02
Central de Transplantes	Porto Velho	01
Gerencia Programas Estratégicos	Porto Velho	02
Gerencia Controle Avaliação	Porto Velho	02
Ouvidoria do SUS	Porto Velho	01
I Gerencia Regional de Saúde	Ariquemes	01
II Gerencia Regional de Saúde	Ji-Paraná	02
IV Gerencia Regional de Saúde	Rolim de Moura	01
VI Gerência Regional de Saúde	Vilhena	01

Fonte: GRH/SESAU/RO/2008

Em relação a participação política em organizações do Controle Social do SUS, duas Assistentes Sociais representam o Conselho Regional de Serviço Social, CRESS/23ªR, no Conselho Estadual de Saúde na categoria de trabalhadores da área.

Assim, com o objetivo de fazer a análise de como os Assistentes Sociais estão trabalhando a questão do desenvolvimento sustentável nas atuais políticas de desenvolvimento implantadas no Estado, a partir da política pública de saúde, tivemos como *lócus* de pesquisa as Unidades de Saúde sob administração do Estado, localizadas no Município de Porto Velho.

Minayo (1996) considera campo de pesquisa o recorte espacial que corresponde ao que vai ser investigado, ao objeto de estudo, a uma realidade. É considerada a relação de "intersubjetividade" de interação social dos sujeitos, atores sociais e de investigação com o pesquisador, o que propicia um processo amplo de construção de conhecimentos, resultando num produto novo. Para a autora, o trabalho de campo representa uma possibilidade de aproximação daquilo que queremos conhecer e estudar, bem como de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo.

O trabalho de campo desenvolveu-se tendo como referência as bases metodológicas de Malinowski (1984), um dos autores clássicos da metodologia científica qualitativa. O autor nos demonstra que os fenômenos devem ser estudados nas suas relações, e para que se tenha conhecimento o mais fiel possível da visão do grupo estudado, é necessária a inserção do pesquisador no ambiente de estudo, realizando a observação no local, participando das atividades do grupo, num relacionamento direto e natural com as pessoas.

Para Pereira (2004) Malinowski

> Chama a atenção para a habilidade que o pesquisador necessita para abordar questões a partir de ocorrências reais sobre as quais o informante possa se sentir estimulado a emitir comentários, reações, opiniões. As informações assim coletadas podem ser mais ricas em conteúdos subjetivos do que aquelas coletadas através de indagações diretas. Dessa forma se pode registrar o que ele chamou de "os imponderáveis da vida real". (PEREIRA, 2004, p.67).

Utiliza-se a Entrevista Semi-Estruturada, com gravação no computador através do programa "Audacity", que foram realizadas durante o trabalho de observação, possibilitando uma complementaridade entre uma e outra e que nos permitiu fazer um confronto do discurso com a prática cotidiana dos participantes.

Gil (1991) e Minayo (1996) consideram que a entrevista é a técnica mais usada no trabalho de campo. É uma técnica na qual, o pesquisador recolhe informações da fala dos atores sociais sobre determinado assunto ou problema. Minayo (1996) coloca ainda que a entrevista é considerada uma conversa entre pesquisador e atores sociais com propósitos bem definidos. É uma técnica caracterizada pela comunicação verbal, valorizando o significado da fala e da linguagem, e serve como meio de coleta de informações sobre determinado tema científico. É um guia para orientar uma "conversa com finalidade" e deve facilitar a abertura, a ampliação e o aprofundamento da comunicação.

Ainda segundo os autores, a entrevista é sempre uma situação de interação, em que as informações fornecidas pelos entrevistados podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador. As entrevistas ocorreram de forma muito tranqüila, participativa, sem receios por parte dos participantes, em função do bom relacionamento que mantemos com o grupo de profissionais da área da saúde.

A entrevista semi-estruturada "combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador" (MINAYO,1996, p.108).

Construiu-se um Guia da Entrevista de modo que contemplasse os objetivos propostos para o estudo e foi baseado nas contribuições teóricas de autores que discutem o desenvolvimento sustentável, de autores que discutem o Serviço Social, no Código de Ética da Profissão, nos princípios do Sistema Único de Saúde, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Normativas dos Conselhos Federal e Regional de Serviço Social.

Este Guia teve como principais questões norteadoras as seguintes:

1 - Elementos para constituição do Perfil: Idade, estado civil, nº de filhos, religião, ano de formação, unidade de formação, pós-graduação, tempo de serviço na área, faixa salarial, vinculo empregatício, outros atividades, participação em atividades políticas.

2 – Conhecimento da Legislação que compõe o Projeto Ético-Político da Profissão: Lei de Regulamentação, Código de Ética e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

3 – Conhecimento e aplicação no cotidiano da atual legislação social brasileira: Lei de criação SUS, Lei que estabelece o Controle Social no SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Políticas Estaduais da Saúde e da Assistência Social, etc.

4 - Competências do Serviço Social na Saúde, ações e atividades executadas no cotidiano e a relação que fazem destas com o desenvolvimento do Estado.

A pesquisa documental foi outra técnica utilizada, e como fontes primárias, destacam-se alguns documentos escritos como: Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, Agenda 21, documentos do arquivo geral do Estado, livros de Atas de Reuniões do Conselho Regional de Serviço Social, relatórios dos setores de Serviço Social das unidades de saúde, dentre outros.

Para execução da pesquisa, solicitamos permissão ao Secretário de Estado da Saúde, através de documento oficial, no qual foram expostos os objetivos da pesquisa e os métodos que seriam utilizados e solicitados também o acesso às documentações institucionais necessárias.

Após a autorização oficial do Secretário de Estado da Saúde para realizarmos o trabalho de campo, visitamos as unidades, oportunidade em que mantivemos contato com diretores sobre a pesquisa e deixamos cópia do documento oficial que permitia a pesquisa. Após o contato com a direção nos dirigimos ao setor de Serviço Social, sendo o primeiro contato com as chefias e em seguida com as profissionais. Também nos setores deixamos cópia do documento oficial que permitia a pesquisa. Em duas grandes unidades, antes de iniciarmos o trabalho de observação e coleta de dados através das entrevistas, fizemos com autorização e parceria das chefias, a apresentação do projeto de pesquisa completo a todo o grupo, e isto facilitou a compreensão dos sujeitos a respeito dos objetivos do estudo. Nas outras unidades fizemos apresentações individuais.

O trabalho de campo, observações e entrevistas, foram realizados durante três meses, em turnos variados, manhã e tarde, com predominância do turno da tarde, de acordo com o horário de trabalho das Assistentes Sociais. Houve também observações e entrevistas durante plantões em finais de semana, que nos permitiu uma análise das pressões do processo de trabalho realizado nesse turno de trabalho.

A partir da leitura de Malinowski (1984) utilizamos um Diário de Campo no qual fizemos anotações das ocorrências, atitudes dos profissionais,

comportamentos dos usuários, nossas impressões, além de anotações das características dos locais de trabalho e de fatos que chamavam a atenção durante as atividades. Para Marconi e Lakatos (2006) as anotações devem ser feitas ainda no campo ou tão logo seja possível. Procuramos fazer isso de forma bem descritiva com todos os detalhes, e muitas vezes, quando não era possível anotar no próprio local, e para não perdermos de vista detalhes enriquecedores para posteriores análises, ficávamos dentro do carro ainda no estacionamento das unidades fazendo as anotações.

Como se tornou difícil coletar informações de todo o universo de profissionais que atuam na área da saúde estadual, escolheu-se uma amostra, que consiste em uma "porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo" (Marconi e Lakatos, 2006, p.41), que possibilitou obter-se uma visão da realidade. Assim, os sujeitos da pesquisa constituem-se de 22 Assistentes Sociais que integram as equipes das seguintes unidades assistenciais: Hospital de Base, Policlínica Oswaldo Cruz, Cemetron e Hospital Cosme e Damião.

Para cada profissional que concordava em contribuir com o estudo concedendo a entrevista, apresentou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e esclarecia as dúvidas, assegurando-lhes o sigilo de suas identificações e o direito de se retirarem do estudo a qualquer momento. Não houve nenhuma negativa e os termos foram assinados pelas mesmas. Não houve a possibilidade de entrevistar 100% dos profissionais em virtude do tempo ser exíguo e porque algumas não tiveram tempo de parar um pouco as suas atividades cotidianas e outros compromissos fora das instituições não lhes permitiam que faltassem.

Na análise dos dados, para não haver a identificação dos profissionais, garantindo-lhes o sigilo das entrevistas foram atribuídos pseudônimos de flores às mesmas e às unidades foi referido nomes de jardins, matas ou florestas.

Para a reconstituição histórica do Serviço Social em Rondônia, optou-se por enriquecer o estudo dando voz às pioneiras do Serviço Social no Estado e para isso utilizou-se o método de Grupo Focal.

Segundo Cotrim (1996), o grupo focal é um método de pesquisa qualitativa que pode ser utilizado no entendimento de como se formam as diferentes percepções e atitudes acerca de um fato, prática, produto ou serviços. Trata-se de um tipo especial de grupo em termos do seu propósito, tamanho, composição e dinâmica. Para ele, o grupo focal pode ser considerado uma espécie de entrevista de grupo, embora não no sentido de ser um processo onde se alternam perguntas do pesquisador e

resposta dos participantes. Diferentemente, a essência do grupo focal consiste justamente em se apoiar na interação entre seus participantes para colher dados, a partir de tópicos que são fornecidos pelo pesquisador. (COTRIM, 1996).

Segundo Cotrim (1996) é importante também saber que o grupo focal é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade.

Para manter as discussões em patamares interessantes para todos e levantarmos as informações necessárias aos objetivos do estudo, seguindo orientações de Cotrim (1996), nos munimos de um instrumento que ele chamou "Roteiro de Debate", que nos auxiliou e norteou durante o desenvolvimento do grupo.

O roteiro foi elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa, envolvendo os tópicos a seguir:

1 – Relatos da chegada em Rondônia: Ano, Estado de origem, Universidade de formação, ano de conclusão, como decidiram vir para Rondônia, Expectativas, etc.

2 – Políticas públicas de inserção dos profissionais que chegavam; as atribuições, as atividades desenvolvidas, participação política, principais questões sociais enfrentados.

3 – Percepção e significado de ter participado do desenvolvimento do Estado.

Por ser um instrumento flexível e adaptável, o roteiro permitiu incorporar durante o debate outros elementos que não estavam previstos, por exemplo: emoções ao lembrar de contribuições de colegas falecidas que também contribuíram significativamente no desenvolvimento do Estado.

A principal característica da técnica de Grupo Focal reside no fato de trabalhar com a reflexão expressa através da "fala" dos participantes, permitindo que eles apresentem, simultaneamente, seus conceitos, impressões e concepções sobre determinado tema. Em decorrência, as informações produzidas ou aprofundadas são de cunho essencialmente qualitativo (COTRIM, 1996).

Assim, os participantes do Grupo Focal devem ser homogêneos em termos de características que interfiram radicalmente na percepção do assunto em foco, visando garantir um clima confortável para a troca de experiências e impressões de caráter muitas vezes pessoal, porém, segundo Cotrim(1996), a busca de homogeneidade em algumas características pessoais não deve implicar na busca de homogeneidade na

percepção do problema, pois a riqueza fundamental do método é o contraste de diferentes perspectivas entre pessoas semelhantes.

Considerando o objetivo e os resultados que se pretendia alcançar, na seleção dos componentes do grupo focal utilizou-se os seguintes critérios: Profissionais que começaram a trabalhar como Assistentes Social em Rondônia no primeiro cenário da reconstituição histórica, ou seja, dos projetos de colonização, dos assentamentos e do crescimento populacional rápido e Profissionais que começaram a trabalhar no segundo cenário, ou seja, a partir da criação do Estado, no qual Rondônia passou por programas de desenvolvimento na perspectiva de desenvolvimento sustentável.

De um grupo de 12 profissionais convidadas, só pudemos trabalhar com 10 (dez), visto que as demais relataram problemas e não puderam participar. Tivemos ainda a contribuição de duas profissionais que hoje residem em Belém/PA, que ao terem conhecimento, através de uma participante do grupo, do trabalho de reconstituição histórica do Serviço Social em Rondônia, fizeram questão de participar dando suas contribuições através da lembrança de fatos e trabalhos importantes e esses depoimentos coletamos via internet por e-mail.

Iniciamos os trabalhos fazendo uma breve introdução, na qual apresentamos e esclarecemos os objetivos do estudo, consultamos os participantes sobre a gravação das discussões para facilitar a análise das informações com o conhecimento e autorização dos participantes e destacamos a importância da manifestação de todas nos debates.

Levando-se em conta os referenciais éticos, passamos todas as informações sobre a Pesquisa a fim de que pudessem ter clareza e tranqüilidade para decidir se aceitavam ou não participar das discussões. Expressos os desejos de participação, e autorização para divulgação de seus nomes, passamos à formalização da assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

Procurou-se criar um ambiente propício, relaxante, para que diferentes percepções e pontos de vista viessem à tona tranquilamente, sem que houvesse nenhuma pressão para que os participantes se fixassem em apenas um aspecto, um acontecimento ou fato.

Encerrados todos os comentários acerca dos fatos levantados, no final da sessão, foi destinado um tempo a cada participante para que pudessem manifestar suas impressões sobre o evento e então os trabalhos se encerraram com expressões de

satisfação pela participação e pelo privilégio de terem sido selecionadas para contribuir nesta importante reconstituição histórica.

Após a realização da coleta de informações, realizou-se a análise e interpretação dos dados apreendidos. Como análise, entende-se o movimento pelo qual o pesquisador entra em mais detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho, procurando estabelecer relações entre os dados obtidos e as questões levantadas. Quanto à interpretação, pode-se dizer que consiste em uma atividade intelectual que procura dar significados mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos (MARKONI e LAKATOS, 2006).

Para a realização da análise dos dados quantitativos da pesquisa, que se constituíram dos dados para traçar o perfil dos profissionais da área da saúde, foi utilizada a técnica do tratamento estatístico de tabulação simples, visando um aproveitamento dos dados apresentados e que precisavam ser interpretados. Foram utilizados também gráficos que se configuram como figuras que servem para a representação do dado e que evidenciam aspectos visuais dos dados de forma clara e de fácil apreensão.

A análise e interpretação dos dados qualitativos, advindos das entrevistas realizadas com os Assistentes Sociais, foi possível através do método de análise de conteúdo de Bardin. O autor conceitua, a análise de conteúdo como

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens" (BARDIN, 1977, p.42).

A análise de conteúdo baseada em Bardin consiste em três fases distintas que compreende a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados e interpretações. A pré-análise é a fase de organização das idéias iniciais, através da leitura flutuante, da escolha dos documentos e da formulação dos objetivos. A fase da exploração de material consiste em tarefas de codificação, enumeração e escolha das categorias, mediante técnicas específicas. A última fase compreende o tratamento dos dados obtidos e a interpretação dos mesmos, na qual o pesquisador

identifica os significados e interpreta os dados coletados através de um processo de mediação com a fundamentação teórica da pesquisa.

Como refere Minayo (1996) a análise de conteúdo representa o tratamento dos dados em pesquisa qualitativa, buscando a interpretação desses e seu significado, possibilitando sua classificação através das categorias, que são desvendadas pelo agrupamento de palavras, idéias ou elementos.

O material analisado foi a fala dos profissionais, que se constitui em um

> Material primordial da investigação qualitativa é a palavra que expressa a fala cotidiana, seja nas relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos. (MINAYO E SANCHES,1993, p.245).

Os dados coletados nas entrevistas com as profissionais da saúde foram armazenados em arquivos mp3 no Programa *"audacity"*. Transcritas as entrevistas na íntegra, estas foram complementadas com informações do diário de campo, informações estas que foram colhidas durante a observação no mesmo período. O passo seguinte foi o agrupamento das unidades de registro, resultante da decomposição das entrevistas, de acordo com a semelhança de idéias, assinalando-se em cores semelhantes as que apresentavam o mesmo significado.

Diante dos dados obtidos e assinalados, observou-se no material destacado, a presença dos aspectos que atendiam aos objetivos da pesquisa e então, procedeu-se com várias leituras desse material, observando-se as categorias: Conhecimento do projeto ético-político da profissão, Trabalho realizado pelas Assistentes Sociais e Relação do trabalho do Assistente Social com o desenvolvimento local. Por último procedeu-se com a análise e interpretação destes em um processo de mediação, ou de estabelecimento de relações com a fundamentação teórica da pesquisa. Ressalta-se aqui o fato de que nem todos os depoimentos foram utilizados em sua totalidade nas análises dos dados.

Destaca-se, ainda, que toda pesquisa precisa ter reafirmado seu caráter coletivo, na medida em que o pesquisador possui também sua subjetividade, que influencia na análise dos dados apreendidos a partir dos sujeitos da pesquisa. Partindo-se do pressuposto de que toda pesquisa qualitativa constitui-se como um exercício

político (Martinelli, 1999), na medida em que trabalha com o significado de vivências e experiências dos sujeitos sociais, é necessário que os resultados da pesquisa sejam socializados em vários eventos, com vistas a desvelar a importância dos conhecimentos do Serviço Social no contexto das discussões do desenvolvimento sustentável.

Para contribuir com esse desvelamento o próximo capítulo apresenta as contribuições de autores referenciados sobre desenvolvimento sustentável, enfatizando mais sobre as características da dimensão social, e os indicadores da sustentabilidade social do desenvolvimento, com vistas a trazer elementos para a análise destes em relação aos princípios éticos da profissão.

CAPÍTULO II

A SUSTENTABILIDADE SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Neste capítulo se apresentam algumas reflexões de autores contemporâneos acerca da sustentabilidade social do desenvolvimento partindo da evolução da idéia de desenvolvimento como sinônimo de progresso material ou enriquecimento, ao conceito de desenvolvimento sustentável e aos conceitos atuais de desenvolvimento humano para então apresentar-se a relação destes com a disciplina do Serviço Social.

Segundo Sachs (2002), o desenvolvimento econômico identificado com o crescimento do produto interno bruto (PIB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social perdurou até meados da década de 70, o que para ele era,

> Uma visão estreita e elitista que levou a supor que uma vez ocorrido o crescimento rápido das forças de produção, ter-se-ia um processo completo de desenvolvimento que se espargiria espontaneamente para todas as atividades humanas. (SACHS, 2002, p. 18).

Nesse sentido Veiga (2005), coloca que a relação parecia mais complexa, pois, o jogo político intervinha, fazendo com que o crescimento tomasse rumos diferenciados, com efeitos heterogêneos na estrutura social, pois a pobreza deveria ser vista como uma privação de capacidades básicas e não simplesmente como baixa renda. O crescimento da economia passaria a ser entendido como elemento de um processo maior, já que seus resultados não se traduzem automaticamente em benefícios, ou seja, “percebera-se a importância de refletir sobre a natureza do desenvolvimento que se almejava. Ficara patente, enfim, que as políticas de desenvolvimento deveriam ser estruturadas por valores que não são apenas os da dinâmica econômica” (VEIGA, 2005, p.243).

Fato importante para essa transição, foi o lançamento do Livro de Celso Furtado “O Mito do Desenvolvimento” em 1974 rompendo com as abordagens da

Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL. Para os especialistas e técnicos da CEPAL desenvolvimento econômico era conceituado como um processo dinâmico de mudança estrutural da economia, objetivando proporcionar à maioria da população maiores níveis de consumo, possibilidade de chegar em idades mais avançadas, maiores recursos para a educação e redução da jornada de trabalho (VEIGA, 2005).

Celso Furtado vem explicar o desenvolvimento numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social. Para o autor, isso acontece em dois planos distintos, primeiro onde predominam as formulações abstratas, que compreende a análise do mecanismo propriamente dito do processo de crescimento, o que exige a construção de modelos ou esquemas simplificadores dos sistemas econômicos existentes, baseados em relações estáveis entre variáveis quantificáveis e consideradas relevantes. O segundo acontece no plano histórico, que abrange o estudo crítico, em confronto com uma realidade dada, das categorias básicas definidas pela análise abstrata (FURTADO, 2004).

Assim, concordamos com o autor quando afirma que, o crescimento econômico só se transforma em desenvolvimento quando existe um projeto social que prioriza a melhoria das condições de vida da população. Para ele,

> O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (FURTADO, 2004, p.484).

E ainda que, “o desenvolvimento se faz para os homens e somente se legitima quando permite a este exercer plenamente suas forças criadoras e identificar-se, no esforço com que contribui pessoalmente, com suas aspirações mais nobres”. (FURTADO, 2004, p.493).

Segundo Veiga (2005), a estreita ligação entre privação cultural e pobreza econômica foi estabelecida por Adam Smith. Ele não disse apenas que a

pobreza assume a forma bruta de fome e privação física, mas também que ela pode surgir das dificuldades que alguns segmentos encontram para participar da vida social e cultural da comunidade. A lista de mercadorias que contam como “necessidades” não é independente segundo Smith, das exigências da cultura local. Para ele os chamados “bens de primeira necessidade” não são apenas aqueles indispensáveis para o sustento, mas todos os que o país considera indigno que alguém não possua.

Assim a racionalidade econômica é colocada em questionamento em termos de seus próprios critérios, visto que na busca da eficiência a qualquer preço, na incessante busca do aumento da produção, colocava a própria vida em perigo e poderia resultar em ameaça à sobrevivência do próprio sistema econômico. A partir daí começaram a surgir os movimentos ambientalistas com a idealização de uma racionalidade ecológica que reivindicava sua condição de princípio balizador e limitante do próprio desenvolvimento econômico. Nesse debate surgem propostas que combinam desenvolvimento econômico e defesa do meio ambiente (CASTRO, 1996).

O ponto culminante do movimento ambientalista foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano realizada em Estocolmo, em 1972. A partir dos debates dessa Conferência surgem dois novos conceitos com o propósito de dar conta dessa nova problemática. O primeiro foi o conceito de ecodesenvolvimento, defendida por Ygnacy Sachs, que fazia duras críticas aos moldes comerciais e também a idéia de crescimento zero defendida pelo Clube de Roma. O autor defendia uma concepção de desenvolvimento que deveria atender ao objetivo de eficácias econômicas, representadas pelo aumento da riqueza, simultaneamente com os requisitos de ordem ecológica, social, cultural e espacial (CASTRO, 1996). Um segundo conceito começou a tomar corpo no encerramento da Reunião de Cocoyoc no México, em 1974, contrapondo-se ao primeiro conceito, ou seja, à teoria do ecodesenvolvimento, considerando que os contrastes no consumo per capita entre ricos e pobres, tem efeito muito maior do que os números relativos ao esgotamento dos recursos naturais.

Já nos anos 80, o conceito de desenvolvimento foi adjetivado pelo termo sustentável e suplantou o conceito de ecodesenvolvimento e tornou-se obrigatório nas discussões políticas e a ser adotado como expressão oficial nas organizações como a Organização das Nações Unidas - ONU.

Assim a idéia de desenvolvimento foi paulatinamente incorporando uma série de aspectos sociais: emprego, necessidades básicas, saúde, educação, longevidade. Percebeu-se que as bases ambientais de qualquer progresso futuro

poderiam estar sendo comprometidas por crescimento econômico predatório de recursos naturais e altamente poluidores.

Nessa evolução conceitual foi em 1987 com o Relatório “Nosso Futuro Comum” que a expressão “desenvolvimento sustentável” foi consagrada com sua definição clássica, de que o desenvolvimento para ser sustentável deverá atender as gerações presentes sem esgotar as possibilidades das gerações futuras terem suas necessidades também atendidas.

Castro (1996), coloca que embora tenha sofrido críticas, o conceito de desenvolvimento sustentável foi fortalecido por duas razões, a primeira é que por ser uma expressão mais neutra, podia ser incorporada tanto por propostas liberais como de esquerda e a segunda é que, por exprimir uma economia maior com o funcionamento dos ecossistemas naturais, tornou-se atrativa para os ambientalistas.

O desenvolvimento sustentável veio para indicar a nova filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. O desenvolvimento sustentável também é entendido como processo em constante mudança quanto à dinâmica dos investimentos, inovações (que devem cumprir demandas atuais e futuras) e exploração dos recursos naturais (SACHS, 2002).

Desde 1990, anualmente, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, elabora um Relatório do Desenvolvimento Humano – RDH, com análise dos principais problemas de desenvolvimento no mundo. O relatório traz o calculo do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, analisando a renda per capita como uma medida do progresso humano e avalia-o, também, em relação a fatores, como a esperança média de vida, a alfabetização e o bem-estar global (PNUD, 2008).

Em 1992 no Rio de Janeiro, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, da qual participaram representantes do Serviço Social brasileiro através dos Conselhos Federal e Estaduais, reconheceu-se à importância de assumir a idéia de sustentabilidade em qualquer programa ou atividade de desenvolvimento. Esta Conferência teve como resultantes dois importantes documentos, a Carta da Terra, conhecida como Declaração do Rio e a Agenda 21. A primeira visa “estabelecer acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de ecologia e desenvolvimento”, e a segunda dedica-se a preparar o mundo para os futuros problemas do mundo, com foco nas responsabilidades dos governos (CAMARGO, 2002).

Nos últimos anos da década de 90 sentiu-se uma mudança fundamental no modo de se entender o desenvolvimento, e isto foi exposto sistematicamente pelo Economista Amartya Sen em uma série de conferências que realizava como um dos membros da direção do Banco Mundial. Em 1998 ele recebeu o Prêmio Nobel de Economia, e no ano seguinte editou um livro condensando essa série de conferências sob o título “Desenvolvimento como liberdade”.

Amartya Sen (2000) amplia a visão mostrando que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Para ele, a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para a expansão da liberdade humana, mas esta depende também de outras influências. Recomenda que o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e privação social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos. Estas são defesas que estão inseridas no Projeto ético – político da profissão de Serviço Social.

O tratamento que ele deu à idéia de desenvolvimento na passagem para o século XXI foi um aperfeiçoamento da contribuição que já havia oferecido ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no final dos anos 1980. Neste período manifestou-se contrário à criação de um índice sintético, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, para medir o desenvolvimento sob a ótica da expansão das liberdades, pois não acreditava que algum índice pudesse sintetizar a realidade complexa do processo de desenvolvimento. Contudo posteriormente admitiu que a criação desse Indicador como uma medida sumária, estimularia os seus usuários a consultarem não só as tabelas estatísticas mas também as análises críticas fornecidas nos relatórios de desenvolvimento humano (VEIGA, 2005).

Na concepção de Sen (2000), só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. E coloca quatro como as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade. Na ausência destas quatro, estarão indisponíveis todas as outras possíveis escolhas e muitas oportunidades na vida permanecerão inacessíveis, e para que isso ocorra o pré-requisito fundamental é que as pessoas têm que ser livres para que suas escolhas possam ser exercidas, para que garantam seus direitos e se envolvam nas

decisões que afetarão suas vidas. Estas capacidades humanas são o que os Assistentes Sociais no seu cotidiano de trabalho com as populações vulneráveis, defendem, resgatam e concretizam, no sentido de empoderamento das populações para exercício de sua cidadania.

O objetivo básico do desenvolvimento é alargar as liberdades humanas. O processo de desenvolvimento pode expandir as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas. E as pessoas são tanto beneficiárias desse desenvolvimento, como agentes do progresso e da mudança que provocam. Este processo deve beneficiar todos os indivíduos eqüitativamente e basear-se na participação de cada um deles. As capacidades que os indivíduos tem e as escolhas que podem ajudar a expandir essas capacidades é potencialmente infinita, embora varie muito de pessoa para pessoa (SEN, 2000).

O autor identifica cinco tipos distintos de liberdade que podem ajudar a salientar questões de políticas específicas e que tendem a contribuir para a capacidade geral das pessoas viverem mais livremente, mas, que também têm o efeito de complementar umas às outras. O argumento de que a liberdade não é apenas o objetivo primordial do desenvolvimento, mas, também, seu principal meio, relaciona-se particularmente a esses encadeamentos. São elas:

As Liberdades Políticas que incluem o que se denominam direitos civis e os direitos políticos associados às democracias e referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, etc.

As Facilidades Econômicas que são oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. Os intitulamentos econômicos que uma pessoa tem dependerão dos seus recursos disponíveis, bem como das condições de troca, como os preços relativos e o funcionamento dos mercados. A disponibilidade de financiamento e o acesso a ele podem ser uma influência crucial sobre os intitulamentos que os agentes econômicos são efetivamente capazes de assegurar. Isso se aplica a todos os níveis, de grandes empresas a estabelecimentos minúsculos que operam com base em microcréditos.

As Oportunidades Sociais que são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a

condução da vida privada mas, também, para uma participação, mais efetiva em atividades econômicas e políticas.

As Garantias de Transparência que referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantia de clareza. Quando essa confiança é gravemente violada, as vidas de numerosas pessoas – tanto as envolvidas diretamente como terceiros – podem ser afetadas negativamente. Essas garantias têm um claro papel instrumental como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas.

A Segurança Protetora é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte. A esfera da segurança protetora inclui disposições institucionais *fixas*, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes (p. 55 e 56).

Assim, segundo o autor, as liberdades instrumentais aumentam diretamente as capacidades das pessoas. São suplementares e podem reforçar umas às outras, portanto é importante apreender essas interligações ao deliberar sobre as políticas de desenvolvimento.

Em setembro de 2000 a ONU promove em Nova York uma Reunião de “Cúpula do Milênio” oportunidade em que líderes de 189 países firmaram um pacto de compromisso de eliminar a extrema pobreza e a fome no mundo até 2015. Esse pacto ficou documentado como a “Declaração do Milênio” e traz “Os Desafios do Milênio” resumidos em oito compromissos: 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2. Atingir o Ensino Básico Universal; 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4. Reduzir a Mortalidade Infantil; 5. Melhorar a Saúde Materna; 6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; 7. Garantir a Sustentabilidade Ambiental e 8. Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento. Este momento, segundo o PNUD (2008), representou um momento de síntese na história da ONU, chamando também para o compromisso, além dos diferentes níveis de governo, as empresas e as organizações da sociedade.

O PNUD admite que o IDH é um ponto de partida, visto que o processo de desenvolvimento é muito mais amplo e mais complexo do que qualquer medida sumária conseguiria captar, mesmo quando completada com outros índices, tanto que no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004 já estabeleceu uma importante relação entre rendimentos relativos e capacidades humanas absolutas, a

recomendação é de que para que se “erradique a pobreza, tem que enfrentar primeiro, com êxito, o desafio da construção de sociedades culturalmente diversificadas e inclusivas. Fazê-lo com êxito é condição prévia para os países se concentrarem adequadamente em outras prioridades do crescimento econômico, a saúde e a educação para todos os cidadãos. O desenvolvimento humano tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade das pessoas viverem o tipo de vida que escolheram e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem suas escolhas” (RDH, 2004).

Segundo Veiga (2005), o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004 enfatiza que o desenvolvimento depende da maneira como os recursos gerados pelo crescimento econômico são utilizados: se para fabricar armas ou para produzir alimentos; se para construir palácios ou para fornecer água potável. E resultados humanos como a participação democrática na tomada de decisão, ou igualdade de direitos para homens e mulheres, não dependem dos rendimentos. Para o autor não é uma medida abrangente, o problema ainda é a não inclusão no IDH de algumas medidas de dimensão cívica como por exemplo: a capacidade de participar nas decisões que afetam a vida das pessoas e de gozar o respeito dos outros na comunidade pela dificuldade de quantificar adequadamente aspectos tão complexos do desenvolvimento. A omissão dessa dimensão cívica tem sido uma grande dificuldade e por isso vem sendo tratada de forma qualitativa com abordagens nos relatórios de temas como democracia e liberdade cultural.

Sachs (2002) defende que para que o desenvolvimento seja sustentável deverá ter como base oito dimensões que são as sustentabilidades: social, cultural, ecológica, ambiental, econômica, territorial, política nacional e política internacional.

Concordamos com Sachs quando dá destaque especial à sustentabilidade social, por se constituir na própria finalidade do desenvolvimento, já que segundo ele, existe a grande probabilidade de que um colapso social ocorra antes da catástrofe ambiental, então para que se alcance um desenvolvimento com sustentabilidade social é necessário que se alcance um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo, com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

Como vimos a sustentabilidade constitui-se num conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto

internacional em constante expansão. Pensando em termos mundiais Sachs coloca que "a sustentabilidade social aparece como uma preocupação relacionada á organização interna de cada sociedade humana e da comunidade mundial de nações cada vez mais interdependentes – consideradas como um todo" (SACHS, 2007, p.288).

Sachs (2007) coloca ainda que a caracterização de uma sociedade com sustentabilidade social seria a ausência de guerras, de violência, e um regime político não-totalitário. Para ele essa caracterização deve basear-se nos valores primordiais de equidade e democracia, sendo a democracia a apropriação efetiva de todos os direitos humanos (políticos, civis, econômicos, sociais e culturais) por todas as pessoas. Este é o mesmo foco colocado por Amartya Sen, quando coloca nas aptidões humanas, que uma sociedade sustentável deve aumentar continuamente a capacidade das pessoas de fazerem e serem aquilo que valorizam.

Para Bellen (2005), a sustentabilidade é dada como a presença do homem na biosfera. O bem-estar do homem, as condições humanas e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida são a preocupação maior. Coloca ainda que alcançar o progresso em direção à sustentabilidade é claramente uma escolha da sociedade, das organizações, das comunidades e dos indivíduos e qualquer mudança só será possível quando houver grande envolvimento da sociedade pensando a longo prazo e reconhecendo o seu lugar dentro da biosfera.

Jacobi (2001) alerta que o que se observa é que enquanto se agravam os problemas sociais e se aprofunda a distancia entre os países pobres e os industrializados, emergem com mais impacto manifestações da crise ambiental que se relacionam diretamente com os padrões produtivos e de consumo prevalentes. Para ele, o desenvolvimento sustentável somente pode ser entendido como um "processo que deve enfatizar os aspectos qualitativos especificamente aqueles relacionados à equidade social e ao uso de recursos". Assim, a ênfase do desenvolvimento deve fixar-se na superação dos déficits sociais, na satisfação das necessidades básicas e nas alterações de padrão de consumo. A sustentabilidade como novo critério básico e integrador precisa estimular permanentemente as responsabilidades éticas, na medida em que a ênfase nos aspectos extra-econômicos serve para reconsiderar os aspectos relacionados a equidade, a justiça social e a ética dos seres vivos (JACOBI, 2001).

É no sentido de alcançar um desenvolvimento com sustentabilidade social para o país e para a região que o Serviço Social brasileiro e rondoniense vem se posicionando, pois, é histórica na profissão, a tradição de luta pela garantia de direitos,

que se caracteriza pelo compromisso ético com a dignidade humana, pelo respeito ao outro em todas as suas situações de vida e escolhas, sem discriminações e preconceitos de raça, etnia, religião, orientação sexual, etc. As diferentes concepções e tendências profissionais não estão acima dos valores e princípios éticos que unem internacionalmente os assistentes sociais em uma luta comum.

Para demonstrar a contribuição teórica nesse sentido, no próximo capítulo busca-se demonstrar as interfaces do Serviço Social com o desenvolvimento sustentável, desde o seu surgimento no Brasil e também a importância do trabalho do Assistente Social para o alcance dos indicadores de sustentabilidade social.

CAPÍTULO III

INTERFACES DO SERVIÇO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A historia da existência humana refere-se a uma sucessão de diferentes modos de produção, que foram se transformando ao longo da história até chegar ao capitalismo. Inicialmente o trabalho tinha por finalidade a produção de bens para o consumo próprio, onde as pessoas produziam o suficiente para sua sobrevivência. Com o advento da propriedade privada, do capitalismo, os não proprietários foram obrigados a trabalhar para sobreviver, ou seja, são obrigados a vender sua força de trabalho para outros que são proprietários. O produto do trabalho que até então pertencia ao produtor não mais lhe pertence, o trabalho passou a ter caráter de troca e o próprio homem se converteu em mercadoria, uma vez que ele passou a ter seu valor no mercado de trabalho (MARX E ENGELS, 1997).

Os modos de produção não são invariáveis ou estáticos. Eles estão em constante processo de transformação. O modo de produção capitalista que visa em última instância garantir a acumulação do capital, já experimentou várias reestruturações com inovações tecnológicas e organizacionais, desde a emergência de seu modo de produzir, para controlar o trabalho, para aumentar o lucro e responder às suas próprias crises (MARX E ENGELS, 1997).

As mudanças no mundo do trabalho ocorreram mais intensamente a partir de 1970, nos países centrais, constituindo o chamado padrão de acumulação flexível, que teve como marca a introdução de novas tecnologias e novas formas de gestão na organização do trabalho no setor produtivo. Essas mudanças se processam juntamente com o avanço da globalização da economia capitalista entendida como a “mundialização do capital” (CORREIA, 2007).

O eixo da reestruturação capitalista

> é a volta da liberdade do mercado cortando as amarras impostas pelo pacto social-democrata e pelo estado intervencionista. O retorno do laissez faire em tempos de globalização permite que o fluxo de capitais se mobilize instantaneamente entre os mercados mundiais favorecendo os monopólios financeiros que controlam a economia mundial. Isso se processa pela destruição dos direitos sociais e trabalhistas,

> eufemisticamente chamados de flexibilização, de terceirização. (CORREIA, 2007, p.14).

Nesta fase que Correia (2007) chama de “mundialização do capital”, o novo estilo de acumulação representa o processo de “financeirização do capital, dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros” (p.15). O poder do capital financeiro é defendido pelas instituições financeiras internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Organização Mundial do Comércio (OMC), que representando os paises mais poderosos, pressionam os demais para adotarem políticas de liberalização, desregulamentação e privatização, impondo-lhes reformas políticas, econômicas e sociais que vão ter implicações na soberania dos países que aderirem às mesmas mediante condições de suas políticas internas e externas (CORREIA, 2007, p.15).

Nas décadas de 80 e 90 países devedores, dentre estes o Brasil, ficaram impossibilitados de pagar seus débitos, já que as taxas de juros eram flutuantes, e então o FMI e o Banco Mundial passaram a orientar as políticas econômicas adotadas pelos países Latino-Americanos, impondo-lhes a adoção de programas de estabilização econômica e de ajuste estrutural, que implicaram na reforma do Estado.

As reformas do Estado recomendadas por esses organismos internacionais são no sentido da racionalização de gastos na área social e do fortalecimento do setor privado na oferta de bens e serviços coletivos, ocorrendo nesse processo uma diminuição da intervenção estatal na área social, simultânea ao repasse da gestão de bens e serviços públicos para a rede privada, tais como a saúde e previdência, mediante a transferência de recursos públicos.

Behring (2003) chama esse tipo de Estado, de Estado Mínimo-Maximo. Ou seja, máximo para o capital na sua articulação com a burguesia através de subsídios, créditos, apoio a acumulação privada, perdão de dívidas, etc. e mínimo para o trabalho, para as classes trabalhadoras através de cortes de gastos sociais, precarização das políticas públicas, congelamento de salários do funcionalismo público, etc.

Ainda segundo a autora, impõem-se propostas de deslocamento e refuncionalização do papel do Estado em sua intervenção nas relações sociais. Apresenta-se uma perfeita sintonia e coerência entre as mudanças econômicas, o papel do Estado e o direcionamento das políticas sociais. A orientação das políticas neoliberais seguida pelos organismos internacionais exigem condições de inserção nesta

dinâmica de reestruturação capitalista e mundialização que combinam atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade. Na lógica do mercado e tendência dominante, o Estado desresponsabiliza-se da proteção social ocupando o espaço a mercantilização e transformação das políticas sociais em negócios.

Assim, o governo brasileiro vem radicalizando uma política macroeconômica, subordinada ao capital financeiro, o que tem resultado em perdas cumulativas para a classe trabalhadora, e dessa forma, segundo Vasconcelos (2007)

> O Brasil está cada vez mais submetido à vulnerabilidade externa e cada vez mais refém de uma dívida pública crescente capitaneada por uma alta taxa de juros, o que determina um crescimento econômico pouco sustentável .... A redistribuição da riqueza socialmente produzida exige um crescimento econômico mediado por uma ampla e eficiente política de desconcentração da propriedade privada. (VASCONCELOS, 2007, p.153).

É nesse contexto de relações sociais com interesses e objetivos antagônicos que se dá o exercício do Serviço Social e o processo de trabalho do Assistente Social em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

A profissão de Serviço Social surgiu no Brasil na conjuntura de 30 a 45, com influência européia, mas, é a partir 1945 que se expandiu no país, relacionada às exigências e necessidades de aprofundamento do capitalismo no país e às mudanças que ocorreram no panorama internacional com o término da segunda Guerra Mundial (BRAVO E MATOS, 2006).

Em meados da década de 60, por demandas da própria sociedade, dos movimentos sociais, a profissão começa a ser balançada por grupos de Assistentes Sociais com posições progressistas que começaram a questionar o conservadorismo no seio da profissão. Segundo Bravo et al (2006, p.31) “essa discussão na profissão não surgiu de forma isolada, mas com o respaldo das questões levantadas pelas ciências sociais e humanas, principalmente em torno da temática do desenvolvimento e de suas repercussões na América Latina” Mas, este processo foi abortado pelo golpe militar de 64, quando viveu-se uma neutralização dos protagonistas sócio-políticos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado.

A discussão dos modelos de desenvolvimento passou a ser incorporada mais enfaticamente no seio da profissão após a ditadura militar, período de

grande mobilização política e aprofundamento da crise econômica, surgindo nessa conjuntura, no Serviço Social, um movimento de ampliação do debate teórico e de incorporação de algumas temáticas como o Estado e as políticas sociais fundamentadas no marxismo. Este movimento segundo Netto (1998) foi fundamental para o entendimento da profissão hoje, pois significou o início da tendência atualmente hegemônica na academia e nas entidades representativas da categoria, que foi sendo construído na articulação com as lutas mais gerais da sociedade.

O Serviço Social é uma profissão da área de ciências sociais aplicadas, pautada em valores e princípios éticos, desenha sua ação a partir do reconhecimento das condições sócio-históricas presentes nas diversas faces da questão social. Portanto, a Questão Social, objeto da atuação profissional, na sociedade capitalista está vinculada a questões estruturais e conjunturais, bem como às formas históricas de seu enfrentamento, que envolvem a ação do capital, do Estado e dos trabalhadores.

É uma especialidade profissional dentro da divisão sócio-técnica do trabalho, cujas funções são compreender a realidade socialmente contextualizada, produzir conhecimento acerca dessa realidade e, ao mesmo tempo, intervir para transformá-la. O conhecimento e a ação concretizam-se nas políticas sociais, no cotidiano das relações, na melhoria da qualidade de vida, tanto na execução quanto na formulação e planejamento de políticas sociais públicas ou privadas. Ao desenvolver seu processo de trabalho, o Assistente Social tem em vista a efetivação e consolidação dessas políticas e a transformação da questão social presente no cotidiano dos diversos espaços de trabalho (IAMAMOTO, 1998).

A especificidade da profissão é resultante de diversos fatores, dentre os quais ressalta-se a forma de inserção do profissional na divisão social do trabalho e a maneira como imprimi visibilidade à dimensão política no processo de institucionalização da atividade profissional. Não se dissociam do processo de trabalho do Assistente Social, as condições e o modo de produção e a visão dos sujeitos.

Iamamoto (1998), analisa que ao longo da história da profissão, os espaços sócio-ocupacionais sofreram significativas mudanças, com a redução de algumas áreas, implementação de outras, reconfiguração de demandas tradicionais, reestruturação de espaços públicos e privados, alterando, assim, a própria prática profissional. Assim, para intervir na realidade, buscando acompanhar o movimento e as demandas da sociedade – as mudanças no movimento do capital e do trabalho, do Estado e da Sociedade Civil –, o Serviço Social altera-se, reestrutura-se e transforma-se

em função das modificações e da dinâmica da realidade social, bem como da apreensão de seus processos históricos, sociais e culturais, ao mesmo tempo em que reflete sobre o significado social da profissão.

O objetivo da profissão na área da saúde passa pela compreensão dos aspectos sociais, econômicos, culturais que interferem no processo saúde-doença e a busca de estratégias para o enfrentamento destas questões, considerando o conceito de saúde amplo, fruto do movimento da reforma sanitária em que os Assistentes Sociais foram um dos principais protagonistas, conforme declarado na 8ª Conferência Nacional de Saúde,

> A saúde é resultado das formas de organização social da produção: o modo de produção e consumo de cada sociedade é a raiz mais profunda que determina a saúde e a doença das pessoas, e também dos ecossistemas em que vivemos. O modelo de desenvolvimento que cada sociedade adota está no centro das relações saúde-trabalho e também no centro das relações saúde-ambiente. (RELATORIO FINAL DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986).

Nessa perspectiva, Bravo e Matos (2006), colocam que na saúde,

> Cabe ao Serviço Social – numa ação necessariamente articulada com outros segmentos que defendem o aprofundamento do Sistema Único de Saúde (SUS) – formular estratégias que busquem reforçar ou criar experiências nos serviços de saúde que efetivem o direito social á saúde, atentando para o fato de que o trabalho do assistente social na saúde que queira ter como norte o projeto ético-político profissional tem que, necessariamente, estar articulado ao projeto da reforma sanitária. (BRAVO E MATOS, 2006, p.43).

A realização do processo de trabalho do Assistente Social, compreende a presença de elementos técnicos, teóricos e políticos, que se constituem como instrumentos de trabalho que possibilitam o direcionamento da ação profissional, o próprio trabalho, tendo como objeto a questão social, que vai resultar em um produto (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Para que possa se legitimar enquanto profissão na sociedade, o Serviço Social se vale de uma série de elementos que constituem o seu Projeto Ético-Político da Profissão. Este projeto se materializa na Lei de Regulamentação da

Profissão, que garante atribuições e competências próprias aos profissionais, nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, na produção científica de diversos autores Assistentes Sociais como Marilda Iamamoto, José Paulo Neto, Raul de Carvalho, Ana Maria Vasconcelos, Yolanda Guerra, Maria Inês Bravo, Maurílio de Castro dentre outros, até nas diversas formas de organização da categoria, seja através dos órgãos de orientação e fiscalização do exercício da profissão, como CFESS/CRESS, ou sindicatos, associações, entre outros.

A Lei de Regulamentação da Profissão, além de dispor de uma maneira geral sobre o exercício profissional e a função do CFESS e dos CRESS traduz em suas definições, essa nova postura, expressando-se no arrolamento das principais competências do Assistente Social no seu processo de trabalho:

> - formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil;
> - elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
> - contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
> - planejar, organizar e administrar benefícios e serviços;
> - realizar pesquisas, que vão fundamentar as ações profissionais;
> - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
> - orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
> - realizar estudos sócio-econômicos para a identificação de demandas e necessidades sociais;
> - realizar visitas, executar perícias técnicas, elaborar laudos, pareceres e disseminar informações e conhecimentos sobre matéria do serviço social;
> - assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino;
> - supervisionar diretamente estágios e profissionais da área;
> - dirigir entidades sociais;
> - administrar setores de serviço social na área de saúde, educação, habitação, assistência social;
> - planejar, coordenar e executar programas, projetos e pesquisas na área social,
> - atuar junto a organizações populares;
> - atender individualmente ou em grupos;
> - realizar mediações familiares;
> - trabalhar com grupos sócio-educativos na perspectiva coletiva e comunitária;

- promover orientações sócio-politicas, psicossociais e sócio-econômicas;
- realizar diferentes intervenções nas expressões da questão social;
- identificar redes sociais de proteção e serviços onde elas existem e articular a sua dinâmica;
- organizar redes sociais de proteção e serviços onde não existem, articulando suas ações. (LEI Nº 8.662 DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO).

O Código de Ética Profissional traz como princípios fundamentais o reconhecimento da liberdade das pessoas, a defesa dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, a defesa da democracia, a defesa da equidade e justiça social, a universalidade, a articulação com movimentos de outras categorias profissionais, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, o pluralismo, a eliminação de todas as formas de preconceito e o exercício do Serviço Social, sem ser discriminado e nem discriminar.

Guerra (2000), destaca a importância do Assistente Social possuir clareza de seu projeto ético-político, que mantém relação direta com a dimensão teórico-metodológica, sendo que a inserção política precisa ter base ética, pois apenas o engajamento político não garante a base teórica. O profissional precisa estar associado às bases metodológicas para iluminar novas perspectivas de ação para o Serviço Social. A autora também enfatiza que é preciso que o Assistente Social tenha clareza sobre seu instrumental técnico-operativo, o que representa um de seus maiores desafios, na medida em que este se configura, através da articulação entre as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, constituindo-se como a dinâmica de operacionalização do processo de trabalho.

Associado a compreensão do referencial teórico, o profissional necessita participar de espaços de estudo, reflexão e decisão política, o que lhe permitirá uma análise mais ampla da Questão Social, bem como das correlações de forças existentes no local onde exerce suas atribuições no cotidiano profissional.

O processo de trabalho reconhece o caráter multidimensional dos sujeitos e de suas ações, considerando a complexidade do contexto e da questão social nas suas redes de relações expressas, no seu conjunto, na vida em sociedade. Ao entender a questão social como seu objeto de intervenção, o profissional vê-se na mediação dessas relações. Mediação entendida aqui como uma ação ético-política e tecnicamente qualificada, que oportuniza acordos em que os conflitos e as disputas são

traduzidos em possibilidades de resultados igualmente satisfatórios para as partes. Para isso, o exercício profissional do Serviço Social proporciona condições para fortalecer a capacidade de segurança, autonomia e independência na relação em pauta. Nessa trama, viabilizam-se conhecimentos e informações sobre direitos.

O exercício profissional realiza-se por meio da gestão e execução de projetos sociais, que nascem do desejo de transformar esse objeto, embasando-se em um diagnóstico social que possibilite o reconhecimento e a compreensão das necessidades, competências e possibilidades-alternativas de ação presentes no contexto da realidade em análise.

A ação profissional tem como atributo o conhecimento da realidade, logo, o processo de investigação está implícito na abordagem do profissional no campo de trabalho, no reconhecimento da questão social, tal como ela se apresenta. “O conhecimento é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado.” (Iamamoto,1999, p. 63). Assim, a dimensão investigativa no Serviço Social, utilizando-se dos procedimentos e técnicas concernentes com a realidade – entrevistas, observações, pesquisa de maneira geral – possibilita a percepção e a compreensão dos principais aspectos a serem construídos e trabalhados, direcionando o conhecimento e as ações. A investigação sobre o ser humano em seus múltiplos aspectos – social, econômico, emocional, espiritual, físico – e a consideração da teia de relações vividas objetiva e subjetivamente pelos indivíduos, por grupos ou comunidades são de grande importância na identificação e compreensão da questão social nas suas diversas expressões e das possibilidades alternativas de transformação.

Guerra (2000) evidencia que os instrumentais do Serviço Social são compreendidos como os instrumentos e os meios necessários para a atuação profissional, pelos quais os Assistentes Sociais podem passar da mera intencionalidade para a efetivação das ações profissionais. Daí a importância da compreensão de que as ações instrumentais que possibilitam o exercício profissional estão diretamente relacionadas com as condições objetivas, ou seja , a realidade e as condições subjetivas do profissional que possibilitam a realização do mesmo.

De um modo geral, pode-se caracterizar como produto do trabalho do Assistente Social os efeitos dessa ação nas condições da vida da população, a partir dos serviços prestados, seja pelo poder público, empresas privadas ou organizações não governamentais.

O ideário do Serviço Social se define na direção da cidadania, na perspectiva dos direitos, da participação, da democratização dos bens e serviços, da distribuição da renda, enfim, da emancipação e da independência dos sujeitos, o processo de trabalho do Assistente Social também caminha nessa direção, que caracterizam-se como indicadores do desenvolvimento com sustentabilidade social, que também podemos chamar de produto do trabalho dos Assistentes Sociais.

Democracia e participação demonstram a dimensão do processo decisório, da real distribuição do poder. Nesse mesmo sentido, são vias para a garantia do acesso à justiça, à cultura, à educação, ao trabalho, à saúde, à habitação, às distribuições de riqueza e de renda, ou seja, à cidadania (GENTILLI, 2006).

Cidadão é aquele que usufrui os bens e serviços produzidos socialmente e participa, de forma livre, consciente e autônoma das decisões sobre a vida de seu município, estado e país. Além disso, participa das dimensões política, econômica, cultural, ética e das diversas esferas do poder. Cidadania constitui-se no alcance da autonomia por parte do sujeito ativo e participante, que tem consciência das desigualdades e é capaz de trabalhar na construção coletiva de uma sociedade humana mais justa e solidária. Para o profissional de Serviço Social, é no exercício desses direitos que o sujeito interfere, influi e modifica as suas relações sociais, o seu modo de existir, estabelecendo novas formas de ocupar espaços e se emancipando.

Assim, é desafiante o processo de trabalho dos Assistentes Sociais, que, pelo próprio projeto ético-político, tem na sua prática cotidiana princípios e valores comprometidos não só com a emancipação do ser humano, enquanto singular, mas também com as classes trabalhadoras, enquanto coletivo (VASCONCELOS, 2007).

A ênfase nos direitos sociais agrega elementos fundamentais do desenvolvimento do processo de trabalho no Serviço Social, incluindo-os não só como parte para a sobrevivência, mas também como condição essencial à emancipação dos sujeitos. Como já colocamos, almeja-se o acesso ao bem-estar econômico, à segurança e ao usufruto dos bens e serviços, possibilitando à população, com a qual se trabalha viver com dignidade, de acordo com os padrões de educação, saúde, habitação, segurança, assistência, previdência, cultura, lazer, concebidos pela sociedade.

Em nosso país, mesmo que a Constituição de 1988, chamada de constituição cidadã, tenha acrescentado os direitos sociais aos direitos civis e políticos, o que foi um inegável avanço em especial no campo dos direitos sociais, são necessárias

transformações sociais, para que a cidadania se cumpra, pois o indivíduo não pode ser livre e autônomo, se imerso nas desigualdades sociais, políticas e econômicas.

Segundo Faleiros (2005), o acirramento da questão social, ou seja, das desigualdades sociais, políticas e econômicas, aprofunda a exclusão na realidade brasileira urbana e rural. Para ele, na atualidade, embora com um governo eleito, compromissado com a classe trabalhadora e com os excluídos, as políticas ainda não se efetivaram nessa direção. São visíveis as altas taxas de desemprego, miséria, fome, violência, dificuldade de acesso a serviços de saúde, educação, manifestações da questão social, expressando desigualdade e exclusão social. Verificam-se políticas sociais impregnadas de ações assistencialistas em detrimento de ações emancipatórias. Essas, também, são resultantes que emergem dos sistemas capitalistas, em suas contradições, pois, conferem poder e riqueza, de um lado, e submissão e pobreza, de outro, dividindo a população em classes, com diferentes objetivos e interesses. Da mesma forma, estruturam-se as organizações dos proprietários, dos dirigentes e dos trabalhadores.

As demandas tradicionais e emergentes, apresentadas ao Serviço Social, ora pelo mercado de trabalho, ora pela classe trabalhadora, se apresentam à medida que a pesquisa e o conhecimento da realidade se desenvolvem como inerentes ao próprio processo de trabalho do Assistente Social.

Assim, no nosso país, onde vivencia-se grandes desigualdades sociais e pobreza, a luta dos Assistentes Sociais se materializa:

> - Na socialização da política e no fortalecimento de instituições verdadeiramente democráticas, que assegurem a organização autônoma da classe trabalhadora e o fortalecimento dos movimentos sociais;
> - Na defesa de valores éticos em defesa do coletivo e da equidade;
> - No posicionamento contrário a toda forma de exploração, opressão e violência contra a mulher, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e contra toda forma de expressão de homofobia e restrição da liberdade de orientação sexual;
> - Na defesa de uma política econômica a serviço do crescimento e da redistribuição da riqueza socialmente produzida, e de uma política tributária redistributiva, que onere mais o capital e menos o trabalho.
> - Na participação nas lutas pela reforma agrária, para reversão da estrutura fundiária, que hoje concentra enormemente as propriedades rurais;
> - Na defesa do direito ao trabalho e emprego para todos, sem discriminação;
> - Na luta pela ampliação dos salários e rendimentos do trabalho, pois o valor do salário mínimo hoje, está longe de assegurar a garantia das necessidades básicas;

> - Na luta pela universalização da seguridade social, com garantia de saúde pública para todos e ampliação dos trabalhadores segurados na previdência social. A universalização da seguridade também pressupõe defender a política de assistência como direito social, e não como substitutivo paliativo do trabalho e do emprego e
> - Na luta em defesa da educação laica, pública e universal em todos os níveis, para reverter o quadro de reduzido acesso ao ensino superior. (BOSCHETTI,2008, p.14).

Na conjuntura atual, Neto (2008) apresenta o que considera essencial para que os Assistentes Sociais trabalhem nessa perspectiva da garantia dos direitos, que não reside no seu reconhecimento jurídico, mas principalmente em garanti-los social e praticamente.

1 - Análise rigorosa, objetiva, documentada da realidade do mundo contemporâneo, designado como globalizado e desigual;

2 - Romper com o provincianismo, o paroquialismo – não se pode continuar pensando o mundo em termos estritamente nacionais. Se se admite, no mínimo, a "globalização", torna-se necessário, sem perder de vista as particularidades regionais e nacionais, mundializar a interlocução e a reflexão. Nas condições contemporâneas, o pensamento teórico, a reflexão teórico-prática e a prática profissional ou serão "tomadas planetariamente" ou não serão capazes de responder aos desafios do tempo presente;

3 - Romper com o corporativismo profissional – os desafios não podem mais ser pensados sob a ótica da exclusividade profissional. É preciso articular a reflexão e a prática com outras categorias profissionais, conhecer suas estratégias, estabelecer alianças, criar vínculos, já que os Assistentes Sociais não são os únicos profissionais a se confrontarem com a questão da concretização de direitos;

4 - Abandono das concepções idílicas, ilusórias e de fato falaciosas acerca dos processos sociais e da dinâmica da sociedade. Implica em abandonar o falso neutralismo: implica identificar os interesses em choque e tomar posição diante deles. Implica compreender que a produção dos direitos sociais não resulta de fórmulas acadêmicas ou políticas, mas do calor das lutas de classes.

Na saúde, o grande desafio para os Assistentes Sociais é o trabalho articulado com movimentos dos trabalhadores e usuários na defesa do projeto de Reforma Sanitária que levou à criação do Sistema Único de Saúde – SUS, lutando pelo

seu aprofundamento e na sua defesa e na formulação de estratégias que levem a garantia do direito social à saúde.

Nesse sentido, Matos, 2006; Vasconcelos, 2006; Bravo & Matos, 2006 colocam que o Assistente Social necessita efetivar uma atuação competente e crítica, que consiste na facilitação do acesso de todo e qualquer usuário aos serviços de saúde; na construção e/ou efetivação conjunta com outros trabalhadores da saúde, de espaços nas unidades que garantam a participação popular e dos trabalhadores de saúde nas decisões; na elaboração e participação em projetos de educação permanente e na potencialização da participação dos sujeitos sociais contribuindo no processo de democratização das políticas sociais, ampliando os canais de participação da população na formulação, fiscalização e gestão das políticas de saúde, visando o aprofundamento dos direitos conquistados.

Netto (2008) afirma que ao longo de sua história já secular, o Serviço Social enfrentou desafios históricos e sociais. Acumulou experiências, tornou-se mais rico e diferenciado, adensou suas práticas e contribuiu, em alguns espaços nacionais, para a constituição de um corpo de conhecimentos teóricos e prático-interventivos bastante significativos, o que o potencializa para enfrentar os desafios atuais.

Ficam claras as interfaces do Serviço Social com o desenvolvimento sustentável e a importância do trabalho do Assistente Social para o alcance dos indicadores de sustentabilidade social de qualquer sociedade desenvolvida, trabalhados por Ignacy Sachs e Amartya Sen, pois o Assistente Social trabalha no empoderamento dos indivíduos para exercerem sua cidadania com liberdade de escolhas. Por outro lado demonstra-se também que somente com os conhecimentos de várias disciplinas, dentre elas o Serviço Social, num trabalho interdisciplinar, articulado, concretiza-se efetivamente as ações rumo ao desenvolvimento sustentável.

Afim de evidenciarmos contextualmente a presença do Assistente Social nos vários ciclos de desenvolvimento porque passou o Estado, no próximo capítulo apresenta-se uma síntese dos modelos e dos principais programas implantados na Região.

CAPÍTULO IV

MODELOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO IMPLANTADOS NA AMAZÔNIA E IMPACTOS EM RONDÔNIA

Este capítulo apresenta os modelos de desenvolvimento que vem sendo implementados pelo Estado Brasileiro para a Região Amazônica nas últimas décadas, partindo da contextualização destas políticas desde os anos 50, os principais programas implantados, as estratégias que vem sendo adotadas e suas implicações para a região com atenção especial para o Estado de Rondônia, com a finalidade de situar os futuros leitores sobre a realidade na qual nos debruçamos para o estudo. Algumas partes são reiterações encontradas em muitos livros e artigos de muitos outros autores como: Kohlhepp(2002), Rabello(2004) e Becker (2005) que estudaram e estudam o contexto amazônico, e o que faz-se aqui é apenas uma síntese.

Não se trata de analisar se foram ou não alcançados os objetivos dos programas e projetos e sim de enfatizar a forma como foram pensadas essas estratégias de desenvolvimento e se as formas de planejamento foi positiva para a região.

O resultado desta análise demonstra que apesar de toda uma trajetória de experiências de pensadores dessas políticas, de estudos científicos que esclarecem e comprovam os impactos negativos de um planejamento unilateral, a história se repete apesar de algumas vezes utilizar-se de participações ou modos de participação mascarados.

Na Década de 40, a principal ação do Governo para o desenvolvimento da região amazônica, foi a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA/SUDEVEA que tinha como objetivo incentivar a produção da borracha necessária aos países aliados na Segunda Grande Guerra. A Amazônia no cenário internacional era vista nesta década, como principal fornecedora de matéria prima para a industria bélica americana. Foi nesta década que foi criado o Território Federal do Guaporé (1943), que fazia parte também da estratégia de produção e escoamento da borracha através da estrada de ferro madeira mamoré.

Em fins dos anos 50, durante o Governo JK, os objetivos das políticas eram fazer a integração da Amazônia ao restante do território nacional. A intensificação de sua ocupação demográfica e o seu desenvolvimento econômico passaram a nortear a

Política Nacional para a Região e teve como principais projetos implementados, as construções das rodovias Belém-Brasília e Brasília –Acre.

No início dos anos 60 foi estendido para a Amazônia, o mesmo sistema de incentivo fiscal vigente para o nordeste, por meio do qual, se abriu a possibilidade de estimular o deslocamento do capital privado para a Amazônia, via renuncia fiscal da União às empresas interessadas em instalarem-se na região. A ideologia que alicerçava essa estratégia não era a preocupação com a ocupação do espaço, mas sim com o espaço a ser defendido. Era uma ação de estado que visava suprir o vazio demográfico, a incorporação da região ao desenvolvimento nacional e a proteção das fronteiras contra focos revolucionários.

Rondônia experimentou a adoção de políticas para povoar a região através das colônias agrícolas e logo após, com a descoberta da cassiterita, o território até então considerado vazio, passou por um intenso fluxo migratório, o que gerou um crescimento populacional repentino que foi também facilitado pela abertura da BR 29 que se transformou mais tarde em BR 364.

Após 64, os governos militares intensificaram a política de integração, ocupação e aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia e a principal estratégia foi a apropriação de terras dos Estados criando, por Decreto, Territórios sobre os quais exercia jurisdição absoluta com direito de propriedade.

No Governo Castelo Branco foi extinta a SPVEA e foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAN, para repetir na região a experiência nordestina da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE criada no Governo anterior.

A partir daí até a atualidade, o planejamento para o desenvolvimento da Amazônia, passou por seis fases de grandes programas com projetos e estratégias específicas envolvendo ações estatais e privadas a saber: Programa de Integração Nacional, Programa Polamazônia, Programa de Desenvolvimento Rural Integrado, Programa Grande Carajás, Programa Piloto Internacional para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras, Programa Avança Brasil e o atual Programa de Aceleração do Crescimento.

Nos anos 70, o governo Médici instituiu o Programa de Integração Nacional - PIN, um conjunto de estratégias dentre as quais se destacava a construção de rodovias cortando o interior da região: a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e a Cuiabá -Porto Velho -Acre. Associado ao PIN foi criado o PROTERRA, um programa

de colonização ao longo das rodovias federais situadas na Amazônia, que teve como um dos objetivos, transferir para a região os excedentes populacionais nordestinos, que estavam sofrendo com os grandes períodos de seca.

Segundo Kohlhepp (2002), este programa foi baseado no conceito de planejamento de eixos de desenvolvimento, criando-se os chamados corredores de desenvolvimento, concentrados principalmente ao longo da Transamazônica e em Rondônia ao longo da Cuiabá - Porto Velho. Embora houvesse um modelo especifico do INCRA de assentamentos somente numa faixa de 10 Km dos dois lados das rodovias, o que se viu foi a invasão das florestas iniciando-se um grande processo de desmatamento das florestas causando grandes impactos ambientais. Rondônia se tornou o foco do Governo para colonização. Nos projetos de colonização cultivavam-se produtos de exportação, como o café e o cacau ou praticava-se uma agropecuária de subsistência.

A descoberta de imensos depósitos de minérios ferro na Serra dos Carajás, no sudeste do Pará, bauxita nos vales dos rios Trombetas, no norte do Pará, e capim, próximo de Belém, cassiterita em Rondônia e no Vale do Rio Pitinga, no norte do Amazonas, próximo da fronteira de Roraima, e logo depois, minérios de cobre, manganês e níquel na Serra dos Carajás, acarretou uma mudança de enfoque.

A ação federal, em lugar de disseminar-se por toda a região, como no passado, passou a se concentrar em áreas que, por suas reservas minerais, qualidade de solos e outras características, poderiam transformar-se em pólos regionais de desenvolvimento, então o governo Geisel instituiu o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA. Parte dos investimentos deste programa foi para o Projeto Grande Carajás, na Amazônia oriental: Pará, Maranhão e Tocantins, o que resultou na exploração de minério de ferro pela Companhia Vale do Rio Doce, a construção da estrada de ferro para transporte do minério das minas até o porto em São Luis do Maranhão e de lá para o mundo. Assim se consolidou, o processo de abertura de rodovias, de construção de usinas hidrelétricas: Samuel (RO), Balbina (AM) e Tucuruí (PA), de integração de projetos industriais (ALBRAS/ALUMAR), de colonização e agro-pastoris (Maggi), e de minerais (Paranapanema/CVRD).

Estes projetos definidos como fator de integração e ocupação de fronteira geográfica, rearranjo populacional, novas infra-estruturas e viabilidade econômica, não levaram em consideração a questão ambiental o que levou a Região a

um crescimento econômico, porém, aliado a uma forte ação de expropriação dos seus recursos naturais e destruição de suas florestas.

Vivia-se um período conhecido como o período do milagre econômico, disseminando-se no Brasil afora a propaganda governamental de que a periferia amazônica era o Eldorado Brasileiro. Visando atrair o empresariado para investir na extração de recursos minerais ou na exploração de grandes áreas de terra com criação de gado, foram oferecidos vantagens e benefícios tanto ao capital privado nacional quanto ao estrangeiro, e foram atraídos também trabalhadores que se encontravam desempregados nos grandes centros.

A estratégia do Planejamento foram os conceitos de pólo de crescimento, só que estes conceitos, segundo Rabello (2004), foram mal interpretados e mal conduzidos levando a uma concentração de grandes áreas de terra ou de grandes jazidas minerais nas mãos de poucos gerando grandes especulações sobre a terra e ocasionando conflitos entre as populações tradicionais e os posseiros.

Só nessa década de 70, segundo Rabello (2004), os assentamentos em Rondônia já ocupavam mais de 10% de seu território, e sua população sofreu um grande incremento, chegando a se multiplicar cinco vezes. No final desta década já se sentia grande impactos ambientais e sociais decorrentes destes programas, que levou a destruição de grande parcela das florestas tropicais do Estado e aumentava a cada dia a procura por mais terras, gerando o que o autor chamou de “mais pressão sobre a fronteira”.

Assim, aliado ao crescimento econômico Rondônia sofre uma mudança na sua paisagem decorrente de impactos ambientais, causada pela grande destruição das florestas no processo de ocupação ao longo da rodovia, passando a ser alvo de olhares ambientalistas nacionais e estrangeiros, o que levou o estado brasileiro a sofrer severas críticas de organismos internacionais no que diz respeito ao meio ambiente e a ecologia.

Em relação ao Desenvolvimento Sustentável o que se verifica é que até o final da década de 60 as políticas para o desenvolvimento não consideravam o meio ambiente como um dos elementos que poderiam limitar o desenvolvimento. Só a partir do Relatório do Clube de Roma esta questão começou a ser discutida sendo introduzida na agenda de discussões das políticas internacionais a partir da Declaração de Estocolmo em 1972.

Em decorrência dessa visão internacional e considerando os impactos ao meio ambiente causados pelos programas de colonização, o estado brasileiro começou a se preocupar com essa problemática e a incorporar esse componente em seus programas de desenvolvimento, assim é que foi concebido o Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil - POLONOROESTE, em 1981, com financiamento do Banco Mundial, em Rondônia e no Noroeste do Mato Grosso. Este Programa embora tivesse como principal componente a construção de estradas, já contemplava recursos para a conservação ambiental e a proteção de comunidades indígenas. Tinha como intenções oficiais: concorrer para maior integração nacional; promover a ocupação demográfica da região, absorvendo populações economicamente marginalizadas de outras regiões e proporcionando empregos; lograr o aumento significativo na produção da região e na renda de sua população; favorecer a redução das disparidades de desenvolvimento, em nível inter e intra-regionais; e assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas.

O Programa foi implementado com recursos do Governo Brasileiro e do Banco Mundial, e estes recursos estavam divididos em quatro componentes de execução com os seguintes percentuais de investimentos: Infra-estrutura de transporte com 59%; desenvolvimento agrícola com 33,6%; Componente sócioambiental com 6,2% e Administração do próprio projeto com 1,2%. No Componente sócioambiental a distribuição dos recursos se deu com os seguintes percentuais: Educação 1%, Saúde 1%, Proteção Ambiental 2,1% e Questão Indígena 2,1% (BRASIL, 1981). Segundo Rabello (2004), por esta distribuição dos recursos percebia-se que a prioridade do programa estava ainda baseada principalmente na consolidação da ocupação de Rondônia, pois as principais metas eram a pavimentação da BR 364 e a abertura de uma série de estradas vicinais, ficando o componente sócio-ambiental colocado em segundo plano.

Um dos objetivos essenciais desse Programa era o de consolidar a situação das zonas de colonização existentes, através da instalação de 39 Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUAR), com equipes de apoio de infra-estrutura e no final do projeto foram limitados a 20. As equipes de apoio eram multidisciplinares e contavam com: Assistentes Sociais, Agrônomos, Economistas, Técnicos Agrícolas dentre outros. O trabalho dos Assistentes Sociais estava focado principalmente no incentivo às formas associativas para participação dos assentados nos planos, e buscar a satisfação de suas necessidades locais.

Consideramos que foi uma primeira tentativa de se estabelecer um planejamento do desenvolvimento que se daria de forma integrada entre diversas políticas públicas tendo como premissas o incentivo de métodos participativos que geraria um modelo de baixo para cima. Porém, na implementação das ações, o componente ambiental e o incentivo a participação não foram priorizados e o que se viu foram grandes mazelas ao Estado de Rondônia, como conflitos entre posseiros, abandono de famílias, violência no campo, aumento do fluxo de migrantes, desmatamento acelerado, invasão de áreas indígenas e unidades de conservação, crescimento desordenado das áreas urbanas, exploração predatória da madeira, concentração fundiária formando grandes reservas para exploração madeireira e agropastoril.

Assim, o programa que tinha duração prevista de quatro anos foi encerrado em dois anos por receber duras críticas de entidades de defesa do meio ambiente e de direitos humanos, aliada a isso, ainda existiram as denuncias de corrupção e de mau uso dos recursos e o crescente fluxo migratório para a região.

As análises feitas pelos órgãos oficiais, sobre os desastres ambientais dessa política de colonização, apontaram que um dos equívocos que gerou grandes impactos com a ocupação desordenada, foi a falta de informação aos migrantes sobre a forma correta de uso do solo amazônico e sugeriram como saída para barrar essas agressões ao meio ambiente e às populações tradicionais, que fosse elaborado e aplicado um Plano de zoneamento sócio-econômico-ecológico para o Estado.

No final da década de 80, foi criado o Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia - PLANAFLORO, também financiado pelo Banco Mundial com o objetivo de aperfeiçoar programas especiais de investimento e procurando corrigir os impactos do Programa POLONOROESTE. O novo Plano tinha como objetivo a reorganização das ações visando minimizar a problemática social e ecológica instalada anteriormente e previa grande investimento em infra-estrutura e fortalecimento institucional do setor público e de setores não-governamentais.

Segundo a Carta de Intenções do Programa, documento oficial do Governo de Rondônia, o Plano tinha como objetivo a condução racional da economia primária do Estado, de sorte a não causar maiores perturbações aos ecossistemas e sobretudo conter o acelerado ritmo de desmatamento que ora se verifica, considerando especialmente o aproveitamento dos recursos florestais diante da inegável vocação deste setor, representando desafio, para o qual o Governo do Estado busca apoio do Governo

Federal e agências financeiras externas para vencer as barreiras técnicas e econômicas que o uso profligo destes recursos se nos antepõe.

Apresentava como linhas de ação específicas: 1. Políticas Públicas e Reformas Institucionais instituindo uma série de mudanças nas políticas, regulamentações e programas de investimentos públicos e privados, visando criar uma base coerente de incentivos ao desenvolvimento sustentável de Rondônia; 2. Política Fundiária; 3. Zoneamento e Unidades Estaduais de Conservação; 4. Licenciamento Ambiental e Fiscalização; 5. Programas de Investimentos/Programa de Mídia; 6. Apoio às Comunidades Indígenas; e 7. Administração, Monitoria e Avaliação.

Para execução e liberação do financiamento pelo Banco Mundial foram firmados acordos entre Banco Mundial, Governo Federal e Governo Estadual com a participação da sociedade civil. Na execução estes acordos não foram cumpridos e isto acarretou atrasos nos repasses dos recursos. Enquanto perduravam os atrasos, a situação de conflitos e de ocupação desordenada caminhava e instalou-se no Estado um embate entre os atores do projeto. Por um lado o governo e suas agências privilegiavam as ações voltadas para o desenvolvimento econômico, enquanto as ONG's privilegiavam as ações voltadas para a demarcação de áreas indígenas e proteção de grandes áreas de reserva do Estado.

O Projeto passou por profundas reformas e foi paralisado pelos fatores acima colocados e também por outros de ordem política sobre os quais não nos deteremos.

Previsto no Plano, o Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico que é ferramenta básica como política de ordenamento ambiental para a ocupação racional das terras, foi criado através do Decreto Estadual n. 3.782 de 14/06/1988, porém, o que se constata é que esta importante ferramenta de planejamento do uso e ocupação do espaço em Rondônia é desconhecida de grande parte da população e não utilizada eficazmente pelos órgãos públicos nas suas ações de liberações de licenciamentos ou de fiscalização.

Este plano em si retratava uma idéia de planejamento rural integrado com uma característica singular, visto que priorizava o manejo dos recursos naturais como forma de garantir a sustentação social e econômica da população rondoniense respeitando o equilíbrio natural do meio, através da conservação e preservação ambiental.

As políticas de desenvolvimento continuavam a ser definidas no nível central e embora o Governo fosse sabedor da necessidade de se buscar modelos de

desenvolvimento em que seu planejamento partisse de dentro para fora ou de baixo pra cima, ou seja, a partir das necessidades e potencialidades locais e regionais, continuava a implantar modelos de cima para baixo, somente com o objetivo de crescimento econômico de grupos capitalistas, sem qualquer entendimento com as comunidades locais e regionais.

Em meados dos anos 90, a partir da preocupação internacional com a sustentabilidade do meio ambiente do planeta, cria-se o Programa Piloto Internacional para conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7), com apoio financeiro dos países do G-7 através do Banco Mundial e que tem como principal objetivo a reorganização dos modelos de desenvolvimento regional para a Amazônia.

Estaria se implantando um modelo de desenvolvimento voltado para a preservação ambiental a partir das necessidades locais com cinco linhas de ação: experimentação e demonstração de práticas locais de preservação de natureza e desenvolvimento sustentável, conservação para melhorar o manejo das áreas protegidas, fortalecimento institucional como suporte técnico aos governos estaduais da região e apoio a pesquisas científicas. São incentivadas as parcerias público-privadas, a formação de redes de ONG's e a participação da comunidade na tomada de decisão sobre o uso e gestão de seus recursos.

Segundo Kohlhepp (2002), este programa "constitui-se um grande desafio para o Governo Brasileiro", visto que desde a primeira metade dos anos 90 as atividades estatais na Região se desenvolveram de forma desigual porque os objetivos do Governo de melhoria da infra-estrutura e incentivo do desenvolvimento econômico e integração de mercados se choca com o seu compromisso de buscar o desenvolvimento sustentável local e regional.

O Plano Pluri Anual - PPA de 1996-1999, que lança o Programa Brasil em Ação do Governo FHC, exprime no fundo a perspectiva da reforma de Estado, enquadrando suas ações por meio de técnicas de gerenciamento, visando a melhoria da qualidade e da gestão de projetos. Segundo o Governo, ele está montado sobre 3 pilares: a área social, a infra-estrutura e o meio ambiente.Identifica-se aqui um apelo ideológico, associando problema social com meio ambiente. Políticas imediatistas para fazer face ao desgaste do governo e à descrença na capacidade das políticas públicas de encontrar saídas para o desemprego e para a exclusão social, restabelecendo o poder de compra dos segmentos mais pobres (Castro. 2001).

Em 2000 ainda no governo neo-liberal de FHC, o Programa Brasil em Ação se expande surgindo o Programa Avança Brasil, que fazia parte de uma estratégia de integração da Amazônia ao espaço produtivo brasileiro visando também uma integração dos mercados regionais e de consolidação da política de integração regional da América do Sul. Teve seu planejamento também de cima para baixo, com grandes investimentos de empresas privadas. Suas principais metas eram a recuperação das estradas BR 364 (Brasília-Acre) e BR 163 (Cuiabá-Santarém); o asfaltamento da BR 174 (Manaus-Boa Vista); a implementação das hidrovias do Araguaia-Tocantins e do Madeira; o Gasoduto de Urucum; etc. Segundo Becker (1999), este é um programa que não mostrou qualquer preocupação com o meio ambiente e não teve nenhuma relevância social para a região.

O PPA 2000/2003, tem como eixo central do plano a viabilização econômica, os investimentos em infra-estrutura de comunicação, de transporte e de energia. E são apontados os seguintes objetivos: crescimento sustentado, geração de emprego e renda, combate à marginalização social e à pobreza, consolidação da democracia e defesa dos direitos humanos, além da preocupação de reduzir as desigualdades interregionais. A política de expansão mercantil de produção e controle de informação se efetivam por meio de 2 Programas: Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento e Sistema de Vigilância da AM – SIVAM. Segundo o Governo, ele inova ao considerar as necessidades básicas do cidadão e monta-se sobre parcerias entre os setores público e privados, e ainda pretende-se envolver o Governo Federal, Estadual e Municipal.

Segundo Castro (2001), o programa de Eixos nacionais de Integração e Desenvolvimento seguiu um modelo de intervenção consagrada em décadas anteriores, seja por meio da noção de pólos de desenvolvimento, de regionalização, ou de grandes projetos geopoliticamente referenciado. Esses projetos desenvolvimentistas têm um papel desestruturado de relações sociais e conveniências e geram impactos importantes sobre os sócio-eco-sistemas.

O SIVAM é um projeto composto por uma grande rede de sensores e estações de usuários remotos, que servirá como ponte de lança para novos investimento estatais e empresariais nos anos vindouros. Seus serviços são a produção de informação de natureza diversa. É a política básica do Governo que pretende deixar aos militares o espaço de controle e segurança para poder viabilizar os projetos econômicos de integração da região. Com o objetivo de proteção do meio ambiente, controle e

ocupação ecológica, atualização cartográfica, proteção das populações indígenas, vigilância e controle das fronteiras, monitoramento da navegação fluvial e de queimadas, combate às atividades ilegais e monitoramento e controle do tráfego aéreo. Segundo Castro (2001, p.23) “esse programa foi traçado e foi sem grandes discussões no seio da sociedade civil. Foi implantado e não estabeleceu debates com a sociedade civil e nem canais de comunicação internacional”. Ou seja, foi totalmente imposto de cima para baixo.

O Governo Lula, em 2003, sob a bandeira de “Brasil um País de Todos”, idealizou o Plano Amazônia Sustentável – PAS, um plano estratégico para a Amazônia, que tinha como objetivo reduzir as desigualdades regionais do País, buscando saídas para o desenvolvimento da região. Para a aprovação do plano o Governo Federal realizou um grande acordo entre governo federal, governos estaduais, setor empresarial e sociedade civil em torno da implementação de um novo modelo de desenvolvimento para a região. Do encontro de representantes dos setores envolvidos, realizado em Rio Branco/AC, resultou a aprovação do documento “Amazônia Sustentável: Diretrizes e prioridades do Ministério do meio Ambiente para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira”, que contempla cinco eixos temáticos: 1. Produção sustentável com inovação e competitividade; 2. Gestão ambiental e ordenamento territorial; 3. Inclusão social e cidadania; 4. Infra-estrutura para o desenvolvimento; 5. Novo padrão de financiamento.

Na elaboração deste Plano a Sociedade civil da região participou de diversas oficinas na perspectiva de ter no documento final garantias de ações para um desenvolvimento com sustentabilidade dos povos amazônicos, e isto não aconteceu totalmente já que os interesses econômicos presentes na região conseguiram garantir a continuidade de seus projetos, nem sempre sustentáveis como: agro-negócio da soja, da cana de açúcar e do boi sem resistências legais para seus empreendimentos.

Para Castro (2001), os novos paradigmas deixam claro que há uma continuidade na formulação de políticas, sendo priorizada a dinâmica econômica, para ele, as matrizes conceituais reais são ultrapassadas do ponto de vista de um desenvolvimento social e ambientalmente coerente e correto. Os impactos do Plano Brasil em Ação sobre a destruição da floresta o aumento de conflitos pelo uso dos recursos naturais, a corrida desenfreada de novos atores, nacionais ou estrangeiros, incentivados pelo Estado, fazem-se sentir, aumentando a pressão sobre as populações tradicionais e a exclusão social. E, por outro lado, a sociedade civil, que manifesta seu

desacordo com o encaminhamento de estratégia, que prioriza os grandes projetos de infra-estrutura na Amazônia.

No início de 2007 o Governo Lula lançou o programa de Aceleração do Crescimento–PAC, que compreende um conjunto de mediadas a serem implantadas em 4 anos que, segundo documentos oficiais, objetiva o crescimento do PIB, a geração de emprego e melhor distribuição de renda. Prevê o financiamento de mais de 700 bilhões de reais originados do tesouro nacional, das estatais, do FGTS e da iniciativa privada. Os maiores investimentos estão direcionados à criação de infra-estrutura econômica e social (Logística/Energética/Social e Urbana), de modo especial em geração de eletricidade e rodovias, numa ofensiva de retomada do crescimento do País, tendo na região norte um forte aliado para o almejado.

O programa prevê ainda investimentos em medidas para estimular o crédito e financiamento, melhoria do marco regulatório na área ambiental, com uma proposta de Lei que define o papel de cada órgão público, desoneração tributária, incentivar mais investimento no país como a redução de tributos para diversos setores da industria, medidas fiscais de longo prazo relativas ao controle das despesas com a folha de pagamento e a modernização do processo de licitação.

Para as diversas políticas públicas o Governo apresentou um PAC setorial. Para a Saúde foi lançado o “Programa Mais Saúde – Direito de Todos” . Segundo o Ministério da Saúde, o programa se constitui numa “reorientação radical da política de Saúde”, e um grande salto para que a população brasileira possa melhorar suas condições de saúde e qualidade de vida tendo mais acesso a ações e serviços de qualidade e que a partir do novo modelo, o setor saúde consolida-se como um campo gerador de empregos, renda e de divisas.

As medidas apresentadas são estruturadas em sete eixos que segundo o Ministério da Saúde permitem articular a dimensão econômica e a dimensão social da saúde e que convergem para a construção de um sistema de saúde universal que se associa a um padrão de desenvolvimento nacional voltado para a qualidade de vida de seus cidadãos em suas múltiplas dimensões. Os eixos são os seguintes: 1 – Promoção da saúde que perpassa todos os eixos do programa, uma vez que articula o elo saúde e desenvolvimento; 2 – Atenção a saúde, envolvendo a assistência básica e as ações de alta e média complexidade, a regulação e a qualificação da saúde suplementar e a integração com ações voltadas para o monitoramento, a prevenção e a vigilância em saúde; 3 – Complexo industrial e de inovação em saúde, que dotará o país de uma base

produtiva e de conhecimento capaz de garantir uma capacidade de oferta interna que permita o atendimento integral ás necessidades de saúde da população; 4 – Força de trabalho em saúde centrado na qualificação, expansão e adequação das formas e dos contratos de trabalho; 5 – Qualificação da gestão que visa a garantia da eficácia, a eficiência e a efetividade das ações e a otimização dos recursos aplicados, mediante o estabelecimento de compromissos pactuados entre os gestores do sistema.

Todos estes investimentos previstos no PAC para infra-estrutura, estão de acordo com o planejamento de integração econômica traçado pela Iniciativa de Integração da América do Sul – IIRSA desde o ano de 2000, da qual o Brasil faz parte, inclusive com aportes financeiros em diversos projetos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que junto com a Cooperação Andina de Fomente (CAF), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) formam a base de crédito para estas iniciativas. A consolidação do IIRSA depende destas grandes obras: rodovias, ferrovias, hidrovias, hidrelétricas, gasodutos, telecomunicação entre outros.

Podemos concluir dizendo que ao longo do tempo, os projetos de desenvolvimento da Amazônia têm apresentado como característica marcante, o fato de serem orientados de fora para dentro ou de baixo para cima. Os primeiros foram pensados por políticos e técnicos centrados no governo federal, em seus gabinetes, sem conhecimento da realidade e que ainda tinham uma visão mítica da Amazônia como um grande “vazio demográfico”, “inferno verde” e “pulmão do mundo” que corria o risco de ser invadida considerando suas extensas áreas de fronteira. Os atuais planejadores embora reconheçam a importância da participação regional e local na definição desses programas, permanecem com a velha prática de planejar de cima para baixo e lançar projetos e obras sem a adequada discussão pública com as comunidades envolvidas. A exemplo das construções das usinas no Rio Madeira, a despeito das poderosas Audiências Públicas realizadas por órgãos governamentais com apoio financeiro de empresas privadas interessadas, onde se sentia nitidamente a relação de poder instalada. Por um lado os técnicos imponentes se colocando em posição superior, até estrategicamente em palcos, faziam ricas apresentações de grandes propostas onde é dada relevância aos supostos benefícios e pouco se demonstrava de possíveis conseqüências negativas. O “caboco” da comunidade ou o cidadão comum, que já chegou ali trazido por esses “patrocinadores” sente-se oprimido, permanecendo sentado, calado com medo de se expressar diante de tanto poder colocado à sua frente.

Não se trata de ser contra os investimentos econômicos para o Estado ou para a Região, pois a população precisa trabalhar e sobreviver, mas tem que se pensar em conjunto, no que pode ser feito para garantir que nos planejamentos as dimensões de sustentabilidade do desenvolvimento colocados por Sachs não sejam esquecidos e que as populações tenham a liberdade de terem e serem aquilo que valorizam.

Nesse sentido concordamos com Aragon apud Rivero (2008), quando afirma que está em processo a construção de uma nova visão da região amazônica. Para ele essa nova visão exige um modelo de desenvolvimento capaz de gerar riqueza e emprego sem destruir o que resta de floresta e sem marginalizar o homem. Coloca ainda que nesse sentido, novas bases deverão ser incorporadas na formulação de políticas publicas de desenvolvimento sustentável para a região dentre as quais destacamos: A complementaridade entre os processos de conservação ambiental e desenvolvimento, pois segundo ele não existe desenvolvimento sem conservação nem conservação sem desenvolvimento; A geração e uso de modernas tecnologias apropriadas ao meio constituindo-se numa verdadeira “revolução científico-técnica para a Amazônia” citada por Becker (2005); O reconhecimento de que a Amazônia se transformou profundamente tornando-se uma questão global e nacional, trazendo à luz na região novos atores, novas redes, novas instituições, ONGs nacionais e internacionais, aumentando o poder local de comunidades na reivindicação de seus interesses as quais demandam incorporação ativa nas propostas de desenvolvimento e na partilha de seus benefícios e por fim a aceitação do fato de que a Amazônia não é soberania somente de um país e que são necessários acordos entre os países que compartem a região sobre uma serie de princípios básicos que orientem as políticas públicas em nível nacional, de tal forma que se consigam ações coordenadas, sustentáveis e complementares.

Assim, a modificação das estratégias da política regional e o desenvolvimento regional descentralizado deverão satisfazer as condições de vida da população regional, tendo como base o manejo sustentável dos recursos e a preservação da biodiversidade da Amazônia.

CAPÍTULO V

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nos capítulos anteriores, foram feitas apresentações dos referenciais teóricos e conexões da temática com o serviço social e com o desenvolvimento do Estado, agora, as histórias vividas pelas primeiras Assistentes Sociais e os dados das realidades se constituem objetos de estudo neste capítulo.

Neste momento de análise e interpretação dos dados, evidenciamos a inserção do Serviço Social no contexto dos três cenários de desenvolvimento do Estado de Rondônia, que dividimos em função de marcos que consideramos históricos não só para o Estado, como também para o Serviço Social no Estado, conforme delimitados abaixo.

O primeiro cenário - O Serviço Social no contexto dos projetos de colonização do antigo território que se inicia na década de 40, com a criação do Território Federal do Guaporé até a criação do Estado de Rondônia em 1981 quando as principais questões sociais eram: migração desordenada, malária, assentamentos com ausência de serviços públicos, disputa por solos cultiváveis;

O segundo cenário - O Serviço Social no contexto de transformação de Rondônia de Território Federal em Estado da Federação, momento no qual Rondônia experimentou a adoção de diversos programas de desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade e os principais problemas sociais eram: Migração, doenças infecto-contagiosas, ocupações urbanas desordenadas, ocupações de terras indígenas e de reservas, garimpo, etc.

O terceiro cenário - O Serviço Social de Rondônia no contexto atual em que convivemos com as questões de intenso fluxo migratório, de forte desagregação familiar, de insegurança, de medo, de crescimento dos índices de doenças infecto-contagiosas, de sobrecarga dos serviços de saúde e educação, de precárias condições de moradia, de insuficiência de saneamento básico nas cidades e de disputa pela terra na área rural.

E, na última parte, denominada às conseqüências futuras, apresentamos as questões sociais que poderão se agravar em decorrência do acelerado processo de crescimento econômico que passa o Estado, que se constituem em desafios

para o Serviço Social que os profissionais devem estar atentos para o seu enfrentamento com competência crítica e propositiva.

1 - O SERVIÇO SOCIAL DE RONDÔNIA NO CONTEXTO ATUAL

Apresentamos o Serviço Social de Rondônia no momento presente a partir dos dados da pesquisa realizada com profissionais Assistentes Sociais da Política Pública da Saúde em Porto Velho.

Para a análise e apresentação dos dados, a entrevista semi-estruturada foi dividida em duas partes. A primeira contemplou os dados gerais dos profissionais, relações de trabalho e participação política dos mesmos, que nos permitiu traçar um perfil geral desses profissionais e assim identificar de quais sujeitos estamos falando, onde eles estão inseridos e como trabalham. A segunda parte que contemplou as questões abertas sobre a relação do trabalho profissional com o desenvolvimento local nos levou a identificar a relação do trabalho desses profissionais com o desenvolvimento local e qual a percepção da importância de seu trabalho e também identificar os desafios que se colocam para esses profissionais frente ao contexto sócio-econômico atual.

O número total de entrevistadas foi de 22 profissionais Assistentes Sociais lotadas nas (04) quatro Unidades Estaduais de Saúde pesquisadas em Porto Velho, conforma Tabela 1.

TABELA 1

Distribuição dos Profissionais participantes da pesquisa por unidades

UNIDADE	Nº. DE A.S. TRABALHANDO	Nº. DE A.S. ENTREVISTADAS
Floresta Amazônica	15	11
Mata Atlântica	10	05
Jardim Botânico	05	03
Jardim Babilônia	05	03
TOTAL		**22**

Fonte: Elaboração da autora/2008

1.1 - A organização do Serviço Social nas Unidades Estaduais de Saúde

Na primeira gestão do atual Governo, houve uma reforma administrativa, e com ela uma alteração da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde e de suas Unidades Assistenciais. Nesta reforma o Serviço Social e outras Profissões a exemplo da Psicologia deixaram de existir como setores específicos nos organogramas das Unidades ficando em apenas uma delas, integrando um Núcleo Psico-Social. Nas Unidades onde o Serviço Social não aparece na estrutura organizacional, os profissionais respondem diretamente à Direção Geral. Segundo levantamento feito pelo CRESS à época, esta retirada do Núcleo de Serviço Social das Unidades, partiu do órgão central, no caso, a SESAU, que por desconhecimento por parte dos gestores, da importância desse Setor nas Unidades, tomou-se uma medida que trouxe prejuízos para a categoria, para a própria instituição, bem como para os usuários.

A extinção dos setores tomou a todos de surpresa, pois não houve nem por parte das direções das unidades nem por parte da equipe técnica de assessoria do nível central um estudo onde fossem ouvidas as categorias profissionais. Inicialmente o grupo de Assistentes Sociais de cada unidade ficou sem direção, as chefias que estavam nomeadas não mais tinham esse papel, e não existia definição do setor no qual estariam lotadas essas profissionais, já que o setor de Serviço Social não mais existia. A situação levou o grupo a buscar apoio junto ao CRESS, e aquele Conselho em reuniões com Equipe de Assessoria do Secretário e com o próprio Secretário, demonstrou a importância da profissão para a implementação da Política de Saúde no Estado de acordo com os princípios do SUS e de que forma isto acontece no trabalho do Assistente Social dentro das unidades de saúde. O CRESS então reivindicou oficialmente a volta do Setor nas estruturas, porém até o momento nada foi feito para reparar esse erro.

Para os profissionais esta mudança representou um grande desprestígio à profissão o que levou a uma desmotivação de parte da equipe e consequentemente a uma perda de qualidade dos serviços prestados à população usuária. A leitura que fazem os profissionais é de que não há priorização de qualquer ação ou trabalho que venha ou que tenha como principal foco a integralidade do atendimento ao usuário.

A estrutura funcional do Serviço Social nas Unidades é composta por uma equipe de profissionais Assistentes Sociais (tabela 1) e servidores de diversos cargos administrativos (Agente Administrativo, Agente de Portaria, Auxiliar Administrativo, Agente de Portaria, Auxiliar de Serviços de Saúde), que exercem atividades de apoio e secretaria.

A localização e espaço físico destinado para os setores de Serviço Social nas Unidades são praticamente iguais, ou seja, composto por uma Sala, localizada em um das primeiras alas das unidades, onde também estão localizados vários setores administrativos e onde o público tem acesso livre. Estas salas são divididas com a Secretária do setor e outros servidores, não existindo privacidade para o atendimento do Assistente Social aos usuários. Nestas condições está sendo ferido o Código de Ética dos Assistentes Sociais, em seu capítulo V, que trata do sigilo profissional nos artigos 15 e 16, que nos diz que “se constitui direito do Assistente Social manter o sigilo Profissional, que protegerá o usuário em tudo aquilo de que ele tome conhecimento como decorrência do exercício da atividade profissional (CÓDIGO DE ÉTICA, 1993).

Os equipamentos são precários, não se dispõe efetivamente de veículo para o trabalho de intersetorialidade com as demais políticas sociais ou para a realização visitas domiciliares, muito necessárias para o conhecimento da realidade e verificação dos fatores determinantes do processo saúde-doença do usuário. Em duas unidades, e a maior está incluída, ainda se trabalha somente com um telefone fixo para uso de toda equipe, máquina de datilografia, móveis e equipamentos depreciados, iluminação inadequada, calor excessivo, entre outros desconfortos.

Na maior unidade – Floresta Amazônica, pelo número de leitos é necessária a presença do Assistente Social em 13 clínicas de internação, somente em três destas existe uma sala específica do Serviço Social. Nas demais, este espaço é dividido com outros profissionais como Psicólogo e Fisioterapeuta e também com as Secretárias. Nestas salas as condições de trabalho também são precárias, existindo apenas uma mesa e duas cadeiras não padronizadas, um arquivo e um armário depreciados, não há linha telefônica nem equipamentos de informática. Todos os registros e documentos são feitos manualmente.

Todos os servidores do Serviço Social das Unidades, embora contratados para trabalharem 40 horas semanais, trabalham 30 horas, por normativa da atual gestão . A equipe está distribuída em dois turnos de trabalho, o turno da manhã

que compreende o horário das 7 às 13 horas e o turno da tarde que compreende o horário das 13 as 19 horas.

As equipes das unidades também trabalham com o regime de plantão nos finais de semana e feriados no período diurno, em virtude de que, segundo as chefias do serviço, as equipes são pequenas para ter profissionais exclusivos para os plantões, e como a carga horária trabalhada já contempla as 30 horas semanais, foi instituído o plantão de 12 horas, das 7 as 19 horas, para os sábados, domingos e feriados, em que todos os servidores – Assistentes Sociais e Secretárias estão inseridos, fazendo um plantão por mês. Como não recebem nenhum incentivo financeiro a mais, também foi instituído que a cada plantão de 12 horas o servidor tem dois dias de folga no mês.

Verifica-se então que as unidades pesquisadas não oferecem condições de trabalho com inovações tecnológicas essenciais para se dar conta da demanda que se coloca atualmente para o Serviço Social e também com essa deficiência de gestão, fere-se o código de Ética dos Assistentes Sociais, que em seu Capítulo II, art. 7º, coloca que um dos direitos do profissional é "dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional".

O quadro acima também nos remete à representação dos gestores da saúde em relação aos Assistentes Sociais das unidades, como um trabalhador administrativo, embora o setor responda diretamente à Direção Geral. Essa representação é demonstrada quando retira o setor da estrutura organizacional, quando não lhe dá as condições de trabalho necessárias para o desenvolvimento do trabalho técnico, quando lhe coloca em espaços físicos inadequados que limitam o atendimento aos usuários, e quando lhe coloca em alas destinadas a setores administrativos ou de recepção.

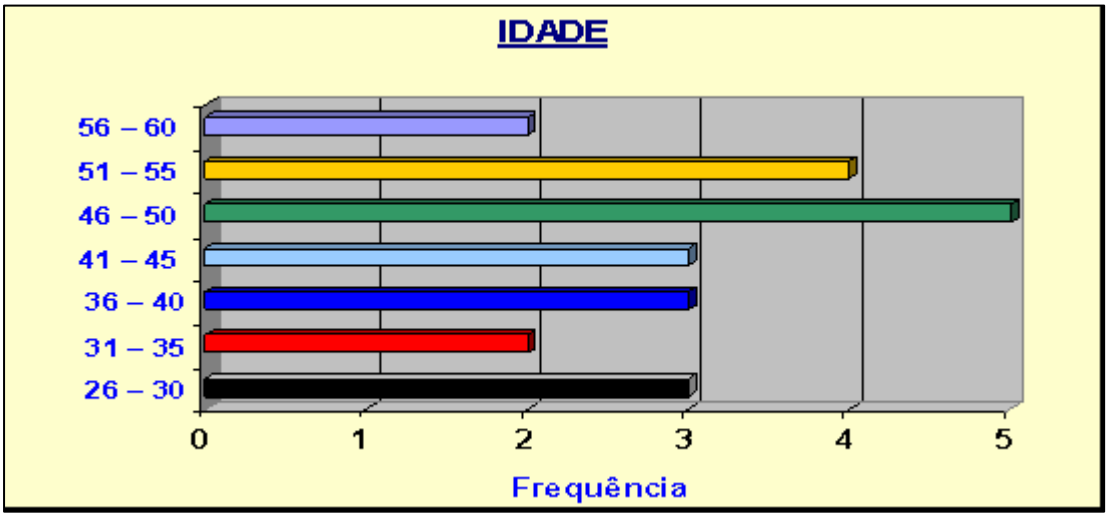
1.2 - Perfil das Assistentes Sociais da Saúde do Estado de Rondônia

A totalidade dos profissionais entrevistados foi do sexo feminino, o que confirma também em nosso Estado a tendência histórica da profissão ser predominantemente feminina.

As profissionais entrevistadas se concentram em sua maioria, 41,5% na faixa etária de 46 a 55 anos de idade, seguida por 27,28% na faixa de 36 a 45 anos, o que demonstra uma parcela expressiva de profissionais em idade madura, conforme gráfico 1.

GRÁFICO 1

Faixa Etária das Assistentes Sociais da Saúde/RO

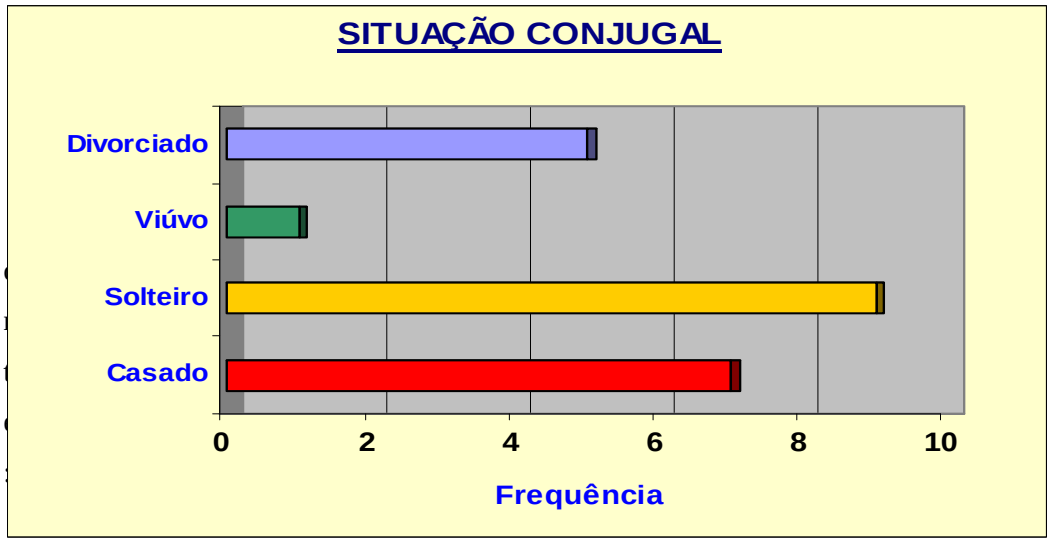


Fonte: A Autora/2008

Quanto ao estado civil, verificou-se que 40,91% são solteiras, seguidas por 40,91% de casadas e também um número que consideramos expressivo de Separadas, 22,7%. São 77,27% as que têm filhos e destas, 50% tem mais de um filho, conforme demonstram os gráficos 2 e 3.

GRAFICO 2

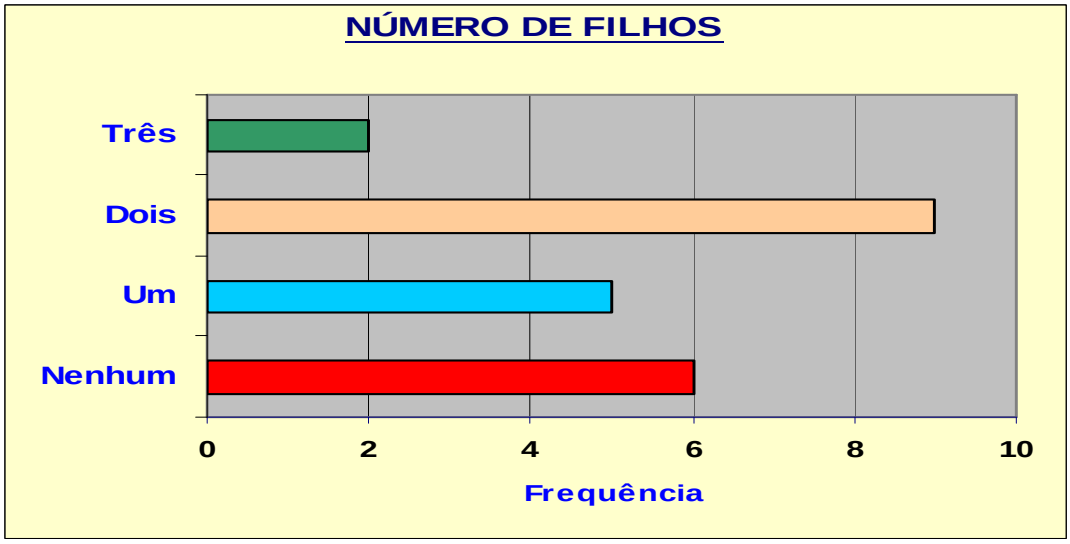
Situação conjugal das Assistentes Sociais da Saúde/RO



Fonte: A autora/2008

GRAFICO 3

Número de filhos das Assistentes Sociais da Saúde/RO



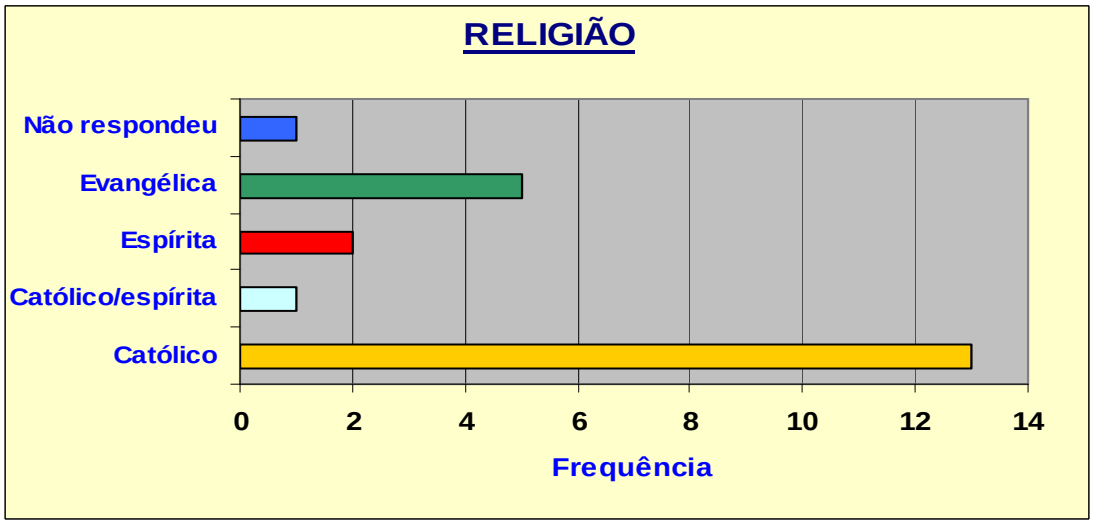
Fonte: A autora/2008

Quanto à religiosidade, gráfico 4, as religiões que mais se destacaram foram a católica, com 51,09%, seguida da evangélica com 22,73%. Das católicas, 11 declararam que são praticantes com freqüência semanal e 02 declararam que não são

praticantes, ou seja, apenas professam uma fé religiosa. Das evangélicas todas colocaram que participam semanalmente de atividades da igreja. Destaca-se que uma entrevistada disse preferir não responder a esta pergunta. A inclusão do indicador religião no perfil dos profissionais é importante porque, segundo Vasconcelos (2007, p.295) "em vários momentos, os profissionais tomam como referência os valores religiosos, não só nas suas análises e avaliações, mas no encaminhamento das ações com os usuários".

GRAFICO 4

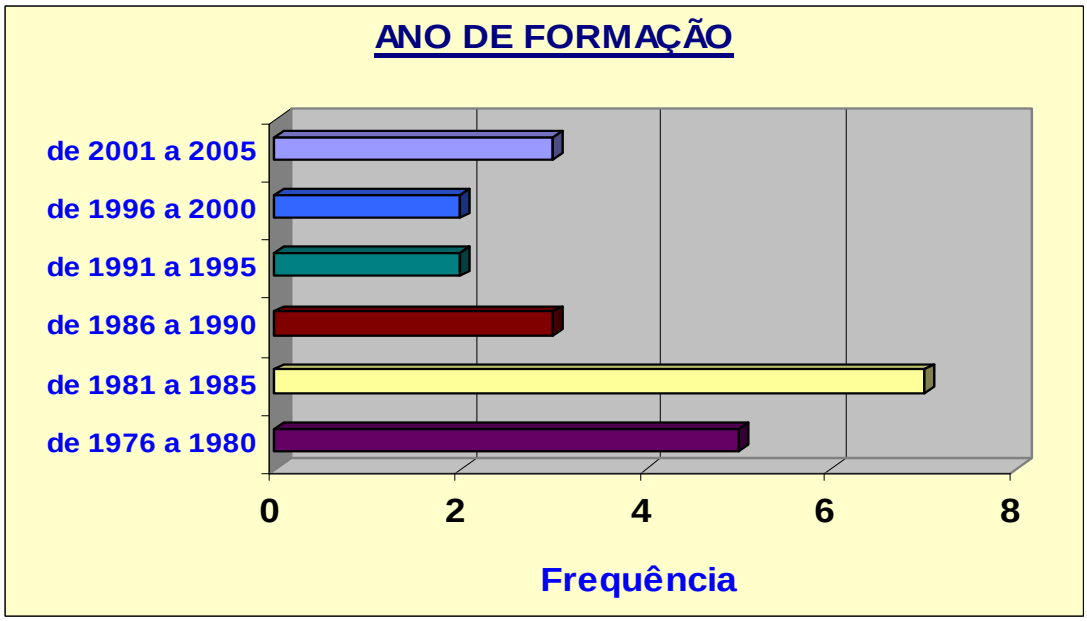
Religião das Assistentes Sociais da Saúde/RO



Fonte: A autora/2008

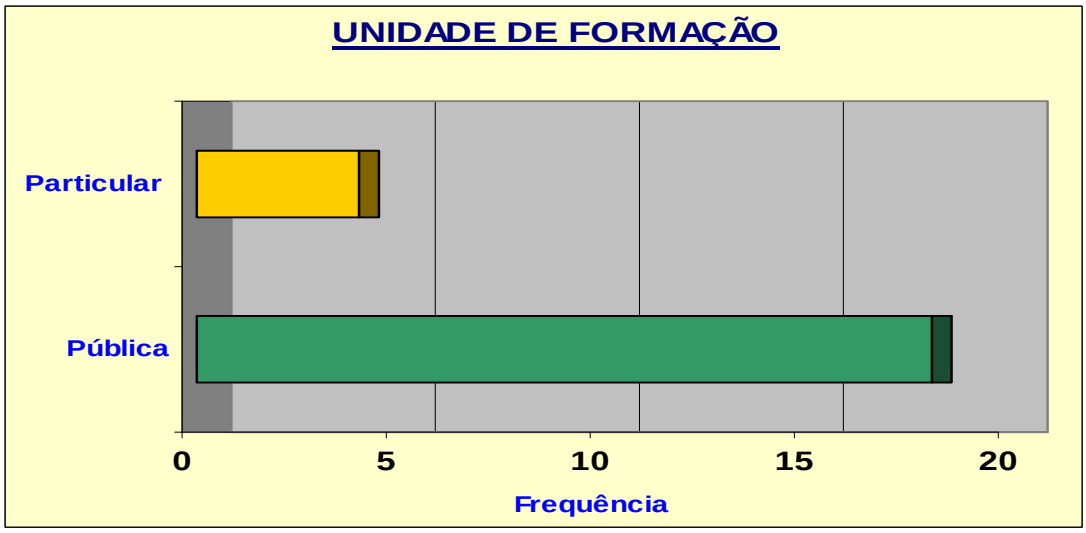
O cruzamento dos dados sobre o ano de formação, gráfico 5 e os dados sobre a Unidade de formação, gráfico 6, demonstra, que a maioria, 81,82% tiveram formação em Universidades públicas e consequentemente a aprovação para o ingresso no serviço público também foi dos formados em universidades públicas.

GRAFICO 5
Ano de Formação das Assistentes Sociais da Saúde/RO



Fonte: A autora/2008

GRAFICO 6
Instituição de Formação das Assistentes Sociais da Saúde/RO



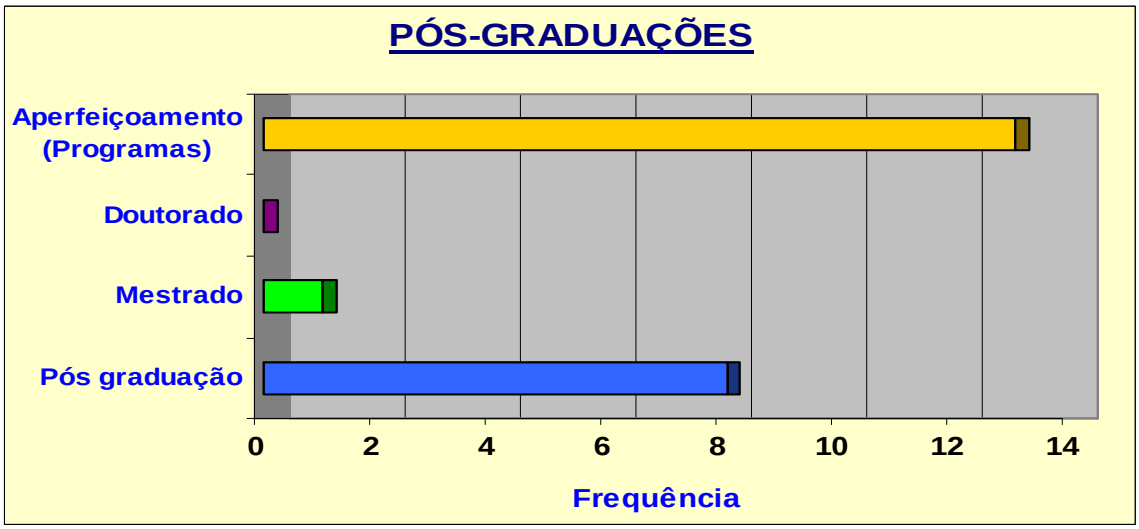
Fonte: A autora/2008

Das entrevistadas constata-se, conforme a gráfico 7, que 36% das Assistentes Sociais fizeram uma pós-graduação, sendo que a maioria, 54,5% apenas fizeram cursos ou treinamentos de aperfeiçoamento.

Vale ressaltar que por muitos anos a categoria de Assistentes Sociais se ressentiu da ausência em nosso Estado do Curso de Serviço Social, principalmente pela ausência da Universidade Federal de se atualizar ou de se adequar às necessidades locais de profissionais da área. O CRESS esteve fazendo intervenções junto a UNIR para oferecer o curso, porém, a Universidade silenciou e até hoje não oferece o curso. O CRESS também foi um dos órgãos de classe que incentivou a criação da Universidade Estadual com a criação do curso de serviço Social, projeto do Governo Bianco porém, por questões políticas o seu projeto foi engavetado, causando mais uma vez um sentimento de frustração na categoria e deixando o Estado ou o mercado de trabalho vazio desta importante profissão. Por este motivo predominou na política de Assistência Social do Estado o trabalho de pessoas assistencialistas e também o chamado primeiro damismo, situação esta já superada.

Diante da falta de oportunidades de cursos específicos do curso, as pós-graduações realizadas se concentraram na área da saúde pública e gestão em saúde dentre outros. Os cursos de aperfeiçoamentos ou atualizações citados também foram na área de saúde e estão ligados às atividades desenvolvidas pelos profissionais nos programas em que estavam inseridos.

GRAFICO 7
Pós-graduações das Assistentes Sociais da Saúde/RO



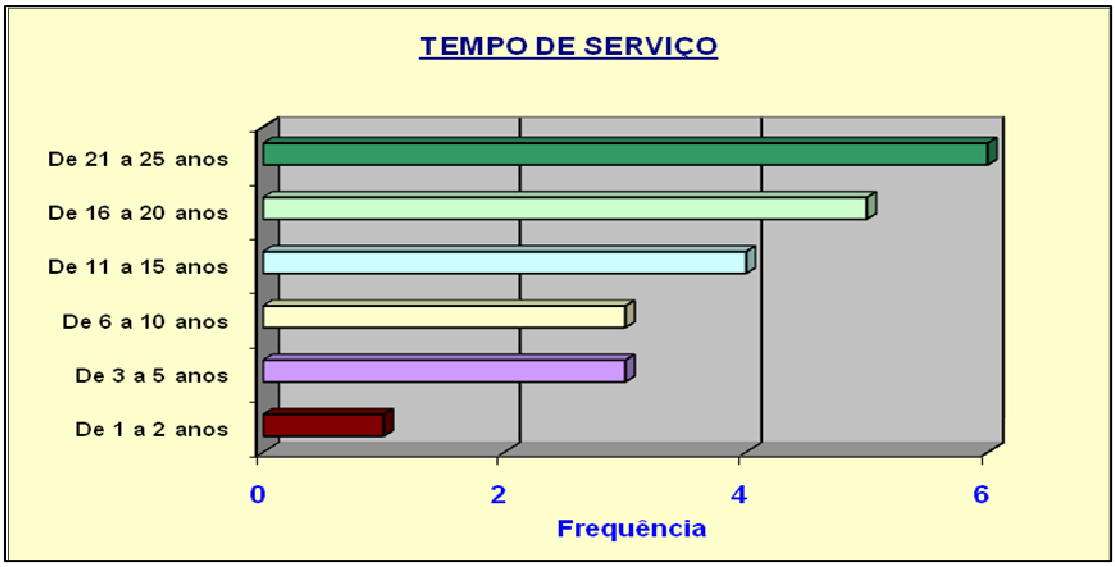
Fonte: A autora/2008

Cabe destacar também que o único mestrado referido, foi realizado em outro Estado, em Universidade Federal e o curso foi específico na área de Serviço

Social. Quanto a inserção no mercado de trabalho, os profissionais relataram sobre o tempo de exercício na profissão, tempo de serviço e vinculo empregatício conforme demonstra-se a seguir.

GRAFICO 8

Distribuição das Assistentes Sociais da Saúde/RO por tempo de serviço



Fonte: A autora/2008

No cruzamento do tempo de serviço gráfico 8, com a faixa etária das profissionais, gráfico 1, constata-se que, considerando o tempo de serviço de até 35 anos, 50% dos Assistentes Sociais ainda irão trabalhar de cinco a vinte anos, apesar de não constituírem um grupo tão jovem.

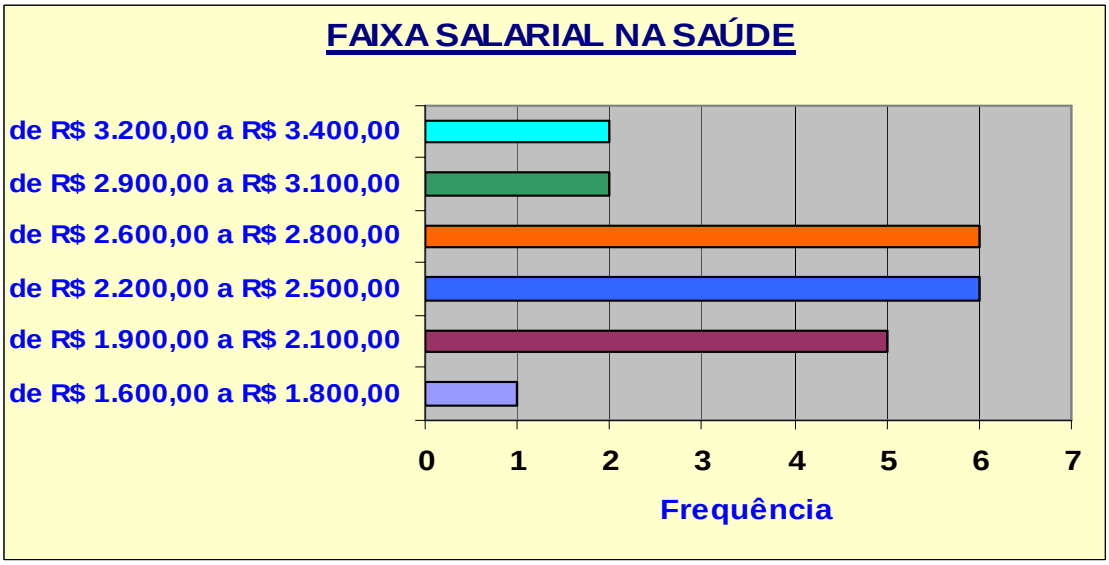
Seguindo a tendência consolidada no serviço público 100% das Assistentes Sociais entrevistadas tem vínculo empregatício como estatutárias, com uma carga horária contratual de 40 horas semanais, porém, foi instituído pelo atual governo uma carga horária de 30 horas semanais, que são executadas diariamente em 6 horas corridas.

O nível salarial das Assistentes Sociais da saúde estadual está demarcado no intervalo de R$ 2.200,00 a R$ 2.800, 00 para 54,5%, de R$ 1.900,00 a R$ 2.100,00 para 23% e de R$ 2.900,00 a R$ 3.400,00 para 18% das entrevistadas, conforme o gráfico 9. Para complementar suas rendas, conforme gráfico 10, 63,63% das Assistentes Sociais entrevistadas mantêm outros vínculos, principalmente com

Prefeituras Municipais e Unidades de Saúde da rede privada, através de contratos temporários, onde também exercem a função de Assistente Social, embora em outras áreas como: Criança e adolescente, família, medidas sócio-educativas, etc.

GRAFICO 9

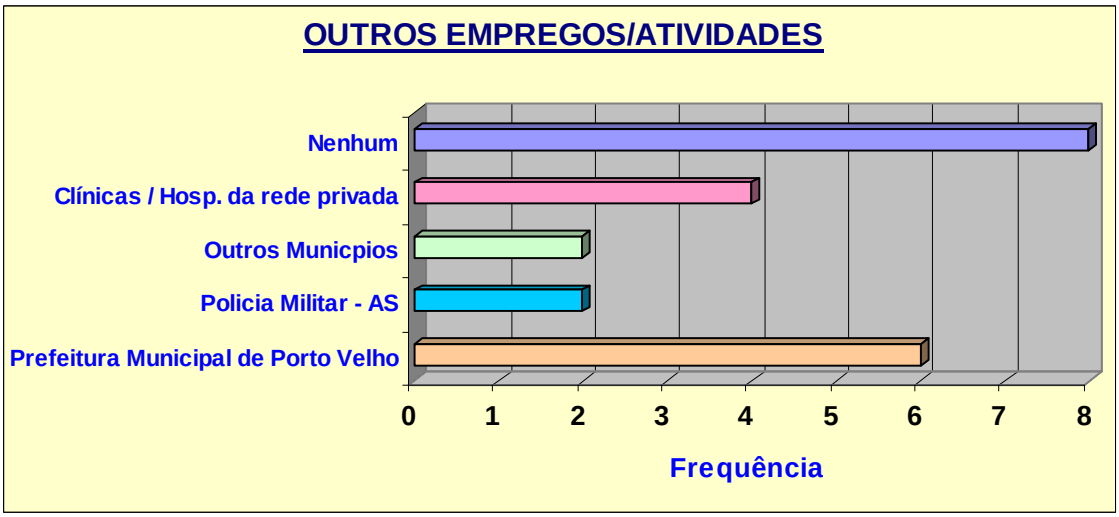
Faixa salarial das Assistentes Sociais da Saúde/RO



Fonte: A autora/2008

GRAFICO 10

Outros empregos/atividades das Assistentes Sociais da Saúde/RO



Fonte: A autora/2008

Importante colocar que as Assistentes Sociais que mantêm outro vínculo de trabalho, onde assumem contratos também de 30 horas, a média de trabalho diário desses profissionais é de 12 horas seguidas.

Quanto a participação política, 86,36% das profissionais entrevistadas colocaram que não participam de nenhuma atividade política e somente 13% participam de conselhos de política sociais, conforme demonstra o gráfico 11. Os motivos alegados para a não participação foram: 13% disseram que até já participaram, mas se afastaram, 62% disseram que não participam, porque não gostam e o restante, 11,36% alegaram falta de tempo.

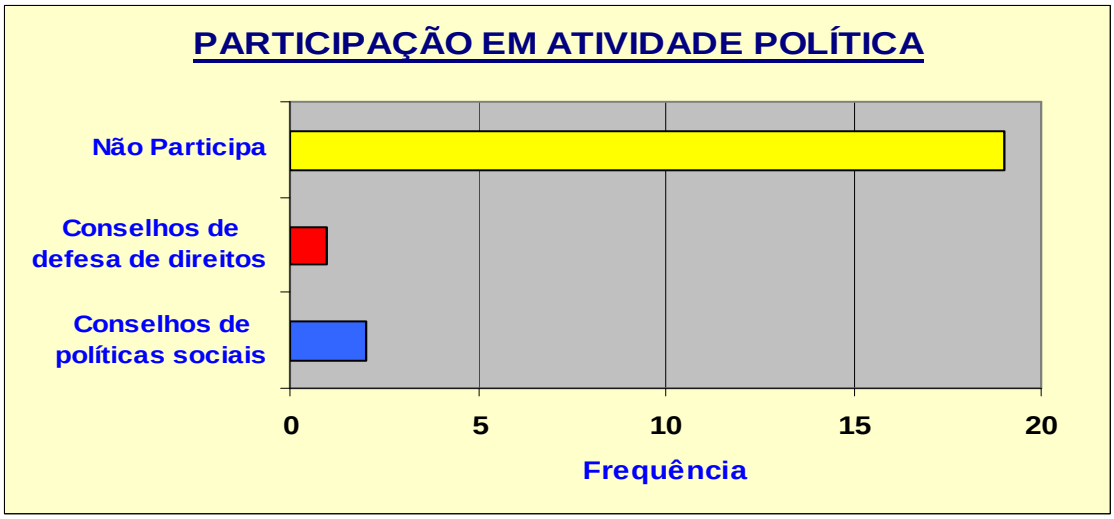
Iamamoto (1999) recomenda que associado à compreensão do referencial teórico, o profissional necessita participar de espaços de estudo, reflexão e decisão política, o que lhe permitirá uma análise mais ampla da questão social, bem como das correlações de força existentes no local onde exerce suas atividades no cotidiano profissional.

Conforme demonstram os dados, é possível perceber que a participação em conselhos de direitos e de políticas sociais, ainda não está incorporada como trabalho, apesar da expansão do controle social das políticas públicas e das diversas possibilidades dos Assistentes Sociais participarem desses conselhos, ou como representantes governamentais, ou representando os profissionais ou como assessores ou simplesmente participando das reuniões como cidadão para ter conhecimentos das discussões que estão em curso sobre as políticas. O controle social aqui referido não é o controle social do ponto de vista sociológico, trata-se da participação da sociedade civil juntamente com o Estado em Conselhos paritários para a deliberação na elaboração e implementação e fiscalização na execução das políticas públicas setoriais.

É também compromisso ético dos Assistentes Sociais o incentivo à população para a participação em atividade política e no controle social das políticas públicas, pois essa participação possibilita a conquista, a instalação de regras democráticas, a autopromoção humana, enfim, a cidadania.

GRAFICO 11

Participação das Assistentes Sociais da Saúde/RO em atividades políticas



Fonte: A autora/2008

Com os dados analisados, podemos identificar a predominância do perfil do Assistente Social da Saúde no Estado de Rondônia: Mulheres, na faixa etária de 46 a 55 anos, católicas não praticantes, solteiras e separadas, com uma prole de 02 filhos e com mais de 20 anos de formadas em Universidades Públicas e que pouco participam de atividades políticas.

O objetivo de delinear a relação do trabalho do Assistente Social com o desenvolvimento sustentável foi obtido a partir da analise das categorias: Conhecimento dos instrumentos legais, ou seja do projeto ético-político dos profissionais e aplicação destes no cotidiano; O trabalho desenvolvido; e O significado desse trabalho para os profissionais. Em nosso entender, concordando com Iamamoto (1999), esses conhecimentos levam os profissionais a desmistificar o cotidiano e suas relações reificadas pela sociedade capitalista, buscando através da reflexão ética, construir estratégias que superem os limites impostos à cidadania, tendo como objetivos a justiça social e a democracia. É o que busca-se explicitar nas análises das categorias explicativas da realidade que se expõe a seguir.

1.3 – Categorias de Análises

1.3.1 – Conhecimento do projeto ético-político da profissão

Esta categoria nasceu das análises do material empírico, ou seja das análises das questões abertas e das observações para investigar se as entrevistadas conheciam e aplicam a legislação profissional e o Código de Ética do Assistente Social, e se aplicam essa legislação no cotidiano de trabalho.

A legislação da profissão elaborada nos anos 90 expressa a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social resultante de um processo de lutas sociais e políticas de forma mais intensa nos anos 80, que afirma o seu compromisso com a luta dos trabalhadores.

O Código de Ética do Serviço Social de 1993 veio expressar uma nova direção ético-político-profissional que se contrapôs ao conservadorismo profissional, passando a explicitar o compromisso da categoria com valores emancipatórios e princípios humanistas e democráticos em defesa dos direitos sociais e da cidadania. Ele afirma não só um conjunto de normas, mas um novo perfil profissional, cuja direção social, fundamentada sob a teoria social crítica, postula o enfrentamento de antigas e novas expressões da questão social através da montagem de estratégias que ampliem os limites impostos à cidadania e democratizem as políticas públicas e seu acesso diante do padrão de acumulação vigente e do modelo de proteção inerente a esse padrão.

Porém, articulado a essa legislação temos outros mecanismos e instrumentos legais instituídos que legitimam a prática profissional, como: A Constituição Federal que prevê, de acordo com o seu Art. 193, o bem-estar e a justiça social como objetivos da ordem social, e compreende, pelo Art. 194, a assistência social, a previdência e a saúde como tripé da seguridade social; A Lei Orgânica da Saúde -Lei 8.080/90; A Lei 8.142/90, que entre outras providências , dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único da Saúde; A Lei Orgânica da Assistência Social - Lei 8.742/93; O Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/90 e o Estatuto do Idoso - Lei 10.741/2003, além da participação em Conselhos da Saúde, da Assistência, entre outros.

Assim destacamos os seguintes depoimentos que trazem os elementos necessários para essa análise, deixando novamente claro que nem todos os depoimentos foram utilizados nas análises.

> "Conheço a legislação da profissão, só não conheço a Tabela referencial de Honorários do CFESS e aplico todos no meu trabalho atentando aos princípios da equidade, cidadania, liberdade. Porque as vezes o paciente diz , eu ganhei uma cadeira de roda, eu digo a ele, Não, o Senhor não ganhou, é um direito seu que foi garantido. Pra ta passando essa questão da função do Assistente Social aqui dentro que muita gente acha que estamos aqui para ajudar, não é para ajudar é realmente para garantir direitos, e se isso é ajuda... Procuro ao máximo respaldar a minha prática na Legislação" CALACHUÊ.

Esta entrevistada deixa claro que busca legitimar sua prática embasando-a na legislação e explicita isso ao usuário em ações cotidianas. Este depoimento também traz indícios da representação que os usuários tem da Assistência Social, como alguém que vai ajudar. Ela apresenta em breve linha a essência da profissão: Garantir à população o acesso aos direitos, pois é atuando assim que o Assistente Social se coloca como verdadeiro agente das políticas públicas.

Os depoimentos a seguir demonstram que além de embasarem suas práticas na legislação da profissão e na legislação social, dão importância ao trabalho em equipe na área da saúde.

> "Conheço a 8080 do SUS, aplico no cotidiano mostrando aos pacientes os direitos que eles tem... Conheço o código de ética e aplico também para trabalhar em equipe" HORTÊNCIA.

O depoimento de Hortência demonstra que a profissional já trabalha em equipe, respeitando os princípios éticos da profissão. O trabalho em equipe é um dos princípios do Código de Ética exposto no Capítulo III que trata das relações do Assistente Social com os colegas e com outros profissionais, e é colocado no artigo 10, alínea d, a necessidade do Assistente Social "incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar".

Esta prática interdisciplinar além de estar inscrita no código de ética do Serviço Social, é recomendada pelos teóricos da profissão, pois a articulação multidisciplinar num esforço de integração e cooperação traz muitas vantagens e como Joaquina Teixeira citou em um Seminário de práticas interdisciplinares em Saúde em 2005, interdisciplinaridade não significa o abandono dos estudos específicos de cada profissão, pelo contrário, aumenta a exigência de grande competência, estudo e

profissionalismo. Porém devem ser abertas janelas, portas e derrubados muros, para quebrar fronteiras rígidas no rumo de uma integração e cooperação. Segundo a autora, embora a saúde tenha uma longa história de trabalho em equipe, essa historia não se traduz em uma longa história de progresso da abordagem interdisciplinar. Dessa forma é um dos grandes desafios colocados aos Assistentes Sociais, esse trabalho interdisciplinar e para isso é necessário se legitimar realmente respaldado na legislação e no código de ética.

Além da observação da necessidade do trabalho em equipe, existe também a preocupação em estabelecer limites éticos nesse trabalho em equipe como verificamos no seguinte depoimento:

> "Agente usa a LOAS, o Estatuto do idoso, o ECA e o Código de Ética da Profissão, até pra não ta passando dos limites com outros profissionais e a Lei 8080 do SUS, sempre pra garantir direitos dos usuários". JASMIM

Jasmim coloca o conhecimento do código de ética como delimitador da fronteira da prática da profissão. Este dado demonstra a preocupação em preservar a identidade do Serviço Social e os limites de sua atuação. Esta recomendação está preconizada no Capítulo III do código de ética que trata das relações do Assistente Social com os colegas e com outros profissionais. O artigo 10 que trata dos deveres do Assistente Social, em sua alínea "e", diz que o profissional deve "respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões" e também no exposto no artigo 11, quando diz que é vedado ao Assistente Social "intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro profissional, salvo a pedido desse profissional; em caso de urgência,seguido da imediata comunicação ao outro profissional; ou quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada".

Ao contrário dos depoimentos anteriores que afirmam um compromisso ético político com a profissão, observa-se nos depoimentos a seguir um relativo desconhecimento desse projeto ético político quando da necessidade de trabalhar com a legislação social e da política na qual se está inserido.

> “Só conheço o Código de ética e a Lei de Regulamentação da profissão... só tenho noção e não conheço as Diretrizes curriculares.. Conheço o ECA, a lei do SUS tenho noção”. CRAVO

> “Lei 8080 do SUS eu conheço, mas não sei se aplico os princípios. Hoje to muito distante dessa área, to mais aqui na linha de frente do atendimento mesmo aos usuários... a Legislação social conheço o ECA, o Estatuto do Idoso e outras, agente conhece e usa pra garantia de direitos”. LÍRIO

Nos depoimentos destacamos o fato de ser as depoentes trabalhadoras do SUS e reconhecerem só ter noção do que é o SUS.

Ao analisar os depoimentos de Cravo e Lírio, buscou-se mais elementos em suas entrevistas para verificar em que fase da carreira se encontram e tentar analisar essa incerteza de discurso e também verificar o que isso pode causar em seu trabalho cotidiano. Lírio, ao mesmo tempo em que coloca o seu desconhecimento e distância do projeto da saúde defendida pela categoria, fala de garantia de direitos através de outras políticas sociais. Verificamos que Lírio é uma profissional de 41 anos, solteira, 01 filho, graduada em 1993, ano em que foi bastante debatido o atual código de ética do profissional tanto na academia quanto no seio da base da categoria, com duas pós-graduações (especializações), participa de um conselho de política pública, dois empregos, 14 anos de serviço na unidade, é mais reconhecida pelo segundo emprego. Neste perfil, não cabe dizer que a profissional esteja em “fim de carreira” ou “somente esperando a aposentadoria”. Pelo contrário é uma carreira que está em fase madura. A prática cotidiana da profissional está centrada no que a mesma falou *“Agente trabalha muito no atendimento que gente denomina como consulta com bastante encaminhamentos a outras unidades hospitalares, a programas e contatos telefônicos”*. Verifica-se então que a profissional prioriza as ações imediatistas, atividades administrativas, aparentemente sem reflexão sobre sua prática, perdendo oportunidades de trabalhar com os usuários na direção de uma ação educativa utilizando os instrumentos de defesa dos interesses dos mesmos.

Cravo é uma profissional de 52 anos, casada, três filhos maiores, se formou em 1979, seu tempo de serviço na Unidade é de três anos, fez o último concurso, não trabalhava na área, não tem pós-graduações, nem curso de aperfeiçoamento na área, não participa de atividades políticas, diz não saber como

funcionam os Conselhos, diz que não gosta de participar de nenhum movimento nem mesmo da categoria. A representação que tem de seu trabalho parece ser ainda da ajuda, pois quando incentivada a falar sobre o que faz o Serviço Social na área da saúde assim se expressou *"aqui no hospital agente procura ajudar, porque o tempo de permanência da pessoa fica muito difícil, então agente ajuda pra que seja de maneira mais fácil"*. Poderia ser compreendido seu posicionamento em função da sua época de formação. Na década de 70 no Serviço Social discutia-se um método único de intervenção com diagnóstico/tratamento/avaliação que era uma reatualização do Serviço Social conservador e o Código de Ética de 1975 era norteado pela permanência da moral acrítica, a neutralidade e pela ideologia estrutural-funcionalista que defendia o bem comum, a ordem e a coesão social. Porém, como a profissional participou de um concurso público há três anos, supõe-se que a mesma fez uma atualização teórica para essa participação e aprovação. Porém parece não ter incorporado as discussões sobre as questões sociais que atingem os usuários de seus serviços.

Daí vem a pergunta feita por Vasconcelos (2007)

> "como efetivar o Projeto de Reforma Sanitária, se parte dos profissionais de saúde que estão em contato cotidiano com a população usuária desconhece a essência da proposta do SUS, principalmente os princípios e diretrizes que poderiam referenciar uma prática na direção dos interesses dos trabalhadores?". (VASCONCELOS, 2007, p.51)

Destacamos também o depoimento de Margarida que ao dizer *"Conheço os princípios básicos do SUS, que é a saúde de forma integral, equidade, universalidade, que eu acredito que estou praticando sim, pelo que ta escrito lá"* desloca a responsabilidade para alguma coisa que está escrito em algum lugar, não reconhecendo a legislação como um instrumento de seu trabalho cotidiano.

No depoimento de Lírio *"Legislação da profissão, Diretrizes Curriculares, Código de Ética, agente conhece e tem que aplicar, porque tem a ética, principalmente no atendimento ao usuário"*, ela usa a expressão "tem que aplicar", esta expressão não significa dizer que está aplicando efetivamente. Outra questão que nos chama atenção neste depoimento é qual o conceito de ética que a entrevistada utiliza. Parece está confundindo com boas maneiras ou relacionamento interpessoal.

Ressalta-se aqui a importância da apropriação da ética, não como uma convenção, mas como um rumo orientador da prática, sendo essa apropriação fundamental para que se possa desenvolver possibilidades de atuação coerentes com o projeto ideo-político, fazendo assim um intercâmbio entre as demandas imediatas postas cotidianamente com sua dimensão coletiva, buscando a explicitação e efetivação dos direitos políticos e sociais dos usuários. O Código de Ética do Serviço Social é um dos mais atuais na perspectiva de dar suporte à prática dos profissionais através de seus princípios que visam a defesa intransigente dos direitos humanos, conforme estudo realizado por Vasconcelos (2007).

Vasconcelos et all (2006), num estudo sobre profissões de saúde, ética profissional e seguridade social, fazem uma análise dos códigos de ética dos profissionais de saúde reconhecidos pelo Conselho Nacional de Saúde/1997: assistente social, enfermeiro, farmacêutico, fonoaudiólogo, médico, nutricionista, odontólogo e psicólogo, para verificar em que medida as referências para as práticas de saúde constantes nesses códigos, expressam os princípios contidos e os desafios decorrentes das legislações de saúde na implantação do Sistema Único de Saúde. Identificaram que o código de ética dos Assistentes Sociais, foi, dentre os demais,

> O que obteve mais avanços, após amplo debate da categoria, que o diferencia dos outros que ainda mantém códigos contraditórios e conservadores, descolados da realidade brasileira e dos interesses dos usuários dos seus serviços e não se encontram articulados à concepção de saúde explicitadas na seguridade social, negando a condição dos usuários como cidadão de direitos, pois alguns ainda tratam esses sujeitos como pacientes, enfermos, e/ou clientes. (VASCONCELOS ET ALL, 2006, p.70).

No Serviço Social, o cidadão é tratado como cidadão, na saúde o cidadão não é tratada apenas em seu aspecto exclusivamente biológico, mas de forma integral, enxerga-se o sujeito como um todo, e a saúde é entendida como resultante das condições materiais de vida, de trabalho, e estilo de vida das populações, o que exige dos Assistentes Sociais uma formação e prática generalista.

Também ressaltamos aqui que a expressão “garantia de direitos” aparece na totalidade dos depoimentos, ora atrelado ao conhecimento e aplicação da legislação na prática, ora ligado ao trabalho realizado e ora ligado as representações do trabalho dos profissionais, no sentido de busca do acesso a serviços. Isto se configura

como uma ação que visa a sustentabilidade social do desenvolvimento, pois segundo Sachs,

> Pelo fato de contribuir diretamente ao bem-estar da população, a universalização do acesso aos serviços sociais afigura-se como uma componente essencial ao tripé do desenvolvimento includente, sustentável e sustentado. (SACHS, 2004, p.139)

1.3.2 – Trabalho realizado pelas Assistentes Sociais

Como já dito em capítulos anteriores, o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão, são norteadores das atribuições e competências dos profissionais de Serviço Social em todos os espaços ocupacionais, dessa forma a análise das falas sobre o trabalho realizado pelas Assistentes Sociais na saúde foi realizada à luz desses instrumentos legais e também de produções científicas de autores do serviço social e da saúde.

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS), no final da década de 1980, significou um redirecionamento da atenção à saúde no Brasil, ao implantar uma política de saúde que assumiu como princípios fundamentais a universalização do atendimento, a equidade e integralidade nas ações e a participação popular. Adotou como diretriz organizacional a descentralização político-administrativa representando naquele momento, um avanço em termos de democratização do sistema. Desta forma, o Estado passou a ocupar um lugar de destaque como principal empregador da força de trabalho do setor.

Porém, ao longo de sua implantação, o SUS vem enfrentando um conjunto de problemas que se constituem em entraves a sua consolidação, tais como: recursos financeiros insuficientes e gastos mal racionalizados, pouca participação dos estados no financiamento, deficiência quali-quantitativa de recursos humanos, baixa resolutividade nas ações, limitações no acesso aos serviços e a precarização das relações de trabalho (BRASIL, 2003).

O processo de produção em saúde – articulação social dos diferentes processos de trabalho nesse campo - tem como finalidade responder às necessidades sociais da saúde. Necessidades de saúde são necessidades de reprodução social dadas

nas diversas realidades sociais em que estão inseridos os sujeitos (VASCONCELOS, 2007)

Nesse contexto, enquanto trabalhador também inscrito no campo interdisciplinar da saúde e tendo como objeto de trabalho a questão social, o Assistente Social operacionaliza seu trabalho intervindo nas contradições resultantes das desigualdades e resistências sociais que se produzem no cotidiano do ser social, e que, direta ou indiretamente, influenciam nas suas condições de vida e saúde, ou seja, operacionaliza ações visando garantir o acesso aos fatores determinantes e condicionantes da saúde contidos no conceito de saúde expresso na Lei do SUS.

> A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País (LEI 8080, art.3º/1990).

Nesse sentido, Bravo e Matos (2006), Vasconcelos (2007), consideram que na área da saúde, o Assistente Social desenvolve suas ações profissionais, tanto na ação direta como nos demais níveis, em seis dimensões complementares e indissociáveis que são: Ação Assistencial; Ação Em equipe; Ação Socioeducativa; Ação de Mobilização, Participação e Controle Social; Ação de Investigação, Planejamento e Gestão e Ação de Assessoria, Qualificação e Formação Profissional. Estas dimensões das ações estão sendo utilizadas pelo Conselho Federal de serviço Social como embasamento teórico para estabelecer parâmetros para atuação dos Assistentes Sociais na área da saúde, que se encontram atualmente em discussão ampla pela categoria em todo o país, dessa forma utiliza-se essas dimensões de ações para análise desta categoria explicativa.

Assim, na intenção da apreensão das ações desenvolvidas pelos Assistentes Sociais da saúde, as entrevistadas foram estimuladas a falar sobre o que faz o Serviço Social na saúde e os depoimentos a seguir nos ajudam a clarear a realidade.

Nos quatro depoimentos a seguir identificam-se ações assistenciais, executadas através de várias atividades delineadas.

> "Trabalhamos de forma imediatista, porque aqui o que agente faz é o que o paciente solicita e precisamos dar respostas rápidas, são casos para viabilizar sepultamentos, obtenção de transporte, encaminhamentos para órteses, próteses, agilização de atendimentos, etc." CALACHUÊ.

Através desta ação o Assistente Social cria mecanismos e rotinas de ação que facilitam e possibilitam o acesso dos usuários aos diverso serviços da unidade, bem como a garantia de direitos na esfera da seguridade social.

Também identifica-se uma ação assistencial na direção da garantia dos direitos na esfera da seguridade , quando Jasmim coloca

> "Fazemos visitas aos leitos diariamente, orientamos em relação a visitas, a cirurgia, direitos previdenciários, meios de acesso a rede de serviços e benefícios, meios auxiliares de locomoção, documentação etc". JASMIM

São prestadas orientações aos usuários internados e encaminhamentos quanto aos direitos sociais no sentido de democratizar as informações.

Identificamos outra tipo de ação assistencial no seguinte depoimento:

> "Agente procura conhecer um pouco mais a situação que vivem as crianças atendidas aqui, através de entrevista com o acompanhante, quando é feita uma Ficha Social, par ver os casos de reinternação" GERBERA

Quando a profissional cita que *procura conhecer um pouco* mais a situação, significa identificar a situação socioeconômica (habitacional, trabalhista e previdenciária) e familiar dos usuários com vistas a construção do perfil socioeconômico para possibilitar a formulação de estratégias de intervenção.

Essa avaliação socioeconômica dos usuários tem por objetivo ser um meio que possibilite a mobilização dos mesmos para a garantia de direitos e não um instrumento que impeça o acesso aos serviços. Ou seja, não deve a avaliação sócio-econômica funcionar como critério de elegibilidade e/ou seletividade estrutural para acesso aos serviços.

Durante a entrevista, quando esclareceu esta ação, Gérbera, mostrou o instrumento denominado “Ficha Social” na qual registra toda a situação sócio-econômica do usuário identificada, e informou que aquela ficha é colocada no prontuário único dos usuários internos, e na qual faz os registros dos atendimentos sociais com objetivo de formular estratégias de intervenção profissional e subsidiar a equipe de saúde quanto a informações sociais dos usuários, resguardadas as informações sigilosas que são registradas no prontuário social, que fica no setor de Serviço Social.

Neste depoimento identifica-se a relação do fazer cotidiano com o referencial teórico colocado no capítulo III, acerca do processo de investigação implícito na abordagem técnica do profissional como uma necessidade para reconhecimento das expressões da questão social presente, necessárias para o direcionamento das ações a serem realizadas, como diz Yamamoto, “O conhecimento é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado.” (IAMAMOTO, 1999. p. 63).

Já nos depoimentos a seguir identificamos ações denominadas “Em Equipe”.

> “Fazemos atendimento individual aos pacientes, com orientações e acompanhamento do tratamento da doença para evitar abandono, visitas domiciliares aos pacientes que aceitam e temos Grupo de Apoio Psicosocial aos pacientes portadores do HIV”. VIOLETA

É uma ação em equipe porque o Assistente Social participa, em conjunto com a equipe de saúde, de ações socioeducativas no programa de DST/AIDS e também participa da sensibilização do usuário e / ou sua família para participar do tratamento de saúde proposto pela equipe.

Outra demanda que aparece para a equipe de saúde refere-se à violência contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos, gays, lésbicas, homossexuais, transexuais e pessoas com deficiências. Nestas situações, a responsabilidade pela notificação é função de toda a equipe. O assistente social deve colaborar nessa ação, mas não é atribuição privativa do mesmo. Identificamos esta ação em equipe no depoimento a seguir, mesmo a depoente expressando que a ação só acontece em casos de suspeita ou violência contra crianças. Esta demanda já está presente no cotidiano das Assistentes Sociais do Estado que verificamos no depoimento de Gérbera.

> “Verificamos a situação das crianças com algum problema, identificando situação de risco. Trabalho interdisciplinar só quando há situação de crianças vítimas de violência, suspeitas de abuso, quando há um problema social, realmente então há essa integração de toda a equipe”. GÉRBERA

Neste caso, segundo a entrevistada, ela faz a notificação, frente a uma situação constatada e/ou suspeita às autoridades competentes, verifica as providências cabíveis, e faz a abordagem socioeducativa com a família para os encaminhamentos necessários.

Para desvelar outras ações executadas no âmbito da saúde no Estado que embora não sejam executadas diretamente nas unidades pesquisadas, mas que mantém sintonia com as unidades assistenciais, é importante colocar aqui os trabalhos desenvolvidos por Assistentes Sociais que trabalham em várias gerências centrais da Secretaria. Nessas gerências o Assistente Social integra equipes multidisciplinares e desenvolvem suas ações específicas sem perder de vista o projeto ético político da profissão e a defesa do SUS.

Ações de Investigação, Planejamento e Gestão, foram identificadas naquelas realizadas pelos profissionais que trabalham na Gerencia de Regulação, Controle e Avaliação, na qual os Assistentes Sociais disseram que executam ações que tem como objetivos a busca da melhoria continua da qualidade dos serviços prestados à população. Também classificamos nessas Ações o trabalho desenvolvido pela Assistente Social da Gerência de Programas Especiais, na qual o profissional é responsável pela coordenação e acompanhamento a nível estadual do programa saúde do idoso, com atividades de monitorando das ações estaduais e municipais visando, subsidiar o planejamento da Política de Saúde do Estado.

Classificadas como Ação de mobilização, Participação e Controle Social identificamos aquelas desenvolvidas pela Assistente Social da Ouvidoria Estadual do SUS, no caso esta pesquisadora, que implantou a Ouvidoria do SUS no Estado, não como um sistema de atendimento que se limita apenas à recepção de reivindicações e denúncias ou de dar informações para a melhoria contínua dos serviços, mas que desenvolve ações de educação para a participação popular, desenvolve ações de apoio à mobilização da sociedade para a gestão participativa, desenvolve ações que incentivam o exercício da cidadania e participa de processos de

implantação de serviços. Além dessa dimensão são desenvolvidas também atividades no sentido de divulgar e democratizar as informações acerca das principais questões identificadas pelos usuários na política de saúde em geral.

Identifica-se como Ação Assistencial aquelas desenvolvidas pelas Assistentes Sociais da Gerencia de Tratamento Fora do Domicílio – GTFD, através de atividades de encaminhamentos de pacientes para outros centros, no sentido de garantir os direitos dos usuários que necessitam de tratamentos específicos não disponíveis no Estado.

Verifica-se que as ações assistenciais se constituem na principal demanda aos profissionais de Serviço Social da Saúde do Estado, conforme demonstrado sinteticamente no quadro 2.

QUADRO 2

Ações/atividades desenvolvidas pelas entrevistadas	
Classificação das Ações	**Atividades Desenvolvidas**
Assistenciais	- Encaminhamentos para serviços de próteses, órteses, etc. - Visitas de apoio ao leito. - Viabilização de transportes pós alta hospitalar. - Agilização de atendimentos por setores internos. - Orientações sobre Direitos Sociais. - Orientações sobre Rotina Institucional. - Encaminhamentos para viabilizar documentação – exercício da cidadania. - Estudo da situação sócio-econômica dos usuários. - Viabilizar Sepultamentos - Viabilização de tratamentos fora do domicílio.
Em Equipe	- Visitas domiciliares por equipe interprofissional. - Participação no Grupo de Apoio Psicossocial a portadores do vírus HIV. - Participação da equipe de acompanhamento a usuários vítimas ou suspeitos de violência e abuso
Sócio-educativas	- Atividades de educação para a participação popular através da Ouvidoria.
Mobilização, Participação e Controle Social	- Representação no Conselho Estadual de Assistência Social. - Participação em Reuniões do Conselho Estadual de Saúde. - Exercício da Função de Ouvidora, com atividades de democratização das questões evidenciadas pelos usuários.
Investigação, Planejamento e Gestão	- Atividades de regulação e avaliação dos serviços através da Ouvidoria. - Exercício da Coordenação estadual do programa de Saúde do idoso, com monitoramento das ações da política.

Fonte: A autora/2008

Enfim, verifica-se também que as ações que estão sendo realizadas pelos profissionais da saúde investigados, estão implícitas no rol das principais competências do Assistente Social no seu processo de trabalho expressos na Lei de Regulamentação da Profissão, dentre as quais podemos destacar: formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil; planejar, organizar e administrar benefícios e serviços; realizar pesquisas, que vão fundamentar as ações profissionais; planejar, elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos e pesquisas na área social; atender individualmente ou em grupos; realizar mediações familiares; orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos; trabalhar com grupos sócio-educativos na perspectiva coletiva e comunitária; promover orientações socio-politicas, psicossociais e sócio-econômicas; realizar diferentes intervenções nas expressões da questão social; identificar redes sociais de proteção e serviços onde elas existem e articular a sua dinâmica.

Verifica-se então que as Assistentes Sociais da saúde estão trabalhando essas competências, dessa forma, em direção ao defendido pelo projeto ético-político da profissão, no sentido da sustentabilidade social do desenvolvimento.

1.3.3 – Relação do trabalho da Assistente Social com o desenvolvimento sustentável

O delineamento da relação do trabalho do Assistente Social com o desenvolvimento sustentável foi identificado e emergiu das falas sobre o significado, a importância e as contribuições das ações desenvolvidas para o desenvolvimento local que destacamos a seguir.

Quando Jasmim coloca "Nós temos uma responsabilidade tremenda, com relação aos esclarecimentos dos usuários quanto aos direitos deles, e com o desenvolvimento deles", ela nos traz em seu discurso três signos da relação do Serviço Social com o desenvolvimento que são: a importância e responsabilidade da profissão na expressão *"temos uma responsabilidade tremenda"*, a cidadania na expressão *"esclarecimentos dos usuários quanto aos direitos deles"* e desenvolvimento humano na expressão "*desenvolvimento deles"*.

A entrevistada coloca enfaticamente a grandeza de sua ação profissional e a importância da profissão para o desenvolvimento loco regional, que é justamente o que tentamos demonstrar neste estudo. Como já citado em capítulos anteriores, o Serviço Social é uma profissão que historicamente vem discutindo os modelos de desenvolvimento implantados no Brasil, e atuou em todos os momentos buscando conhecer os diversos paradigmas de desenvolvimento, produzindo conhecimentos para intervir na realidade e na defesa dos direitos do homem.

Em relação a cidadania, pode-se afirmar à luz da contribuição teórica de Gentilli (2006), que esta possui interfaces com o serviço social e da qual a profissão não tem como apartar-se, já que está "historicamente localizada na execução das políticas sociais em que a profissão atua, orientando direitos, acessando programas e benefícios sociais para os indivíduos..." (p.169) e pela colocação da entrevistada, parece que em sua prática cotidiano ela atua nessa direção, ou seja, no ideário do serviço social que se define no exercício da cidadania pelos sujeitos, na perspectiva dos direitos, da participação, da democratização dos bens e serviços, da distribuição da renda, enfim, da emancipação e da independência dos sujeitos, como já citado anteriormente.

Associa-se o depoimento de Jasmim com o desenvolvimento humano já que de certa forma expressa a preocupação com a responsabilidade do desenvolvimento dos usuários a partir da garantia de seus direitos. Aqui associamos às contribuições teóricas de Furtado (2004) e Sen (2000) onde o primeiro nos coloca que o desenvolvimento se faz para os homens e somente se legitima quando permite a ele exercer plenamente suas forças criadoras e identificar-se com suas aspirações, e na concepção do segundo de que só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, como: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade.

> "Para mim o trabalho do Assistente Social é um dos trabalhos mais importantes a ser realizado aqui dentro, porque agente vê a questão do indivíduo como um todo, das problemáticas, das questões sociais que interferem no tratamento deles... o modo como eles chegaram até aqui e até o que ocasionou a doença dele". MARGARIDA

> "Agente tem condição de tá contribuindo na elaboração das políticas públicas e na execução com qualidade e eficiência". GARDENIA

Nos depoimentos acima verifica-se a consciência da contribuição da profissão e do conhecimento da realidade fruto de sua intervenção, para o desenvolvimento, com a inserção dos profissionais nas políticas públicas.

Gentilli (2006) coloca que o Serviço Social que antes era visto como uma profissão destinada a executar políticas sociais com o objetivo de desenvolver processos de trabalho de educação e de adaptação da classe trabalhadora e que na contemporaneidade evoluiu no seu objeto da "mera execução" para objetos mais amplos porque suas ações se materializam em ações de formulação, planejamento, implementação e implantação das políticas e programas, nas organizações públicas e privadas e também se engendrou nos processos de fruição da cidadania.

A profissão tem competência e responsabilidade de elaborar políticas públicas de real garantia de direitos modernas, de construção de uma nova sociedade, embora ainda persista no mercado de trabalho a inserção do profissional no interior das políticas sociais, na fase de execução.

Além da contribuição das ações dos profissionais para o desenvolvimento, os depoimentos apontam também na direção da intersetorialidade das políticas públicas na construção de um projeto mais amplo, conforme destacamos nos depoimento de Calachuê e Girassol.

> "É um compromisso muito grande do profissional em serviço social, porque ele é um profissional completo que atua em todas as áreas se for preciso. O nosso trabalho pode contribuir com a elaboração das políticas públicas, porque aqui agente conhece a real necessidade e as dificuldades dos usuários". CALACHUE

> "Com certeza contribuimos com o desenvolvimento do Estado... com trabalho técnico. Porque agente pode ta articulando com outros profissionais pra ta construindo melhoras na área da saúde. Porque agente tá direto com a realidade, vê o que tá acontecendo na realidade, então você vê e pode ta levando aquilo que ta errado e aquilo que pode melhorar ..... e pode ta construindo junto.... Um projeto político... uma forma de intervenção diferenciada...". GIRASSOL

Percebe-se ainda neste discurso que a depoente tem como ideal o trabalho interdisciplinar, valorizando os diversos saberes, em alinhamento ao que Neto (2008) considera essencial para que os Assistentes Sociais trabalhem na perspectiva da garantia dos direitos, na atual conjuntura quando este recomenda o rompimento com o corporativismo profissional, e que é preciso que os Assistentes Sociais articulem e reflitam suas práticas com as práticas de outras categorias profissionais, conhecendo suas estratégias, estabelecendo alianças, criando vínculos, já que os Assistentes Sociais não são os únicos profissionais a se confrontarem com a questão da concretização de direitos.

Como se vê, estas Assistentes Sociais se identificam como agente das mais diversas políticas públicas, e além de se identificar como agente de diversas políticas públicas, aqui também se verifica a consciência da inserção do profissional não só na fase de execução, mas também na fase de elaboração, enfatizando a gama de informações que o Assistente Social detém sobre as realidades sociais dos usuários como importante ferramenta para discussão durante o processo de elaboração.

Nesse sentido a depoente a seguir enfatiza a inserção do Assistente Social como agente inclusive da política ambiental, quando diz,

> "Existe uma grande relação do nosso trabalho com o desenvolvimento local. Se agente se engajar na questão da conscientização sobre o meio ambiente, da necessidade de preservação, agente tem condição de ta fazendo esse trabalho com a população, desenvolvendo projetos nesse sentido". GÉRBERA

Aqui Gérbera estabelece uma relação de desenvolvimento local como o componente ambiental do desenvolvimento, o que parece um desconhecimento do paradigma de desenvolvimento em suas várias dimensões e não só na dimensão ambiental.

Nos próximos depoimentos as entrevistadas chamam a atenção para a responsabilidade dos governantes com as políticas de estado que visem o desenvolvimento e também para a necessidade destes respeitarem as deliberações dos Conselhos que fazem o controle social dessas políticas, em específico, conforme citado, os de políticas sociais.

> “No nível macro, precisa que os governantes dêem ouvidos aos Conselhos, de saúde, de assistência... que são Conselhos de relevância para a sociedade brasileira. Que as deliberações dos Conselhos sejam analisadas de forma mais séria, o que não são”. JASMIM

> “Fazer Serviço Social é uma realização pessoal e profissional muito grande porque acho que dou meu recado. Eu faço o melhor. Para o enfrentamento das questões sociais, precisa que os nossos governantes vejam com mais seriedade essas questões, na área da saúde em particular... precisa de uma estrutura mínima pra saúde, porque ainda encontramos pessoas no João Paulo II no chão...” LÍRIO

Neste percebe-se também que a depoente embora diga de sua realização pessoal com a profissão, exime-se de qualquer responsabilidade após a sua ação, o que parece ser um descompromisso com as lutas mais gerais da sociedade, limitando-se apenas a executar ações imediatas e transferindo a responsabilidade para outros atores, no caso, os governantes. Este posicionamento vem em contradição ao que Netto (2008) recomenda para os Assistentes Sociais na atual conjuntura em relação a necessidade de inserção nos movimentos sociais em defesa de políticas públicas, que implica em abandonar o falso neutralismo e implica em identificar os interesses em choque e tomar posição diante deles. Para ele implica compreender que “a produção dos direitos sociais não resulta de fórmulas acadêmicas ou políticas, mas do calor das lutas de classes na luta pela ampliação dos direitos sociais e pela defesa dos direitos já garantidos” (p.4).

Também vai de encontro com as recomendações de Bravo e Matos (2006) e Boschetti (2008) que recomendam a luta mais geral da categoria pela universalização da seguridade social, com garantia de saúde pública para todos e ampliação dos trabalhadores segurados na previdência social que pressupõe também defender a política de assistência como direito social. Especificamente na saúde recomendam a articulação e sintonia com os movimentos dos trabalhadores e usuários pela defesa e efetivação do SUS de acordo com seus princípios e diretrizes.

2 – O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DO ANTIGO TERRITORIO FEDERAL DE RONDÔNIA.

Neste cenário e no próximo buscou-se adentrar na historia de Rondônia, através das memórias de profissionais Assistentes Sociais que fizeram parte ativamente da construção do Estado. Buscou-se resgatar o registro de uma época, um tempo, uma construção coletiva de Assistentes Sociais que trabalharam por seus contemporâneos e por aqueles que vivenciam o atual cenário de desenvolvimento.

Em razão de ter um caráter histórico, utilizou-se da permissão das entrevistadas para divulgar seus nomes, com exceção de uma a quem atribuímos pseudônimo.

Trabalhou-se com os depoimentos colhidos nos grupos focais e em entrevistas pessoais, com a intenção de colher dados que estão relacionados ao momento e às visões do tempo presente, à história de seus depoentes, ao modo como estes se voltam sobre suas lembranças, bem como sobre a dimensão política do que querem que seja lembrado. Foi a tentativa de fazer uma (re)construção social a partir das lembranças desses profissionais que fizeram e fazem parte de nossas vidas e que ainda hoje lhes dão significado, pois concordamos que “um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos, pode chegar-nos pela memória dos velhos” (Bosi, 1994, p.40).

Esses profissionais tem uma história de vida e experiências que realmente nos ajudam a descortinar a contribuição dessa Profissão para o desenvolvimento do Estado de Rondônia, na dimensão de sustentabilidade social. Bosi (1994) lembra que “os velhos têm uma memória social atual mais contextualizada e definida, pois são expectadores de um quadro já finalizado e bem delineado no tempo” (p.42).

Assim conta-se aqui uma história que não é simples nem está completa. Ela tem começo e meio, mas não tem fim. Fala-se especificamente do Serviço Social em Rondônia, cuja história nunca foi contada, havendo uma invisibilidade documental das contribuições dessa categoria profissional na história do Estado. Para compor essa história foram utilizadas, além dos depoimentos nos grupos focais e entrevistas com personagens principais, observações pessoais, a vivência direta dos acontecimentos a partir de nossa chegada em Porto Velho em 1984, registradas apenas

na memória da vida vivida nas experiências de trabalho em programas de desenvolvimento, em diversas políticas públicas setoriais e na direção da Delegacia do Conselho Regional de Serviço Social-Seccional Rondônia, que tivemos a honra de conduzir o processo de transformação desta, elevando-a a condição de Conselho Regional de Serviço Social Rondônia e Acre/23ª Região e também de dirigi-la na condição de primeira Presidente eleita.

De fato, formada em julho de 1984, pela Fundação Universidade Federal do Maranhão – UFMA, chegamos aqui em novembro do mesmo ano com a expectativa de exercer a profissão, já que havia sido uma luta pessoal muito difícil para concluir o curso e no Maranhão o mercado estava bastante saturado nesta área. Fomos trabalhar inicialmente na EMATER em Porto Velho, com elaborações de cartilhas sobre associativismo e desenvolvimento de comunidades para serem implementadas pelos escritórios regionais nos Municípios e, logo após 03 meses já iniciamos nossa trajetória profissional na política pública de saúde, pois contratada pelo Governo de Rondônia fomos inseridos no espaço ocupacional do Hospital de Base.

À época de nossa vida acadêmica, nos primeiros anos da década de 80, vivenciamos o movimento de reconceituação do Serviço Social, com enfrentamento entre diferentes paradigmas de compreensão da sociedade, numa disputa de posições político-teóricas. Durante o período do movimento de reconceituação, três tendências ou perspectivas profissionais centralizavam a produção do conhecimento: a tendência tecnicista (modernizadora), a tendência do conhecimento(personalista/fenomenológica) e a tendência política (marxista). E, mesmo com todas essa correntes de rompimento com o Serviço Social tripartite, ou tradicional, que iniciou nos anos 60, ainda tivemos em nossa grade curricular as três disciplinas separadas, ou seja, Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade.

Foto 1 - Esta Pesquisadora e a Assistente Social Ana Paula em atividade acadêmica na disciplina Serviço Social de Comunidade/Chapadinha/MA, 1983. Arquivo pessoal da pesquisadora.

Podemos dizer que a origem do Serviço Social em Rondônia está diretamente ligada à presença por volta do ano de 1968 da primeira Assistente Social, que se tem na memória, que chamava-se Lindalva Valéria do Nascimento, pois segundo Maria Inês Soares de Oliveira *"...quando cheguei aqui em 1981, a Lindalva já tinha treze anos de Rondônia"* e para Zeneide Araújo, que chegou em 1977 *" Ela foi a primeira Assistente Social a trabalhar numa sala do Palácio do Governo, até então não tinha Secretaria de Assistência Social e ela trabalhava diretamente com o Governador"*

Estamos falando aqui do período que iniciou o processo migratório no Território que foi marcado pela descoberta das jazidas de cassiterita e pela conclusão da rodovia que ligava Cuiabá a Porto Velho ainda em condições precárias, pois não tinha asfalto e nas épocas de chuva o trafego era interrompido.

Como já vimos, Rondônia, em seu processo de desenvolvimento passou por 03 ciclos, o primeiro foi de exploração da natureza que tomou três séculos de sua história, iniciou na época da segunda guerra mundial, quando o governo brasileiro assumira um acordo com os Estados Unidos de fornecimento de borracha nativa, fazendo uma campanha de recrutamento dos "soldados da borracha", na maioria nordestinos, encaminhados para a região amazônica e transformados em seringueiros.

Ligada a este período está a origem das famílias de alguns profissionais Assistentes Sociais, que são filhas desses soldados da borracha, a exemplo de Maria Elzenir Viana e Eliete Cabral de Lima, e esta última nos relatou,

> "A minha história começa com a história dos meus pais que vieram pra cá na época da segunda guerra mundial. Vieram em duas levas de nordestinos, um grupo de jovens que era o grupo do meu pai que, ou iam pra guerra ou vinham pra Amazônia tirar borracha, e o da minha mãe que veio com um grupo de famílias nordestinas que eles reuniram alegando que aqui precisava desenvolver, que aqui era terra que dava tudo e colocaram as famílias dentro de um navio para virem para cá. Minha mãe tinha doze anos de idade. Eles chamavam de arigós. E a família foi para Mutum Paraná..." e continua "...chegando aqui meu pai foi trabalhar na estrada de ferro, porque mesmo vindo pra tirar borracha, como estavam precisando na estrada de ferro pra tirar dormente na mata, colocaram esse grupo pra tirar os dormentes... e mais tarde, com incentivo do Governo Federal meu pai comprou um pequeno lote na colônia agrícola do Iata, que foi montada para abastecer o Amazonas e outros Estados". ELIETE CABRAL

O ciclo extrativista permaneceu pelas décadas seguintes, até que no início da década de 60, a principal atividade econômica passa do extrativismo vegetal

para o extrativismo mineral, com a descoberta de minas de cassiterita que desencadeou a primeira corrida garimpeira ao território, com a presença de um grande contingente de garimpeiros na extração da cassiterita até o final da década, quando a garimpagem foi proibida pelo governo federal que concedeu licenças de extração do minério para empresas mineradoras. Mesmo que as mineradoras tenham absorvido um grande número de garimpeiros para os trabalhos de extração, milhares deles vieram a se constituir grupos excluídos, que necessitavam ser inseridos socialmente.

O cenário de questões sociais que se apresentava era constituído por: Explosão demográfica causada pelo movimento migratório intenso, ausência de infra-estrutura capaz de atender essa demanda populacional carente de recursos de toda ordem, endemias como malária, leishmaniose e outros, falta de equipamentos sociais (hospitais, postos de saúde, escolas na área rural e urbana etc.), falta de subsídios agrícolas para a maioria da população e choque cultural dos imigrantes dificultando adaptação do homem, considerando principalmente as condições do meio ambiente (clima, floresta inóspita, etc.) além de enfrentamentos com tribos indígenas.

Até então não havia projetos oficiais de assentamento e foi neste contexto que a Lindalva chegou, para trabalhar com os problemas sociais que eram apresentados pelas pessoas que aqui chegavam e enfrentavam desde problemas de adaptação ao ambiente amazônico, até necessidades de bens básicos para sobrevivência. Porto Velho, que vivia um processo de crescimento lento, enfrentou nesse período uma demanda dessa população carente que vinha em busca de atendimento, sobretudo na área de saúde.

Nessa década de 60, o eixo teórico-prático da intervenção do Serviço Social consistia em combinar os pólos de intervenção numa elaboração funcionalista, com o objetivo de “melhorar o meio social” através do método ou abordagem de organização de comunidade simbolizada na mobilização de líderes. As atividades do serviço social constituíam-se na prevenção da saúde, através de campanhas, condições de habitação através da conjugação de esforços locais, inserção no mercado de trabalho e mobilização de recursos assistenciais.

Com a metodologia do Desenvolvimento de Comunidades, os métodos anteriores (caso e grupo) tornam-se subalternizados, em função das potencialidades atribuídas ao exercício do desenvolvimento comunitário, que além da resolução dos problemas individuais ou grupais vinculavam-se aos projetos gerais de desenvolvimento. Tratava-se de um método de trabalho destinado a facilitar a

integração de recursos da população e do governo para apoiar o “progresso nacional”. O Serviço Social converte-se em instrumento da construção do desenvolvimento social. A formação do Grupo de Assistentes Sociais que chegaram em Rondônia nesta década ainda estava centrada no modelo tripartite: Caso, Grupo e Comunidade. O tipo de intervenção que o Estado esperava dos Assistentes Sociais era prioritariamente o Desenvolvimento de Comunidade. Na política de saúde havia pouca penetração da ideologia desenvolvimentista, o Serviço Social era denominado de Serviço Social Médico, com atividades de apoio ao tratamento individual.

Seguindo o caminho, ou os trilhos da Lindalva, já na década de 70 chegaram várias profissionais dos mais diversos Estados brasileiros (Mato Grosso, Pará, Amazonas, Paraiba, Maranhão, etc.) com culturas diferentes, com paradigmas de formação diferenciados, com histórias de vida diferentes, porém com expectativas parecidas: recém-formadas em busca de colocar seus conhecimentos em prática já que em seus estados de origem iriam demorar a se inserir no mercado de trabalho. Dentre estas pioneiras, daquelas que vieram para trabalhar no governo do Território podemos citar: Lúcia Coqueiro, Raimunda Carneiro, Delma Jardim, Lourdes Lando, Zeneide Araujo, Themi, Iracema, Cristina Moreira, Luiza, além do grupo que veio para trabalhar diretamente nos Projetos de Assentamento do Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA. Destacamos aqui a vinda das Assistentes Sociais: Amália, Marinilde, Neuza do Céu, Rosário, Luzia Mendes.

As profissionais aqui chegando se depararam com a realidade de uma região, ou um cenário de problemas sociais que não lhes foram apresentados na faculdade, conforme bem expressou a entrevistada Lucia Coqueiro, que mesmo sendo paraense diz,

> “Sem conhecer esta parte da região norte, nossa expectativa como profissional recém formada era naturalmente colocar em prática o que aprendemos no curso de Serviço Social. Porém, nos deparamos com uma realidade totalmente adversa, mas também bastante desafiadora. O confronto com as questões sociais, advindas de um intenso fluxo migratório que explodia na década de 70, nos deu a dimensão da problemática que teríamos que enfrentar como profissionais de Serviço Social”. LUCIA COQUEIRO

Foto 2 - Assistente Social Delma Jardim e Psicóloga se dirigindo ao Trabalho em Tabajara, no único meio de transporte da época. Porto Velho/RO, 1977. Arquivo pessoal da Assistente Social Delma Jardim

Como já citado em capítulos anteriores, no inicio da década de 70, com um regime populista – desenvolvimentista, sob a ideologia da segurança nacional, o governo Médici instituiu o Programa de Integração Nacional - PIN, cujo slogan era "integrar para entregar" que era um conjunto de estratégias dentre as quais se destacava a construção de rodovias na região amazônica e, associado ao PIN foi criado o PROTERRA, um programa de colonização ao longo das rodovias federais situadas na Amazônia, que tinha como um dos objetivos a transferência para a região dos excedentes populacionais nordestinos, que estavam sofrendo com os grandes períodos de seca, bem como a alocação de populações excedentes, expulsas das zonas rurais tradicionais do sul/sudeste pela modernização do setor agrícola e que pra cá estavam vindo a procura de terras.

Na execução desse Programa, o INCRA estabeleceu dois modelos de assentamento no Estado: Projeto Integrado de Colonização - PIC e Projeto de Assentamento Dirigido - PAD. Segundo Ott,

> [...] a cartografia de ambos era a mesma, assumindo a forma de espinha de peixe, pois consistia na abertura de estradas coletoras de até cem quilômetros adentrando a floresta em linha reta, a partir das quais eram construídas novas estradas perpendiculares e retilíneas, denominadas linhas"(OTT,2001, p. 103/104).

De 1970 a 1975, foram abertos cinco PICs, nos quais foram assentadas 17.695 famílias e dois PADs onde foram assentadas 6.407 famílias. Nos primeiros, o INCRA garantia a infra-estrutura, colocando nos assentamentos Grupos Técnicos – GT's, formados por profissionais de distintas áreas, como Agrônomos, Assistentes Sociais, Economistas, Técnicos Agrícolas para o atendimento às famílias assentadas e também oferecia o apoio ao crédito agrícola e instalação de postos de saúde e escolas. Registramos a presença de Assistentes Sociais integrando esses Grupos Técnicos – GTs de apoio para as famílias, conforme demonstrado nos quadro 3 e 4.

QUADRO 03

Programas Integrados de Colonização – PICs			
Projeto	**Ano de Criação**	**Famílias Assentadas**	**Assistentes Sociais integrantes dos GTs**
PIC Ouro Preto	1970	5.162	Rosário
PIC Sidney Girão[1]	1971	638	Amália
PIC Ji-Paraná[2]	1972	4.756	Marinilde
PIC Paulo Assis Ribeiro[3]	1973	3.353	Luzia
PIC Pe. Adolpho Rohl4	1975	3.786	Luzia Mendes
TOTAL		**17.695**	

Fonte: A autora, a partir de dados colhidos em documentos do INCRA e em entrevistas com as Assistentes Sociais/2008

[1] - localizado, onde hoje está instalado o Município de Guajará-Mirim.

[2] - localizado, onde hoje está instalado o Município de Cacoal.

3 - localizado, onde hoje está instalado o Município de Colorado.

4 - localizado, onde hoje está instalado o Município de Jarú.

QUADRO 04

Programas de Assentamento Dirigido – PADs			
Projeto	**Ano de Criação**	**Famílias Assentadas**	**Assistentes Sociais integrantes dos GTs**
PAD Mal. Dutra	1975	4.767	Luzia Mendes
PAD Burareiro	1975	1.640	Rosário
TOTAL		**6.407**	

Fonte: A autora, a partir de dados colhidos em documentos do INCRA e em entrevistas com as Assistentes Sociais/2008

Para que as famílias garantissem o lote, tinham que passar por uma triagem, feita pelos GTs. No caso dos PADs era exigido que os assentados fossem trabalhadores rurais com experiência e maiores rendimentos, já que o INCRA não mais oferecia crédito agrícola e exigia ainda que a metade da propriedade fosse preservada como reserva florestal, enquanto a outra parte devia ser obrigatoriamente derrubada para garantir a posse do lote e utilizada no plantio de culturas de subsistência, como arroz, milho e feijão, ou por culturas de mercado, como o cacau e o café.

Em relação à inserção do Assistente Social nesses grupos de trabalho, a entrevistada Marinilde relatou,

> "Como o Território não tinha estrutura, nos PIC's, o INCRA assambarcava toda a estrutura em termos de garantir a produção e a fixação do agricultor, garantindo saúde e educação, associativismo com uma parte de orientação técnica pela EMATER e a grupalização também pelo INCRA, no caso pelos Assistentes Sociais, que éramos responsáveis pelo grupo técnico. Aí, tinha o técnico agrícola, o agrônomo, o economista,etc. trabalhando com agente ... Foi, aí, que aprendi a trabalhar em equipe, o quanto é gostoso (...) porque você partilha e aprende com outras áreas".MARINILDE HELENA DOS SANTOS

Em relação aos trabalhos específicos do Assistente Social a Marinilde também relembra

> "Trabalhávamos nesses projetos de colonização estimulando o associativismo e na própria formulação desse associativismo. Agente trabalhava não só com grupos de pais e mães de uma escola, mas, também estimulava o associativismo deles, enquanto trabalhadores pra se organizarem em função de todo o trabalho que tinham, enquanto trabalhadores rurais, em função da política de saúde, da educação. O Assistente Social é que chamava para o associativismo. A gente fazia a ponte com o FUNRURAL, com a saúde e com a educação. Fazíamos orientação para criação de sindicatos, pra eles se organizarem nas questões de estrada, pra fazer os mutirões, etc. ...se hoje temos os "sindicatos de vida", a semente começou ali. Graças a Deus..." , verificamos então o Serviço Social já dando os primeiros passos, trabalhando no incentivo à mobilização da população na busca de seus direitos". MARINILDE HELENA DOS SANTOS

O Assistente Social trabalhador integrante do grupo técnico de um PIC, também trabalhava na instalação de outros projetos, como suporte técnico, conforme nos declarou Marinilde *"Comecei no INCRA em 1976, no projeto de Colonização PIC Ji-Paraná, que era em Cacoal e trabalhava na implantação do Projeto de colonização de Rolim de Moura, Santa Luzia e ali tudo naquela área..."*.

No Governo do Território ainda não existia uma Secretaria do Território para trabalhar com uma Política de Assistência Social, mas já contava com uma Divisão de Ação Social que integrava a estrutura organizacional da Secretaria de Saúde.

Segundo Lúcia Coqueiro e Delma Jardim, o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais do governo, da divisão de ação social, estava organizado em duas frentes de trabalho ou em duas linhas de atuação: A primeira no Hospital São José – com apoio aos pacientes internados e encaminhamento para ambulatórios e serviços da comunidade. A segunda linha de atuação era desenvolvida na própria divisão de ação social, dirigida pela primeira dama que privilegiava o trabalho assistencialista de atendimento ao migrante, cada vez mais intensificado com o fluxo migratório. Esta ênfase ao assistencialismo incomodava as profissionais que aqui chegavam como diz *Delma Jardim "Como qualquer jovem recém-formada. Estava cheia de idealismo profissional e sofri um impacto ao constatar que a forma de atuação esperada do Assistente Social privilegiava meramente o assistencialismo"*.

Neste período, O Serviço Social renova-se no sentido de se modernizar e se adequar às exigências postas pelo processo sócio-político emergentes do pós-64, com a preocupação de inserir na profissão numa nova ordem teórica e metodológica.

Em Rondônia, nesse momento as discussões dos Assistentes Sociais giravam em torno do processo de renovação teórico-metodológica do Serviço Social e do anseio de implantar no Estado uma nova mentalidade sobre o verdadeiro papel do Assistente Social contrário ao assistencialismo puro ora implantado, porém, muito não poderia ser feito, num regime militar, os posicionamentos contrários ao estabelecido eram punidos de alguma forma e isto vivenciou a Lucia Coqueiro que nos declarou

> "Nosso posicionamento na tentativa de buscarmos outras formas de participação da comunidade e inseri-las no processo produtivo não estava de acordo com os interesses políticos eleitoreiros da época. Assim é que fui remanejada do nível central, juntamente com a assistente social M. L. L., que também compartilhava do mesmo ideal. Fomos lotadas no Abrigo Santa Clara, onde eram internados pacientes portadores de tuberculose e idosos que não conseguiam vaga na Casa do Ancião".LUCIA COQUEIRO

Com a mudança no governo do território em 1975, a Divisão de Ação Social passou a ser coordenada pela Assistente Social – Lindalva Valério do Nascimento e assim, sob a coordenação desta profissional, o enfoque da atuação foi redirecionado, dando ênfase aos poucos, aos objetivos propostos pelo Serviço Social na perspectiva modernizadora.

Em 1976, houve a transformação da Divisão de Ação Social em Departamento de Bem Estar Social, sob o comando da Assistente Social Raimunda Carneiro, e este departamento foi a semente para a criação da primeira Secretaria para execução da política pública de Assistência Social..

Segundo Lúcia Coqueiro, nesta época foi iniciado o trabalho de atendimento ao menor na linha preventiva com a instalação da Casa do Menor Trabalhador e na linha terapêutica, prestando assistência à menores carentes da comunidade e aos menores institucionalizados no Patronato Agrícola de Menores Osvaldo Souza – PAMOS. Este trabalho foi ampliado através do convênio com a FUNABEM – MPAS, com recursos financeiros para contratação de técnicos e outros serviços. Os trabalhos com menores desenvolvidos aqui estavam de acordo com as diretrizes nacionais da época e eram discutidas com a participação de todos os órgãos envolvidos.

Foto 3 - Assistente Social Lúcia Coqueiro apresentando os trabalhos da Secretaria a outros Gestores, Porto Velho, 1976. Arquivo pessoal da Assistente Social Lúcia Coqueiro.

Além destas, outras ações foram desenvolvidas como: Atendimento ao idoso institucionalizado na Casa do Ancião; prestação de assistência técnica e financeira a obras sociais através de convênio com o Governo; assistência ao migrante em sua chegada no município de Vilhena, cadastramento e apoio ao migrante carente, através de encaminhamentos ao albergue e outros recursos da comunidade; estímulo à participação comunitária através de incentivo à organização de associação de moradores nos bairros de Porto Velho; criação de centros comunitários e fortalecimento do trabalho das associações.

Tudo na verdade, estava por se fazer por este Estado e essas desbravadoras não demoraram, nem se intimidaram e começaram a trabalhar. Zeneide Araújo, nossa entrevistada, relembra com orgulho, o modo como começou a desenvolver o trabalho com comunidades dos bairros de Porto Velho. Chegando aqui em 1977, foi trabalhar no Departamento de Ação Comunitária chefiada pela Raimunda Carneiro, ficando responsável pela comunidade do bairro São João Bosco e relata,

> "Lembro de uma ação que ficou muito forte. É que fizemos um levantamento, um mapeamento do bairro, pra gente tentar intervir. Claro que de acordo com aquilo que a comunidade necessitava. Um

> exemplo disso é um grupo de mães que nós implantamos, a necessidade deles foi a criação de uma creche. Porque eles queriam que a mãe pudesse trabalhar fora. E aí, nós iniciamos um trabalho muito consistente que hoje está lá, a Escola São João Bosco que tem até nível de 8ª série, faltando somente o 2º grau. Há pouco tempo, encontrei uma professora que me lembrou que ela era a responsável por um grupo de mães, estudou e foi contratada como professora pelo governo e chegou pra mim e disse: 'você lembra que eu era daquele grupo que você começou com a gente e nos incentivou a estudar?' Aí eu fiquei muito feliz de ver o resultado de meu trabalho". ZENEIDE ARAÚJO

Segundo Zeneide Araújo, para a época este trabalho de dar oportunidade para as comunidades se manifestarem sobre suas necessidades era muito inovador, considerando que vivia-se em um Governo Militar que visava somente o enquadramento dos indivíduos à ordem estabelecida.

Esse trabalho perdurou até que o Departamento de Bem Estar Social da Saúde foi transformado na primeira Secretaria de Governo em Rondônia para trabalhar a política de Assistência Social que foi a *Secretaria de Promoção Social*. A Assistente Social Raymunda da Cruz Carneiro, foi a primeira Assistente Social a exercer o cargo de Secretária e como Secretaria Adjunta a também Assistente Social Maria Lucia Souza Coqueiro.

Na Saúde continuou a Divisão Social que continuou com um grupo de Assistentes Sociais que atuavam na sede da Divisão e no Hospital São José, sob o Comando da Assistente Social Lindalva e juntaram-se a ela as Assistentes Sociais Célia Regina, Edezuita Silva, Jurema, dentre outras.

Com a criação da Secretaria, os profissionais de Serviço Social passaram a integrar as equipes interprofissionais do governo coordenadas pela Secretaria de Planejamento - SEPLAN, em viagens pelo interior, participando de reuniões técnico-políticas, com vistas a levantar subsídios nas diversas áreas, para elaboração dos planos de governo que serviram de fundamentação para consolidar o Estado de Rondônia. Neste trabalho podemos destacar a grande contribuição da Assistente Social Elizabeth Maia da Rocha Paranhos. Neste período se intensificaram os trabalhos de desenvolvimento das comunidades dos bairros de Porto Velho.

É importante entender a conjuntura da profissão no inicio da década de 70 de nosso Estado. A bibliografia era escassa. As informações demoravam a chegar e circulavam com muita dificuldade, havia poucos estudos sobre nossa realidade e também não haviam mecanismos associativos em defesa da profissão. Para se

atualizarem na profissão, os profissionais dependiam de cursos oferecidos pela própria instituição.

Fotos 4 E 5 - Curso de Planejamento e Pesquisa Social para Assistentes Sociais –Auditório da SETRAPS, Porto Velho, 1984. Arquivo pessoal da Assistente Social Lúcia Coqueiro

Todo este grupo de profissionais foi formado na década de 60 e 70, que foi uma fase de muita participação do Serviço Social no processo de desenvolvimento do Brasil através de sua inserção nos movimentos da sociedade. Assim estas assistentes sociais pioneiras aderiram às teorias desenvolvimentistas como possibilidade da participação da população nos modelos de desenvolvimento em curso na região para melhoria de vida das populações.

Trabalhavam com o método de organização de comunidades que se preocupava com a preparação dos indivíduos para as possíveis mudanças indispensáveis ao progresso da comunidade, para isso utilizavam um complexo de conhecimentos e técnicas sistemáticas visando o envolvimento das pessoas para mobilizar e facilitar o uso efetivo de recursos para o desenvolvimento da localidade. Na saúde a participação só era visualizada na dimensão individual, no sentido de engajamento do “paciente” ao tratamento.

3 – O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÃO DE RONDÔNIA DE TERRITÓRIO FEDERAL EM ESTADO DA FEDERAÇÃO.

O cenário de questões sociais que se configurava neste período era decorrente do contínuo fluxo migratório influenciado por três fatos: a continuidade do incentivo à migração pela propaganda governamental sobre o "eldorado brasileiro"; a criação do Estado com chamamento de profissionais de diversas áreas em todo o Brasil, iniciando o chamado "ciclo de funcionários públicos" e a abertura do garimpo de ouro no Rio madeira, levando à chamada "corrida do ouro".

Estimulado pela propaganda governamental de que a Região era o Eldorado Brasileiro, o fluxo migratório se intensificou e se tornou incontrolável, fazendo com que a população do Estado se multiplicasse exponencialmente. Com isso houve um crescimento econômico expresso no aumento significativo da produção do Estado, mas que trouxe atrelado a ele a destruição de grande parcela da floresta e a crescente e intensa demanda por mais terras.

Como diz a Assistente Social Conceição Mesquita *"a chegada dessa gente na época era uma coisa de louco, o povo chegando ... e sendo levado aos lotes para os assentamentos... eram várias Secretarias, umas abriam estradas, outras atendiam as famílias...era muita gente"*.

Essa demanda superou a capacidade de atendimento dos modelos de assentamento do INCRA. Assim novos projetos de assentamento mais simplificados foram criados, - Os modelos de Assentamentos Rápidos (AR), sem infra-estrutura de apoio técnico, ou seja, nestes novos modelos já não havia mais a presença da equipe multidisciplinar trabalhando nos assentamentos, somente nos Núcleos Urbanos.

Este contexto levou a transformação do modelo de base extrativista vegetal e mineral para o modelo agro-pastoril. Os colonos que recebiam lotes estavam obrigados a derrubar parte da floresta para iniciar suas lavouras e para garantir a posse da terra, conforme determinava as normas do INCRA. Porém, à medida que a agricultura de subsistência e de mercado foi sendo abandonada (que acontecia tanto pela concentração de lotes, quanto pela perda de lavouras, como ocorreu com o cacau infestado pela "vassoura de bruxa") foi se instalando a pecuária como atividade dominante, o que motivava mais a derrubada de florestas.

Muitos migrantes que aqui chegavam, não sendo atendidos pelos projetos de assentamento “assumiam o papel de colono e embrenhavam-se na mata a procura de terras devolutas e desabitadas, derrubando mais a floresta, demarcando, ocupando e plantando seus lotes, intensificando os conflitos com índios, seringalistas, seringueiros, grileiros e seus jagunços” (Ott, 2001, p.134), decorrendo daí muitas mortes.

A disseminação de doenças entre os colonos, com destaque para a malária, leishmaniose e febre amarela silvestre, levou ao abandono dos lotes e das colocações e provocou uma nova migração, agora da área rural para as cidades recém-criadas, que foram crescendo desordenadamente com suas periferias de casas de madeira cobertas de amianto ou zinco e sem serviços de infra-estrutura como: energia elétrica, água encanada e saneamento.

Todos estes fatores acima geravam mais e diferentes problemas sociais por todo o Estado, e aumentava a demanda por serviços públicos incluindo os sócio-assistenciais, necessitando portanto, de mais equipamentos sociais e mais profissionais.

O Estado necessitava implantar todos os órgãos governamentais e o mercado não dispunha de profissionais, dessa forma se promoveu um grande chamamento de profissionais de nível superior em todo o Brasil, para atuarem em todas as áreas, dentre estes os Assistentes Sociais, para virem com seu saber técnico, intervir nas questões sociais que se agravavam e contribuir no desenvolvimento social de Rondônia.

Esse aumento de problemas sociais, econômicos e agrários provocados pela efervescente migração, necessitava de uma ação governamental mais ampla. Dessa forma, a alternativa estatal foi a intervenção planejada através de programas e projetos que tinham como objetivo a organização territorial e a promoção do desenvolvimento e assim é que foi iniciado o grande projeto de organização regional do último governo militar, que foi o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil – POLONOROESTE. Para execução deste programa, o governo brasileiro recebeu recursos do Banco Mundial, mas necessitava de instituições como Secretarias de Estado para assumirem responsabilidades sob os diferentes componentes do Programa, sendo então efetivada a transformação do Território em Unidade Federativa em Janeiro de 1982.

Como marco histórico para o Serviço Social nesse contexto de transformação do Território em Estado, foi a também transformação da Secretaria de Promoção Social em Secretaria de Trabalho e Promoção Social - SETRAPS, incorporando as ações de trabalho em suas competências. Nesta época foi implantada a Agência do Sistema Nacional de Emprego – SINE/RO, após grande esforço de persuasão da Secretária e da equipe de Assistentes Sociais junto ao Ministério do Trabalho para instalação deste Programa na SETRAPS. Ainda na gestão da pasta permaneciam como Secretária e Secretária Adjunta as Assistentes Sociais Raimunda Carneiro e Lucia Coqueiro, respectivamente.

A atuação da Secretaria foi ampliada com a criação de Delegacias Regionais nos Municípios, as chamadas DETRAPS, sob a coordenação de Assistentes Sociais. Estes órgãos seguiam a mesma linha de atuação da Secretaria, de acordo com a estrutura de cada município. Quem nos fala deste trabalho é a nossa entrevistada Solange Gotzsch

> "Fui admitida pela então SETRAPS... à frente do Departamento de Comunidade a Assistente Social Delma. Fui lotada em Pimenta Bueno na Delegacia de Promoção Social, com a responsabilidade de coordenar os trabalhos de organização de comunidade, tanto rural como urbana. A DETRAPS tinha como chefe a Assistente Social Zimar T. Pomini e como Chefe da Área do Bem Estar do Menor a Assistente Social Laura. Mais tarde somou-se a nossa equipe a Assistente Social Maria da Paz (falecida)...as áreas de atuação eram organização de comunidade e trabalho com menor, mas, todo atendimento da saúde era realizado pela Assistente Social da Promoção Social, permanecendo por muitos anos a confusão de papéis... num cenário de forte migração interna o Assistente Social assumia um papel de mediar a colocação da mão-de-obra. Para aquelas famílias que chegavam para serem colocadas como empregadas ou 'meeiros' e àquelas assentadas como proprietárias, cabia facilitar o acesso até a Colocação em diálogo com o INCRA".SOLANGE GOTZSCH

A SETRAPS se estruturou organicamente em vários Departamentos e Divisões, e o que determinou a qualidade dos serviços prestados pela Secretaria foi o fato de que todos os cargos de direção foram assumidos por Assistentes Sociais, da Secretária a Secretária Adjunta, Diretoras de Departamentos e Chefes de Divisões. Isto também se estendia a todas as Delegacias instaladas nos Municípios, as DETRAPS, em que Assistentes Sociais assumiam como Delegadas e tinham outras Assistentes Sociais

como Coordenadoras dos Serviços. Isto significou muito para a categoria, que se sentia orgulhosa e prestigiada. Além disso chamava a atenção dos que aqui chegavam, porque o que era desenvolvido era realmente um trabalho técnico que visava unicamente o desenvolvimento humano da população.

Dentre os departamentos das áreas fins destaca-se: Comunidade, Menor, Idoso, Migração, Trabalho e Planejamento, cada um com suas Divisões e cada divisão com suas equipes técnicas.

O Departamento de Comunidade teve como primeira Diretora Delma Jardim, e contava ainda com a Supervisora Conceição Mesquita que Coordenava um grupo de 10 Assistentes Sociais nas comunidades de Porto Velho. Essa equipe deu continuidade aos trabalhos na perspectiva de desenvolvimento de comunidade iniciado pela antiga Secretaria de Promoção Social, já com um trabalho mais reflexivo junto a população. Relembra,

> "Consigo lembrar de Ivonete - Nova Floresta; Auxiliadora Brito - Mato Grosso; Sofia - Centro Comunitário Costa e Silva; Carmen Elizete - Costa e Silva; Maria do Ceú (falecida) - Areal da Floresta; Eliete Cabral – São João Bosco, etc.. Eram duas Assistentes Sociais em cada centro uma com menor/adolescente e outra com a comunidade, trabalhavam integradas com as famílias". CONCEIÇÃO MESQUITA

Quanto aos trabalhos desenvolvidos com as comunidades ela continua relatando,

> "Colocamos as Assistentes Sociais para elaborarem um estudo dos bairros baseado na Pesquisa Participante, uma pesquisa - conhecendo sua realidade. Dali tirávamos os Líderes de Comunidade, um por rua e iniciava as reflexões com eles. Na época usava um material da Igreja, das Comunidades Eclesiais de Base – eram fitas e cartilhas que para a época de Regime Militar, era "muito perigoso" e os psicólogos que trabalhavam com agente, perguntavam se eu não tinha medo das repressões, eu não ligava. Tivemos muitos avanços, iniciou os grupos organizados. Criamos um Grupo de Presidentes das primeiras Associações de Bairros que se fortaleceu bastante e começou a reivindicar serviços públicos como, escolas, centros comunitários, postos de saúde e incentivo a produção etc. junto à Prefeitura a ao Governo do Estado, eu parecia uma louca no mundo, todo dia em reuniões de Bairros...A nossa Diretora Delma e a Diretora de Planejamento Beth Paranhos eram incentivadoras e elogiavam o

> desenvolvimento dos trabalhos e tudo era discutido em reuniões técnicas com toda a equipe". CONCEIÇÃO MESQUITA

No frente do Departamento do Menor estava a Assistente Social Zeneide Araújo, com experiência da Secretaria de Promoção Social onde trabalhou com comunidades. No trabalho com menores a equipe iniciou assumindo a única instituição que trabalhava com menores que era a Casa do Menor Trabalhador próximo à Assembléia Legislativa, e segundo a entrevistada,

> "Quando assumi tinham poucos, oito ou dez menores, iam, lanchavam e voltavam de novo pra rua com aquele carrinho. Não tinha um trabalho feito com eles, depois que começamos a fazer um trabalho com eles de atividades educativas e iniciação para o trabalho, passou para 120 menores. Desses,deixamos mais de 70 trabalhando nas empresas estatais e órgão públicos como, CAERD, CERON, Tribunal, etc. Eles trabalhavam e estudavam". ZENEIDE ARAUJO

As ações desenvolvidas pelo Estado para os menores recebiam incentivos financeiros da Fundação Nacional de Bem Estar do Menor – FUNABEM, que ia desde o apoio para contratação técnica até para construção de centros específicos, assim relata,

> "Passamos a contratar monitores, tanto externo quanto interno. Os monitores externos faziam trabalho nas praças, um contato direto, inclusive aos sábados e domingos, com os menores que se encontravam na rua. Pegavam as crianças e levavam pra essa casa. Lá, eles tinham escola, trabalhavam, tinha boa alimentação e toda a participação dos pais. Contratamos também psicólogos para acompanhar os trabalhos". ZENEIDE ARAUJO

Para a entrevistada, outros eventos que significaram muito para a política com menores na época e também com incentivo financeiro da FUNABEM, foi a construção do prédio do São João Bosco, que depois, foi passado a Igreja, o Centro Profissionalizante do Menor no bairro Costa e Silva para trabalhos com adolescentes em conflito com a Lei, o Centro Profissionalizante Feminino e também o Lar do Menor, para crianças mais novas. Além dessas Instituições, o Departamento também trabalhava com Creches Domiciliares, onde a dinâmica consistia no pagamento de uma taxa

mensal para as “mulheres crecheiras”, que cuidavam dos próprios filhos e de no máximo mais sete crianças, filhos de seus vizinhos.

Para ela *“Nessa época, Rondônia foi considerada o melhor trabalho com menor na região norte. Vieram pessoas do Rio de Janeiro, Manaus e outros para fazer visita e conhecer o trabalho aqui na nossa realidade”*.

A profissional sente orgulho do trabalho realizado e faz questão de relatar o incentivo que recebia do Governador e diz,

> “Lembro, em uma visita ao Estado pelo Ministro Andreazza, o Coronel Teixeira o levou até a Casa para ver os meninos fazerem aquelas cerâmicas belíssimas. E, aí, começamos a fazer outros cursos, inclusive, de hortas. O que colhiam era para alimentação deles. De seis em seis meses, a gente fazia bazares para eles venderem. Depois começaram a receber um percentual daquilo que vendiam. Estudavam fora, dependendo da situação de cada um, se estavam no regime fechado, estudavam na casa”. ZENEIDE ARAUJO

No Departamento de Planejamento a Assistente Social Elizabeth Maia da Rocha Paranhos, coordenava todos os Planos, fazia a supervisão técnica e orientava quanto a política.

O Departamento de Apoio ao Migrante estava sob o comando da Assistente Social Marinilde Helena, que havia saído do INCRA indo para Rio Branco do Acre e retornou a Rondônia por convite da então Secretaria Raimunda Carneiro em função da nova estrutura da Secretaria.

E continuam a chegar novas profissionais para composição das Equipes

Aqui os trabalhos da Secretaria estavam voltados prioritariamente para a execução do POLONOROESTE, com a responsabilidade de desenvolver ações integradas no apoio aos assentados diretamente nos Núcleos Urbanos de Apoio Rural – NUAR, juntamente com as demais Secretarias e outros órgãos governamentais.

Dos 39 Núcleos Urbanos de Apoio Rural – NUAR’s, previstos inicialmente para execução do POLONOROESTE, só foram implementados 20 e nestes todos a SETRAPS lotou uma Assistente Social para integrar as equipe multidisciplinares, além das DETRAPS nos Municípios.

Era um trabalho novo e atrativo para as Assistente Sociais que se formaram nesse período considerando o que nos diz a Assistente Social Agá, que foi contratada para trabalhar no NUAR Nova Riachuelo e relata,

> "Chegando em Rondônia, que era meu sonho, fui trabalhar com agricultores, apaixonada, porque sempre gostei de trabalhar com comunidade, com organização de trabalhadores ... fizemos o curso bem na época da reconceituação, época em que dizíamos não às instituições, que tínhamos que trabalhar mesmo era com organização, com participação popular". AGÁ

Por um lado, no âmbito do Estado, o POLONOROESTE era considerado um absoluto sucesso durante a sua execução, já que as obras de infra-estrutura empregavam dezenas de milhares de trabalhadores e exigiam centenas de máquinas, todos ocupados em abrir caminhos floresta adentro, construindo cidades, cercas e casas, pontes atravessando igarapés e rios pequenos e grandes, os igapós sendo aterrados e asfaltados. Por outro lado, sofria severas críticas de ONGs e organismos internacionais por estar provocando a devastação de florestas e ameaçando a sobrevivência de diversos grupos indígenas.

Vivenciamos estes fatos quando fizemos parte da Equipe Técnica da Secretaria de Planejamento que tinha a coordenação das ações do projeto a nível estadual, e trabalhamos na equipe de acompanhamento do componente sócio-ambiental em uma equipe multidisciplinar. Nesta posição central, nos primeiros anos, a nossa percepção era de que o programa era muito bem sucedido em seus primeiros objetivos e em referência a utilização dos recursos alocados. Um exemplo disso foi inauguração da BR 364 em setembro de 1984, com a presença do então Presidente da República João Batista Figueiredo, que veio a se constituir em um corredor de integração do Estado com o resto do país. Notava-se o aumento da produção agrícola e da renda da população, diminuindo aos poucos, de forma tímida, as disparidades do desenvolvimento entres as regiões. Mas, esta percepção não nos fechava os olhos para os problemas que vinham atrelados a esse modelo de desenvolvimento. Reconhecíamos que a facilidade de acesso promovida pela nova rodovia estimulava a chegada de novas levas de migrantes, atraídos pela distribuição de terras dos novos projetos de assentamento e à procura de empregos e o Estado não se preparou adequadamente para

receber esse contingente, e por isso a nossa posição como Assistente Social sempre foi na defesa de garantir os direitos de vida digna dessas populações.

O Serviço Social participou na execução do POLONOROESTE nas três níveis: Na execução direta junto á população através da SETRAPS nos NUAR's, no nível de coordenação estadual através da SEPLAN, que condensava as ações desenvolvidas por todos os órgãos estaduais envolvidos e, no nível de coordenação nacional através da SUDECO, com a coordenação e acompanhamento do cumprimento pelo Estado das metas traçadas.

Até a década de 70, a história do Serviço Social de Rondônia se confundia com a própria história da política pública de Assistência Social, visto que os profissionais que aqui chegavam, com exceção do pessoal do INCRA, vinham predominantemente trabalhar nessa política. Já no início da década de 80, os Assistentes Sociais chegaram e começaram a trabalhar nas mais diversas políticas públicas e foram construindo propostas de trabalho e conquistando espaços profissionais que estão garantidos até hoje e são detentores de respeito e reconhecimento não só dentro das Instituições como também na sociedade rondoniense e na brasileira, a exemplo do Serviço Social da Previdenciário, o Serviço Social do Judiciário.

Em 1985, durante o governo Ângelo Angelim, a SETRAPS foi extinta. Este ato marcou o desmonte da política pública de Assistência Social, que nas décadas de 70 até meados de 80 contribuira efetivamente para a melhoria dos indicadores sociais do Estado e que, por questões político partidárias. A partir daí foi sendo extinta e recriada sucessivamente, gerida por profissionais de outras áreas, que não tinham a visão generalista dos profissionais de Serviço Social. Este desmonte causou um distanciamento da maioria dos profissionais dessa política pública para outras, que foram se fortalecendo com as equipes, a exemplo do Judiciário e da Previdência.

A semente do Serviço Social do Judiciário foi plantada no início dos anos 80, quando a equipe constituída por 06 profissionais ganhou reforço com a chegada em 1981 de Inês Maranhão, e também em 1985, do grupo que migrou da extinta SETRAPS.

A nossa entrevistada Maria Inês Maranhão conta com muita riqueza de detalhes e com orgulho esta construção.

> "O Serviço Social dentro do Fórum, apesar de ter cinco Assistentes Sociais na época, ainda não estava estruturado. Trabalhávamos na vara de família, órfão, sucessão e assuntos conexos. Na época, o Juiz não passava processo para os Assistentes Sociais, também, havia uma dificuldade muito grande da gente trabalhar, as mesmas de hoje. Não tinha carro e tinha pouco espaço. Quando uma atendia, as outras tinham de sair da sala. Como não tínhamos como trabalhar com o juiz, começamos a nos aproximar dos promotores e a trabalhar com o Ministério Público, porque o juiz só atendia processos. Tudo ficava no mesmo Fórum. Então trabalhava mais com promotores do que com a vara e processos judiciais". MARIA INES MARANHÃO

Naquela época, Rondônia vivia a época do garimpo, com intenso fluxo migratório e os mais diversos problemas sociais, principalmente abandono de crianças decorrente de desestruturações familiares, que eram relegadas a própria sorte e o Estado não possua equipamentos sociais específicos para esse público, como os abrigos. Assim, diante de um poder judiciário ainda fechado ou de olhos vendados para a importância do trabalho do Assistente Social, a equipe, sob o comando da entrevistada buscaram alternativas para dar respostas diante das demandas que a eles se apresentavam e assim, como relata a entrevistada,

> "Foi quando então, começamos a abrir para atendimento geral à população. Então, o que nós fizemos? Como o juiz só atendia processo judicial de vara de família, nós colocamos um aviso no Fórum, que todas as pessoas que chegassem e fossem falar de crianças e famílias, que procurassem o Serviço Social. Começamos a fazer uma triagem desses serviços e, ao invés de esperar que o Juiz mandasse o processo pra nós, nós começamos, então, a fazer os relatórios das informações e situações sociais que nos chegava e mandar pra ele, dessa forma, provocávamos ele a abrir processos daquelas questões. Começamos a atuar dessa forma. E aí, o povo começou a procurar pra entregar crianças pra adoção, foi quando começaram as adoções". MARIA INES MARANHÃO

A Assistente Social relata dos grandes avanços do Serviço Social no Judiciário, que demonstra como lutaram efetivamente para a consolidou do trabalho nessa área e da sua contribuição para garantia de direitos dos cidadãos, ou seja, para o desenvolvimento social do Estado.

> "A primeira adoção feita judicialmente foi em 84. Aí começamos a estruturar,.... mas ainda havia uma dificuldade muito grande de conversar com o Juiz, então, todas as questões quem ia lá falar com ele era eu. Fui escolhida pelas colegas pra ser coordenadora dessa equipe que foi aumentando. Passei dois anos sendo coordenadora extra-oficialmente. E através dessa forma de começar a atender a população, nós conquistamos mais espaços, mas também muitas desavenças principalmente com os advogados. ...foi um trabalho bastante interessante, tínhamos uma coesão muito grande, todos que trabalhavam lá, seis pessoas, se davam bem. A partir de 85 o trabalho foi se expandindo pra outras áreas dentro do judiciário. Conseguimos, então, instalar em julho/85 o Juizado de Menores. O juizado foi instalado do jeito que foi proposto pelos Assistentes Sociais. Na época, conseguimos trazer um Juiz que defendia a atuação do Assistente Social... um Juiz que elevou a figura do Assistente Social no judiciário, mesmo que na época com uma visão, a princípio assistencial, mas, dentro do judiciário ele assumiu essa defesa." MARIA INES MARANHÃO

O Serviço Social na previdência Social em Rondônia começa a se consolidar a partir da chegada da Assistente Social Maria da Penha Pinto Ramalho em 1985, oriunda da Previdência Social da Paraíba. Em Porto Velho, a Instituição era denominada Núcleo de Previdência Social. Com toda uma vivência de 12 anos na política, no Estado da Paraíba, a profissional aqui chegando, apresentou o projeto 'Serviço Social/Perícias/Médicas' com uma linha teórico-metodológica adequada à realidade local e, paralelo ao projeto de atuação foi proposto a implantação da Unidade Executiva do Serviço Social, na estrutura organizacional do Núcleo Estadual do INPS de Porto Velho/RO. As duas propostas foram aceitas e implantadas.

Segundo a Maria da Penha (1985) após quatro anos de implantação da Unidade, a equipe que era composta apenas por duas profissionais, recebeu reforços de treze Assistentes Sociais redistribuídas do Ex-Território de Rondônia, que estavam ainda trabalhando na SETRAPS e com a sua extinção migraram para a previdência. Com esse reforço na equipe, a instituição e a população só ganharam, visto que abriu-se um leque de opções para trabalhos a serem desenvolvidos pelas Assistentes Sociais. De um único projeto que tinham, foram acrescentados mais quatro, já redimensionados a partir da nova política previdenciária preconizada na Constituição de 88: Serviço Social/Benefícios, Serviço Social/Perícias Médicas, Orientação Previdenciária e Serviço Social/Recursos Humanos. Com a criação do INSS, abriu-se maior espaço para o Serviço Social, e foi necessária a criação do Núcleo de Supervisão Técnica de Serviço Social, devido o grau de importância da profissão para a instituição e para a política pública. Atendendo demandas do Serviço Social para execução dessa política pública e

conseqüente melhoria na prestação dos serviços, a Instituição aprovou os Projetos de Interiorização da Perícia Médica, para realização de perícias nos Municípios evitando o deslocamento dos usuários até a capital e o Projeto de criação do Núcleo de Reabilitação Profissional, sendo que este último alcançou um elevado grau de aceitação junto à classe trabalhadora.

Em 1991, a equipe de Rondônia integrando a equipe da região norte, em Manaus, elaboraram o chamado "Projeto 24", com um modelo conceitual de benefícios e serviços previdenciários sob a ótica de direitos dos trabalhadores. Este é um projeto que é considerado um marco do espaço profissional na instituição. Seguindo em 1995, elaboraram a Matriz Teórico-Metodológica, um novo paradigma do Serviço Social previdenciário, rompendo com o modelo tradicional e constituindo-se a produção do repensar a prática profissional, com vistas ao resgate do direito e da cidadania.

Em documento elaborado sobre essa implantação do Serviço Social na Previdência Social em Rondônia, Maria da Penha coloca o significado dessa contribuição para o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

> "O Serviço Social dentro do INSS em Porto Velho/RO teve e vem tendo uma participação ativa e efetiva nas ações da previdência social em seu contexto geral. Tomamos como parâmetro, o início de sua implantação com apenas uma Assistente Social e um projeto, vencendo todas as barreiras e dificuldades encontradas no decorrer de sua implantação, chegando aos dias de hoje, onde o Serviço Social atingiu todos os objetivos e metas propostas desde o início, conseguindo chegar a um reconhecimento regional e nacional, sendo dessa maneira um motivo de orgulho pessoal e satisfação de um dever cumprido". MARIA DA PENHA

A nossa entrevistada Marinilde Helena dos Santos, nos conta com fervor esta construção.

> "Uma experiência muito boa é que, na época que a gente entrou, estava sendo reformulada a linha do Serviço Social, que era uma linha funcionalista. E, com o advento da lei 8213, aí rompeu essa linha e passamos a trabalhar com a linha do dialético, também, casando com o reconhecimento e a defesa dos direitos, ou seja, agente trabalhando em função de reconhecer os direitos da população, viabilizar, propiciar, descortinar esse direito, esse acesso aos direitos, essa burocracia institucional, esse jargão legal da legislação, da legislação

> previdenciária para os usuários, para que ele entenda onde é que ele pode ir buscar o acesso a esses direitos, quais são as diversas formas legais definidas. Então, foi um caminho bem legal que colocamos como projeto 24 – foi uma forma de discutir essa linha funcionalista. Com isso, foi construída a Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social, que é uma espécie de cartilha, com todo o caráter técnico que dava vazão para que a gente trabalhasse não mais fechado dentro da instituição mas, na perspectiva de entender que o trabalhador tinha diversos papéis, ele tinha uma família. Ele antes de ser um segurado da instituição, ele precisava ser trabalhador, que tinha toda uma rede de inter-relações o que fazia dele um cidadão". MARINILDE HELENA

A década de 80 no Brasil no Governo FHC é marcada por uma crise do Estado desenvolvimentista, geradas pelas modificações ocorridas em face das transformações políticas e econômicas experimentada em todo mundo, que trouxe temas importantes para a discussão como: inserção na economia internacional, governabilidade e reforma de Estado. Debate-se nesse momento, a capacidade de o Estado desenvolver políticas públicas construídas no contexto tanto de uma redefinição do pacto político, quanto de um processo da inexorável globalização. Duas inflexões marcaram este governo: O Plano Real e a Contra-Reforma do Estado.

Esta é a chamada 'década perdida' pelas difíceis condições socioeconômicas em que a maioria da população brasileira esteve mergulhada. Representou alguns avanços políticos destaque para: a volta dos partidos políticos de esquerda, das centrais sindicais, das comunidades eclesiais de base - CEB's, movimento progressista da Igreja Católica, orientada pela Teologia da Libertação, que houve grande contribuição às organizações das classes populares.

No interior da profissão vivia-se um movimento significativo de ampliação do debate teórico com incorporação de algumas temáticas como o Estado e as políticas sociais fundamentadas no marxismo. Os Assistentes Sociais iniciaram esta década fortalecidas com o movimento de transformação da profissão que tem como marco o III Congresso Brasileiro de Assistentes Social realizado em 1979 que consolidou o projeto profissional hegemônico do Serviço Social. Neste Congresso tivemos a participação de um grupo de Assistentes Sociais que trabalhavam em Rondônia e tinham a necessidade da atualização profissional para discussão no Estado.

Com as reivindicações da sociedade civil, onde se inseriu também os trabalhadores Assistentes Sociais, deu-se a construção de importantes dispositivos relativo a direitos individuais, políticos e sociais, imprescindíveis à constituição de cidadania. Esta mobilização da sociedade foi fundamental para dois eventos que

marcaram a década. O primeiro foi a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que reuniu quase 5.000 pessoas que defenderam a bandeira da Reforma Sanitária transformada em propostas legitimadas pelos representantes da sociedade civil.

As recomendações da 8ª Conferência Nacional de Saúde serviram de base para a promulgação da Constituição de 1988, com a inserção de um novo modelo de proteção social através da Seguridade Social com seu tripé: Saúde, Assistência Social e Previdência. Daí começa uma nova ótica nas políticas sociais, a defesa dos direitos previstos na Constituição, sob o qual o Serviço Social se baseia para materializar suas ações cotidianas.

Em Rondônia, no final da década de 80, ocorreu a descoberta de ouro desencadeando uma verdadeira corrida do ouro, vindo para Rondônia milhares pessoas se aventurando na atividade de garimpagem. Segundo Ott (2001, p. 165) "Eles irão cavar abismos, remover montanhas, escarafunchar os fundos e desbarrancar as margens dos rios, batear e peneirar milhões e milhões de toneladas de areia, cascalho e lama, queimar o azougue, até vislumbrar o amarelo opaco do ouro saído da natureza".

Este fenômeno levou a ocorrência de várias mazelas sociais como: Aumento da violência, de crimes e de prostituição, desestruturação das redes de solidariedade locais, desestruturação familiar e abandono dos postos de trabalho tradicionais, substituídas pela miragem do enriquecimento rápido, além do aumento de doenças endêmicas com a sua transmissão para as populações urbanas. Tudo isso demandava por serviços públicos de atendimento na área das políticas sociais como saúde, educação, assistência e segurança.

Segundo Ott (2001), nesta mesma época, acontece uma crescente extração de madeiras nobres que inicialmente foi praticada de modo rudimentar e posteriormente com equipamentos mais sofisticados, daí o aparecimento de incontáveis serrarias invadindo as florestas, sem respeitar as terras indígenas nem as reservas florestais, a procura de madeiras nobres como mogno, cerejeira, cedro, etc. Decorria daí inúmeros problemas para os trabalhadores, com acidentes de trabalho gravíssimos com seqüelas e até muitas mortes.

Todos esses problemas desaguavam na Saúde, vivenciamos isto quando trabalhamos no Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, em que "vítimas dos desmatamentos e dos garimpos" eram praticamente entregues ou depositados no Hospital, visto que a maioria não tinha família no Estado. O Serviço Social era demandado para dar apoio a essas vítimas e tomar todas as providências de localização

de famílias nos seus Estados de origem e a responsabilidade de devolvê-los aos entes. Mesmo o Serviço Social se posicionando contra, a recomendação era transferir os doentes e os “desmemorizados” aos seus Estados de origem. Por três vezes tivemos que acompanhar pessoalmente essas vítimas para entregá-los às suas famílias em outros Estados.

A sociedade rondoniense sentia os efeitos dos desmandos políticos e dos desmatamentos, pois sofria e começava a incomodar-se com os efeitos de tamanha destruição que afetava até a sua saúde.

As críticas se acentuavam em relação aos grandes desastres ambientais e o Banco Mundial foi paulatinamente atrasando os repasses financeiros do POLONOROESTE, porém o governo estadual continuava dependendo dos financiamentos externos para consolidar o Estado. Os recursos iam chegando à proporção que o Estado ia cumprindo com os seus compromissos como demarcação de algumas áreas indígenas, estabelecimento de reservas florestais em bloco nos novos projetos de colonização, etc. porém, estas ações não foram capazes de frear a devastação das florestas com derrubadas e fogo para ocupação de posseiros e para empreendedores da pecuária. Todas as avaliações internas e externas apontaram para o fracasso do Programa e da necessidade de buscar-se um outro modelo de desenvolvimento que resultasse não só no crescimento econômico, mas que preservasse a natureza e permitisse ao homem melhor qualidade de vida.

Assim é que no final dos anos oitenta foi idealizado o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), que visava manter o equilíbrio entre o crescimento econômico com a preservação da natureza, convencendo as pessoas de que o desenvolvimento somente é adequado quando sustentável. Porém, percebeu-se que, embora com componentes econômicos e sócio-ambientais bem definidos, acentuou-se um relacionamento conflituoso entre as Organizações da Sociedade Civil e o Governo do Estado, já que os primeiros lutavam por demarcações de áreas indígenas e por delimitações de áreas de preservação e o segundo por sua vez privilegiava as ações que direcionavam somente ao crescimento econômico do Estado, isto levou a uma paralisação do programa. Faltou na época o bom senso para se chegar àquilo que Sachs (2002) chamou de “uma via intermediária entre o ecologismo absoluto e o economicismo arrogante”, que pudesse nos conduzir a um desenvolvimento orientado pelo princípio de justiça social em harmonia com a natureza. O programa nunca foi concluído e nem mesmo o seu Relatório físico-financeiro.

Os anos 90 foi o período de implantação concreta do projeto neoliberal no país no governo Collor, com um processo de modernização do país e inicio das primeiras tentativas de reforma administrativa.

O Serviço Social com seu projeto profissional hegemônico tecido desde a década de 80, confronta-se com o projeto político-econômico consolidado no Brasil, o projeto neoliberal. A principal questão em discussão pela categoria era de como numa realidade político-conjuntural adversa, construir e concretizar uma prática que garantisse um Estado participativo, formulador de políticas sociais com equidade, com universalidade e não discriminatória. Na área da saúde identificam-se dois projetos em disputa, o projeto privatista e o projeto da reforma sanitária.

A categoria em Rondônia, se mobilizava em torno dessa discussão e o CRESS, através da discussão de reformas implementadas no Código de Ética da Profissão, prepara a categoria para o enfrentamento das questões sócio-políticos que se apresentavam nesta conjuntura.

Foto 6 - Seminário "O Novo Código de Ética do Assistente Social", realizado no VI Encontro CRESS Delegacias de RO, RR e AC, com participação de Professor da UNAMA/PA, Porto Velho,1996.

Na área da Assistência Social como já se enfatizou, após a extinção da SETRAPS, houve um desmonte dessa política no Estado que em parte era justificada pelo processo político-econômica que o Brasil passava. No Governo Jerônimo Santana as ações dessa política passaram para a responsabilidade da Saúde. Viveu-se um período muito difícil para o funcionalismo público em função de constantes atrasos de

pagamento, precarização das condições de trabalho, além das ingerências políticas, o que acarretava muitas e longas greves. Só uma greve dos professores nesse período durou 100 dias em função da irredutibilidade do governo em negociar com a categoria.

No Governo Oswaldo Piana Filho, a política foi executada pela recém-criada, ainda no Governo anterior, a Fundação de Amparo ao Menor Carente e Assistência Social – FASER, nos moldes que o Governo Central determinava, em função de recebimentos de recursos através de convênios, principalmente para trabalhar com menores. O órgão não apareceu como órgão executor do PLANAFLORO, visto que a visão de política de Assistência Social estava fragmentada e a sua condução estava nas mãos de políticos e não de técnicos especialistas na área.

Também foi um governo de muita instabilidade política e econômica, tumultuado por vários episódios como: Cassação de Deputados por envolvimento com narcotráfico e desvio de recursos públicos dentre outros. O funcionalismo público também deflagrou recorrentes greves, a exemplo da greve da Polícia Militar por mais de 50 dias, quando houve a necessidade de intervenção no Estado. Mas, coube a este governo a negociação e as ações para implantar o PLANAFLORO, que iniciou em Rondônia o ciclo do desenvolvimento sustentável.

No Governo Waldir Raupp de Matos, continuava a FASER, mas logo foi criada a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social – SETAS para a execução da política no Estado, porém, este também foi um governo tumultuado por casos de corrupção, e não priorizava as políticas sociais, embora o CRESS estivesse em constantes intervenções para garantir a política na ótica do direito.

No final dos anos 90, em1998, outro fato histórico para o Serviço Social em Rondônia. A transformação da então Delegacia Seccional do Conselho Regional de Serviço Social, que era atrelada ao Conselho Regional do Amazonas, em Conselho Regional de Serviço Social 23ª Região Rondônia e Acre. Processo este, que tivemos a honra de conduzir na qualidade de Delegada Seccional de Rondônia com o apoio do Conselho Federal de Serviço Social. Foi um processo histórico em que houve a pressão dos profissionais para que tal acontecesse, considerando que regimentalmente não atendíamos ao dispositivo referente ao número de profissionais inscritos no Estado. Porém a Delegacia vinha alcançando uma representação política no Estado e junto à sociedade com a participação política nos Conselhos de Políticas Públicas de grande relevância local, apresentando demandas que necessitavam e urgiam de decisões políticas dos governantes.

O próximo, o Governo José de Abreu Bianco, deu continuidade a esse desmonte da política de Assistência Social, extinguindo a SETAS e criando a Fundação de Assistência Social – FASER.

A categoria se manifestou oficialmente através do Conselho Regional de Serviço Social ao recém eleito Governador Bianco, propondo a formulação e definição de uma Política Estadual de Assistência Social que avançasse na consolidação dos princípios da descentralização e participação popular definidos na Lei orgânica da Assistência Social pois, embora o Estado dispusesse de um Órgão Gestor, do Conselho Estadual e do Fundo Estadual, faltava-lhe um instrumento importante e precípuo, a Política Estadual de Assistência Social, com definições de seu espaço de ação, gestão e financiamento e propostas de garantia de mínimos sociais para a população que dela necessitar. Foi proposta a construção da mesma com estratégias de discussão e articulação ampla com a sociedade, ou seja, com o consenso de diferentes segmentos sociais para prover-se de legitimidade social. Porém, não houve um compromisso ético nem político do referido Governador.

Este governo deu um duro golpe no funcionalismo público, e nestes estavam incluídos dezenas de Assistentes Sociais, quando no ano de 2000 demitiu cerca de 10.000 servidores. Foi um fato que abalou não só o funcionalismo público, mas toda a sociedade rondoniense como também a própria economia do Estado. Os Assistentes Sociais através do CRESS, juntaram-se ao movimento juntamente com os Sindicatos, ONG's, Igrejas, Clubes de Serviços, etc. montando acampamento em frente ao Palácio do Governo por quase 50 dias e muitas medidas judiciais foram impetradas, porém sem resultados naquele momento. Somente no Governo seguinte houve o reparo desta medida com o retorno dos servidores aos quadros do Governo.

Neste período entre o Governo Raupp e meados do Governo Bianco a política de Assistência Social, foi sendo desenvolvida sem a qualidade técnica, pois já não existiam mais Assistentes Sociais em seu quadro de pessoal. As ações eram puramente assistencialistas com interesses eleitoreiros. Somente nos dois últimos anos de mandato, o Governador Bianco, em função de pressões da Sociedade, do Judiciário e do Ministério Público, despertou para a necessidade de trabalhar a política de Assistência Social, especificamente aquela voltada para os adolescentes em conflito com a Lei. Recebeu ajuda do Judiciário que disponibilizou a Assistente Social Eliete Cabral de Lima para Gerenciar os trabalhos, e convocou um grupo de profissionais Assistentes Sociais e Psicólogos servidores do Instituto de Previdência de Rondônia

(IPERON), que se encontravam em disponibilidade, para trabalharem nessa gerencia. Assim esta pesquisadora juntamente com as Assistentes Sociais Eliete de Oliveira Pantoja, Diacuí Sales de Oliveira, Maria de Lourdes Rolim e Francisca Pinheiro Lima, trabalharam na estruturação dos programas de execução das medidas sócio-educativas para os adolescentes cuja responsabilidade de garantir o sistema de proteção era do Estado através da FASER.

No último ano foi convidada a juntar-se a esse grupo a Assistente Social do Judiciário, Maria Inês de Oliveira Maranhão, para coordenar uma comissão de trabalho criada especificamente com o objetivo de construir uma Política Estadual de Atendimento aos Adolescentes em Conflito com a Lei e consequentemente apresentar proposta de estruturação organizacional para execução da referida política e os programas específicos para execução de cada medida de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os resultados dos trabalhos se materializaram nos projetos pedagógicos e teve como resultado a assinatura de um Convênio firmado entre o Governo do Estado e o Ministério da Justiça para construção de Unidades de Internação de Adolescentes obedecendo os parâmetros arquitetônicos em consonância com a proposta pedagógica. Se materializou também na elaboração da Política Estadual, com níveis de atendimentos regionalizados, na elaboração de programas e projetos específicos de cada área, que foram aprovados tanto pelo Conselho Estadual como pelo Conselho Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Porém, em função da troca de Governo e mudança de toda e equipe da Fundação, os trabalhos sofreram ação de descontinuidade, não houve tempo para execução do planejado, e o Governo que assumiu não deu a importância devida aos trabalhos construídos, voltando a ser realizado por profissionais não comprometidos com o sistema de garantia de direitos.

O Governo Ivo Narciso Cassol, trabalhou todo o seu primeiro mandato com a FASER, também numa linha assistencialista, inclusive com uma falha nesta Política ao transferir a execução de medidas sócio-educativas de meio fechado para o sistema penitenciário, contrariando totalmente o que preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente. Somente no seu segundo mandato, em função de ter assinado um Pacto de Gestão com o Governo Federal, comprometendo-se a fazer um reordenamento institucional para garantia de recebimento de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, extinguiu a FASER e criou a Secretaria de Estado de

Assistência Social - SEAS, que neste momento encontra-se no seu trabalho de estruturação organizacional e de pessoal como preceitua a Lei Orgânica da Assistência Social, com suas normativas através NOB/SUAS e a NOB/RH/SUAS.

Neste período o grupo de Assistentes Sociais da Saúde organizou-se em um grupo de denominado GESSS – Grupo de Estudos de Serviço Social em Saúde, para estudos da política de saúde e a interface desta com as demais políticas públicas com o objetivo de se prepararem para o enfrentamento das questões sociais atuais. O grupo realizou em parceria com o CRESS/23ª Região, dois encontros Estaduais. O primeiro – I Encontro Estadual do Serviço Social da Saúde – I ENCESSS, com o Tema: "A Defesa dos Direitos e a Inclusão dos Usuários nos Serviços de Saúde" realizado em agosto de 2004 em Porto Velho com a contribuição teórica de uma Professora da UNAMA/PA, e o segundo, II ENCESSS, com o tema: "Novos Desafios para o Serviço Social na Saúde", realizado em Ji-Paraná, que contou com a participação do Prof. Dr. Maurílio de Castro da UERJ.

Para as Assistentes Sociais pioneiras, a conjuntura sócio-econômica e política dos vários momentos do desenvolvimento de Rondônia, significaram o desafio do enfrentamento direto com as manifestações da questão social, produto especialmente das condições de vida e trabalho da emergente população rondoniense. Assim, com suas estratégias de intervenção desempenharam um papel sócio-político e profissional importante na construção do Serviço Social e da própria sociedade rondoniense e isto contribuiu muito para a população e teve um grande significado para elas como podemos perceber através dos depoimentos a seguir:

> "Participar do desenvolvimento do Estado de Rondônia, antes de tudo, foi um desafio. A experiência vivenciada neste Estado proporcionou-me um aprendizado profissional que com certeza não teria em outro lugar, por ser Rondônia um Estado com peculiaridades em todos os aspectos. Novos valores também foram agregados à minha vida pessoal, advindos desta vivência". LUCIA COQUEIRO

> "Trabalhar pelo Estado de Rondônia foi uma experiência gratificante, que me proporcionou crescimento e amadurecimento profissional e pessoal, que não teria se tivesse exercido a minha profissão em Belém, dada as dificuldades e o pioneirismo que Rondônia nos oferecia. Estabelecer uma nova visão do Serviço Social na Comunidade, participar dos primeiros estudos para elevação do Território à categoria de Estado e depois atuar na consolidação dos programas sociais do

Governo nas áreas urbanas e rurais dos municípios, são conquistas das quais me orgulho muito".DELMA JARDIM

"Nossa! principalmente, sendo o meu Estado, eu acho que eu participei, eu colaborei pra que hoje a questão social seja discutida por todos. Hoje, pra você ver, tem associação de tudo aqui, do catador de papel até o de.... Porque esse trabalho de desenvolvimento de comunidade é um trabalho de formiguinha que é de médio prazo, pra não dizer de longo. O resultado do teu trabalho com a comunidade não aparece de imediato. Hoje, a gente vê: " meu Deus! Isso não existia aqui em Porto Velho. Não tinha aqui. Quem começou isso fomos nós. Foi isso!. Tudo isso que tá hoje, as associações, todo o pessoal com senso crítico já desenvolvido, buscando os direitos, sabem que é, já sabe também seus deveres, o que deve fazer. E aí, me sinto muito feliz. Já demos um pouquinho de contribuição. Não cansei ainda não, eu ainda estou com forças para lutar e se Deus quiser, vou até morrer porque me dá arrepio quando penso em sair, me aposentar. O que marcou mesmo a gente foi toda a transformação do Estado. Foi toda a garra, vontade, missão desse administrador. Foram duas pessoas que eu admiro por isso: foi o Governador Teixeira e a Raimunda Assistente Social, que começou com um departamento pequeno e lutou por ele, até chegar a Secretaria". ZENEIDE ARAUJO

"É lógico que nesse emaranhado todo não somos mais do que um grão de areia mas, enquanto profissional, a gente se sente satisfeito de saber que a gente conseguiu junto com os demais profissionais, em equipe... Agente olha pra trás, nos lugares, a gente andando hoje. A gente lembra dos NUARs que viraram municípios. Agente vendo as associações com uma certa força política, os sindicatos já bem estruturados com pessoas - embora a gente veja que tem uma linha que desliza - que tem interesses coletivos. Agente observa que os movimentos sociais se fortaleceram. Os movimentos dos trabalhadores rurais no estado tem uma força que não é só no estado, é a nível federal junto ao INSS, em todas as áreas. Hoje, eles dizem assim "a gente já fez tudo que precisava pra reconhecer os direitos, a única coisa que precisa melhorar, ainda, é a efetivação de uma das linhas que é o atendimento médico, na questão da humanização do atendimento". Eles tem uma visão mais clara do Instituto e já com uma certa credibilidade na instituição". MARINILDE HELENA

"Fazendo uma leitura de todo o trabalho do Serviço Social na justiça ele se confunde muito com o desenvolvimento do Estado. Sempre acompanhou todo o desenvolvimento de uma cultura a nível nacional de reconhecimento dos direitos humanos. Exerceu um papel primordial na defesa dos direitos e tem uma historia muito bonita nessa parte de posicionamento, de alguns profissionais, de lutas e que se hoje temos um judiciário aberto que olha mais a subjetividade das pessoas, um judiciário que realmente olha as coisas por muitos ângulos e não um só, deve-se em grande parte a contribuição dos Assistentes Sociais. Foi uma construção muito difícil por ter uma história de 28 anos e essa importância diferencia o judiciário de Rondônia de outros judiciários,

porque a atuação dos Assistentes Sociais daqui é diferente de Assistentes Sociais de outros judiciários, porque existe mais a participação desses profissionais a nível de formulação de políticas, de participação em conselhos, a nível de lutas sociais que não ocorre em outros Estados, onde os Assistentes Sociais ficam encastelados, fechados em uma realidade que se limita a processos e procedimentos. Nós não, temos uma história de participação da construção do estabelecimento dessas políticas, participando dos conselhos de políticas, conselho da categoria, etc".MARIA INES MARANHÃO

"A nível de Estado, o Serviço Social contribuiu muito na construção da cidadania. Os trabalhos do Assistentes Sociais no executivo, ele conseguiu muito isso. Quando a gente chegou o Estado era comandado por governos militares. Mas, de repente, o Serviço Social foi desbravando isso, foi contribuindo e um grupo foi se formando. Alguns se fortaleceram, continuaram e outros recaíram e levantaram mais na frente, com mais consciência do seu papel de cidadão. Acho que isso foi muito bonito e foi de cabo à rabo no Estado, repassando a implantação de nova legislação, do direito do cidadão, da nova constituição. Quem levou esse trabalho de construção de cidadania no Estado foram os Assistentes Sociais. Na implantação da LOAS, do SUS, do Estatuto da Criança e do Adolescente, na divulgação da Constituição, etc. Vejo que tudo isso é no que mais o Serviço Social teve presente, contribuiu e hoje mesmo, a gente tem os resultados. A importância da profissão no Estado de Rondônia, no desenvolvimento de Rondônia, foi a construção da cidadania. Tudo isso foi possível também com a militância política dos Assistentes Sociais, com enfrentamento e posicionamento, diante de muitos fatos, lógico que com limite". MARIA ELZENIR

"O Serviço Social foi tão importante nesse processo de construção da Cidadania, que incomodou muita gente ao ponto de desencadear uma verdadeira perseguição em relação aos Assistentes Sociais. Isso se percebeu no momento que a Secretaria foi sendo desmontada, à medida em que as pessoas eram politicamente indicadas, não com peso técnico – e daí, houve essa perseguição por um bom período. E que, só pelo fato de ser Assistente Social já te excluíam de muita coisa. Muita gente viveu isso. Eu vivi isso. Tenho isso como a importância do nosso papel, e por isso o desmonte da Política de Assistência Social em nosso Estado, que vivemos até hoje." ELIETE CABRAL

"O que me encantou aqui, foi a estrutura da Secretaria, foi o fato de chegar aqui e ter uma Secretaria que era totalmente dirigida por Assistentes Sociais desde a cabeça até a ponta da Secretaria, porque a gente vinha de um Estado em que a política havia tomado conta de tudo. O foco do trabalho era na organização comunitária. O governo precisava dessa estrutura. A organização comunitária era necessária para o desenvolvimento do Estado. Aí acho que contribuímos bastante com o nosso trabalho". ANA PAULA BALDEZ

Diferentemente do primeiro cenário, este segundo cenário de estudo o trabalho do Assistente Social iniciou utilizando o método de desenvolvimento de comunidade, que focaliza a comunidade, seu desenvolvimento global em todos os seus aspectos, principalmente o econômico, ou seja, é um espaço consciente e deliberativo que visa ajudar as comunidades a reconhecerem suas necessidades e assumir responsabilidades cada vez maiores pela solução de seus problemas, através da ampliação de sua capacidade para participar integralmente da vida do país. Já em meados deste cenário, a partir da constituição cidadã, o enfoque foi dado no método da educação para o exercício da cidadania.

Faz parte da formação do Assistente Social o desenvolvimento da capacidade de análise crítica dos fatos e dos contextos para que, verificando eventos que possam limitar os direitos da população se posicionem com coragem e competência na defesa dos direitos humanos. O trabalho desses profissionais nas últimas décadas foi muito importante a ponto de incomodar aqueles que queriam somente fazer política partidária com a Assistência Social e pelos posicionamentos dos profissionais diante dos fatos sofreram ou estavam sujeitas a sofrer represálias, porém isto nunca lhes tirou a coragem e a determinação. Exemplos desses enfrentamentos já relatados são: A Lucia Coqueiro enfrentando a Primeira Dama num Governo Militar tentando modificar a forma de fazer Assistência Social no Estado rompendo com o assistencialismo puro; A Zeneide Araujo que em um dos vários eventos de inauguração de obras pelo Governador Jorge Teixeira em Ji-Paraná, junto com ele no palanque, falou em nome da população e lhe desafiou a equipar a casa ora inaugurada, já que estava sendo sendo entregue somente o prédio, sem móveis ou equipamentos para receber os menores ou para a equipe trabalhar, e isto lhe rendeu um apelido dado pelo próprio Governador, mas que atendeu ao pedido em tempo recorde; A Maria Elzenir que foi trancada pelo então Chefe que não era Assistente Social em uma sala da Secretaria lhe perguntando “o que você faz aqui no Estado, se está falando mal do Estado?” a qual ela respondeu “Eu não estou falando mal do Estado. Estou mostrando uma realidade. Estou fazendo o meu trabalho. Se o Estado não está satisfeito com o meu trabalho, que me demita”, nunca foi demitida pelo contrário, conquistou mais respeito. A Conceição Mesquita, em pleno governo Militar trabalhando com a população as reflexões que eram feitas nas Comunidades Eclesiais de Base difundida pela Igreja e que eram debatidas pelos Militares e a Ana Paula Baldez enfrentando o então Prefeito de um Município,

juntamente com outros profissionais sobre os desvios de dinheiro do POLONOROESTE para campanhas políticas, esta foi punida com a transferência para outro Município.

4 - ÀS POSSÍVEIS CONSEQUENCIAS FUTURAS

Pensamos em conseqüências futuras a partir desta década, quando estamos vivenciando uma política econômica que favorece o capital em detrimento das demandas do trabalho provocando cada vez mais a elevação dos juros, enfraquecimento do setor produtivo gerando baixos índices de crescimento, aumento do desemprego e precarização do trabalho. Para os Assistentes Sociais, esta política de governo na busca da redução do chamado "Risco Brasil", vem reduzindo os investimentos em políticas públicas e agravando mais o "risco social". É crescente o número de pessoas em risco e vulnerabilidade social, ou seja, é crescente a pobreza em nosso país, em que pese as políticas compensatórias de programas de transferência de renda para mascarar esses índices de pobreza.

No mundo e em nosso país, problemas novos convivem com outros antigos: a persistência da pobreza, das necessidades essenciais não satisfeitas, a disseminação da fome coletiva e crônica, a violação de liberdades humanas, liberdades políticas e da ampla negligência social. Por isso mais que nunca os assistentes sociais estão desafiados a encarar a defesa da democracia, das políticas públicas e consubstanciar um trabalho, tanto no cotidiano das ações quanto na articulação com outros sujeitos que partilhem destes princípios.

Nesse sentido, na XIX Conferência Mundial de Serviço Social, promovida pela Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais - FITS, realizada em Agosto de 2008 em Salvador/BA, cujo tema foi "A Concretização de direitos num mundo globalizado e desigual", o Professor José Paulo Neto em seu discurso de abertura sintetizou a gigantesca tarefa que desafia os Assistentes Sociais atualmente frente aos modelos de desenvolvimento que é "contribuir para converter direitos formalmente reconhecidos e concretamente necessários em efetividades sociais".

A categoria dos Assistentes Sociais, através dos organismos representativos tais como: Conselho Federal, Conselhos Regionais, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa, Associação Nacional de Estudantes vem discutindo e se posicionando publicamente frente a esse projeto Neoliberal intensificado. Estes posicionamentos estão expressos em documentos dentre os quais podemos citar: A Carta de Manaus/2005, quando a categoria e órgãos representativos da Região Norte se reuniram em Manaus para discutir a Política Econômica implementada pelo Governo Lula e se posicionou a favor de uma Política Econômica a Serviço dos Direitos Sociais; A Carta da Amazônia/ 2007, quando a categoria juntamente com órgãos representativos da Região Norte discutiu os 50 anos da regulamentação da Profissão, onde um dos focos da discussão foi a Amazônia que "vem sendo dizimada desde os primórdios da colonização, sempre a favor do grande capital, não gerando melhoria da qualidade de vida de seu povo" e proclamam o poder público a assumir o seu papel de principal ente promotor dos direitos sociais. A Carta de Brasília/2008 que em setembro, no encontro da categoria com órgãos representativos nacionais de todo o Brasil, traz publicamente a nossa "profunda inquietação e indignação para com os impactos dos recentes acontecimentos relacionados à crise financeira internacional que já se desenvolve desde 2007 e aprofundou-se e suas consequencias para as políticas sociais e os trabalhadores brasileiros" e conclamam toda a sociedade brasileira a não sucumbir "à cooptação e à fragmentação em torno de um outro projeto de país e de sociabilidade emancipada e livre para homens e mulheres".

Em relação à Saúde, o posicionamento atual da categoria e contra a aprovação da PL 92/2007 que transfere a gestão dos serviços públicos de saúde para Fundações de Direito Privado por entender-se que ela é uma ameaça ao Sistema Único de Saúde – SUS. Segundo Marlon Weichert Procurador do Ministério Público Federal ela tem uma constitucionalidade questionável, quando o Estado precisa contratar a prestação de serviços públicos que envolvem direitos sociais (como a saúde), deve se valer do direito público e não do direito privado. Sara Granemann, Assistente Social professora da UFRJ, no projeto existem brechas jurídicas que podem permitir às Fundações cobrar por seus serviços, gerar lucro e até investir no mercado financeiro, além do que elas criam uma barreira para o controle social, institucionalizam a malversação dos recursos públicos, e em seus Conselhos não há participação social na gestão.

Em nosso Estado, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal está em curso, com investimento pesado em obras de infra-estrutura, de modo especial as de geração de eletricidade com a plena construção de Usinas Hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau no Rio Madeira e de rodovias, numa ofensiva de retomada do crescimento do País.

Antes de iniciar as obras, atores sociais expressavam suas preocupações com estes projetos, que poderão trazer irreversíveis danos ao meio ambiente e sem nenhum ganho social para a região, dentre os quais destacamos: O movimento Madeira Vivo e o Movimento dos Atingidos por Barragens.

Os Assistentes Sociais acompanharam os movimentos e estão atentos no acompanhamento dos acordos de medidas compensatórias, pois como já disse, entende-se que não se trata de se posicionar radicalmente contra, mas de buscar o equilíbrio dos três pilares do desenvolvimento sustentável, ou seja, a prosperidade econômica com qualidade ambiental e justiça social.

Assim, embora, como disse Celso Furtado "a idade não nos outorga direitos mas a experiência nos arma para enfrentar muitos dissabores", dirijo-me aos colegas desta nova geração que tem um grande desafio pela frente, para que avancemos, partindo da experiência passada das *"destemidas pioneiras"* para nos tornarmos *"sentinelas avançadas"* velando para que não voltem a ser adotadas políticas de desenvolvimento cujos benefícios se concentrem nas mãos de poucos sem ganhos sociais para a maioria da população.

Para nos tornarmos "sentinelas avançadas" devemos ter consciência de que, ser Assistente Social, neste mundo globalizado é ficar indignado diante da fome e da miséria e de todas as formas de violência e discriminação respondendo desafios nas batalhas cotidianas da profissão resistindo ao neoliberalismo e suas formas de opressão; é afirmar sua vontade ética de se comprometer com a defesa dos direitos sociais para um dia ver nascer uma nova sociedade em que todos possam viver com dignidade, liberdade e prazer; é romper com o conservadorismo, comodismo e omissão transformando sua práxis em sinais de libertação comprometendo com a qualidade dos serviços prestados à população; é lançar um olhar crítico e de esperança sobre a realidade social e nela intervir e interagir tendo a ética como bússola dos caminhos a seguir encarando condições adversas sem mágica e sem ilusão mas, com competência e muita determinação (Boschetti,1999), enfim é ser propositivo e articulador, saber

socializar , refletir, criar e recriar buscando materializar o projeto ético político da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As construções até aqui concretizadas ao longo deste processo de estudo nasceram a partir da experiência e dos sentimentos da pesquisadora e evidenciam a existência de algumas considerações acerca da importância do trabalho do Assistente Social para o desenvolvimento loco regional. Como enfatiza Marx, é a partir do real, do concreto, que deve partir nosso processo de estudo, reflexão e análise, assim, é através da práxis profissional que é possível identificar como nos reconhecemos enquanto profissionais inseridos na sociedade capitalista.

Assim, não há como falar da contribuição do Assistente Social para o desenvolvimento do Estado de Rondônia ao longo de sua história, sem analisar a própria trajetória de vida pessoal, profissional e social da pesquisadora. Há que se considerar que a mesma também faz parte desta história e se relaciona em seu cotidiano com pessoas que foram e são atores deste processo de desenvolvimento e compreende-se que falar dessa inserção profissional nos vários modelos de desenvolvimento implantados no Estado implica reconhecer sua própria história profissional. Da mesma forma, avaliar a profissão neste contexto significa realizar um processo de auto-avaliação, na medida em que a profissional se reconhece nas falas, nas atitudes, nos sentimentos e nas vivências das profissionais que foram sujeitos do estudo, a partir do reconhecimento de que independente do local onde o profissional atua, constatam-se inúmeras singularidades e que em qualquer espaço de atuação o Assistente Social encontra limitações e grandes desafios para o desenvolvimento de sua intervenção profissional.

Registra-se como desafios enfrentados para a realização da pesquisa, dois fatos, sendo o primeiro o fato das salas das Assistentes Sociais da Saúde serem espaços compartilhados com secretárias e não haver privacidade para atendimento aos usuários nem para concessão de entrevistas. Foi um desafio realizar a entrevista com constantes interrupções seja por trabalhadores da área, seja por usuário demandando serviços, porém, essa dificuldade não gerou nenhum prejuízo à qualidade do trabalho ou para a coleta dos dados. O segundo foi a dificuldade de localizar as Assistentes Sociais para os grupos focais por época de chegada em Rondônia, que demorou um pouco, mas também não prejudicou a qualidade dos trabalhos.

Na realização deste estudo buscou-se responder ao problema de pesquisa proposto, pelo qual procurou-se identificar a contribuição do Serviço Social na discussão do desenvolvimento a partir do trabalho das Assistente Sociais nos diversos momentos históricos e nos principais espaços ocupacionais evidenciados em cada momento. Para isso, inicialmente, elaborou-se um embasamento teórico acerca do tema procurando-se compreender as principais e atuais teorias explicativas do desenvolvimento, os principais modelos de desenvolvimento implantados para a Região e para o Estado e também as relações do desenvolvimento com o Serviço Social.

Buscou-se especialmente reconhecer os principais marcos históricos para o desenvolvimento do Estado, que delimitaram o que se denominou de cenários para identificação das ações profissionais contextualizadas historicamente.

Evidenciou-se que no primeiro cenário de desenvolvimento do Estado de Rondônia que foi delimitado a partir dos primeiros esforços nacionais de colonização do Território Federal de Rondônia, com os modelos desenvolvimentistas o Assistente Social foi demandado como agente integrador e o seu trabalho teve uma grande importância para a adaptação dos migrantes e para o desenvolvimento das comunidades locais.

No estudo as profissionais confirmaram que no início da década de 70 a principal questão social presente era o intenso fluxo migratório que Rondônia sofria e como expressões ou problemas sociais decorrentes dessa questão destacavam-se: ausência de infra-estrutura para atender o contingente migratório, endemias, falta de equipamentos sociais, falta de incentivos ou subsídios agrícolas para os migrantes se estabelecerem, choque cultural, dificuldade de adaptação ao meio ambiente além de atritos com tribos indígenas. Neste contexto as Assistentes Sociais estavam inseridos principalmente na política agrária, e eram demandados a trabalharem especificamente nos assentamentos, onde desenvolviam os trabalhos utilizando a metodologia de desenvolvimento de comunidades. Constata-se que a principal contribuição do trabalho do Assistente Social para o desenvolvimento social do estado foi o incentivo ao associativismo para fortalecimento dos assentados na busca de garantir serviços e os primeiros passos rumo às organizações sociais locais, através de sindicatos de trabalhadores rurais na busca pelos direitos sociais.

Identifica-se que nas demais políticas públicas trabalhavam também com desenvolvimento de comunidades, a exemplo da política de Assistência Social, que teve como resultantes, ou seja a principal contribuição para o desenvolvimento local

foram as primeiras organizações sociais (Associações de Moradores, Centros Comunitários, etc.) nos bairros da cidade de Porto Velho. Nos demais Municípios também trabalhavam na linha do desenvolvimento comunitário nas áreas urbanas e rurais através das Delegacias de Promoção Social estimulando o associativismo como alternativa para produção. Na política de Saúde ainda nesse cenário desenvolvia-se os trabalhos através de práticas terapêuticas, que tinham como resultados o tratamento individual de mazelas coletivas.

Destaca-se todo um trabalho técnico pioneiro de planejamento, estruturação e organização de uma política de Assistência Social, através da Secretaria de Promoção Social, que ao longo dos anos foi sofrendo desmonte em função da retirada da condução da mesma dos técnicos Assistentes Sociais para se colocar essa condução nas mãos de políticos sem compromisso com a garantia de direitos humanos.

Destaca-se também que, embora vivenciando um regime militar os Assistentes Sociais neste contexto, discutiam os modelos de desenvolvimento implantados e as formas de condução das políticas públicas buscando superar o caráter puramente assistencialista e de práticas terapêuticas, para a defesa dos direitos, embora houvesse dificuldades imensas a serem superadas indo desde as grandes distâncias, agravadas pelas precárias condições de estradas, passando pela falta de comunicação até a escassez de estudos sobre a realidade amazônica e movimentos migratórios.

Já neste contexto evidencia-se a importância do trabalho interdisciplinar para qualquer modelo de desenvolvimento a ser implantado, tanto na perspectiva do crescimento econômico como antes, quanto nas perspectivas de desenvolvimento sustentável, considerando que cada profissão, cada saber científico tem sua importância, porque o homem deve ser visto nas suas mais diversas redes de relação.

O segundo cenário configurado a partir do marco histórico de transformação do Território de Rondônia em Estado da Federação, cujos principais problemas sociais eram decorrentes das questões do ainda incentivo à migração ao “eldorado brasileiro”, da busca de profissionais em todo o Brasil para trabalharem nos órgãos públicos e da abertura do garimpo de ouro no Rio Madeira. Rondônia que sofria com o aumento dos problemas sociais, econômicos, agrários e ecológicos, necessitou sofrer uma ação estatal do governo brasileiro, e houve a intervenção planejada através do programa POLONOROESTE, constata-se que os Assistentes Sociais que já não estavam inseridos nos projetos de assentamentos foram chamados a trabalharem na

política de Assistência Social, sendo a SETRAPS uma das secretarias executoras do programa em seu componente social e também já estava inserido em diversas políticas públicas. A categoria já contava com órgão representativo da classe através da Associação Profissional dos Assistentes Sociais – APAS.

Evidencia-se que as Assistentes Sociais eram chamadas a trabalharem nos Núcleos Urbanos de Apoio Rural e tinham como principal método de trabalho o desenvolvimento de comunidade, visando a organização dos trabalhadores e que contribuía com seus trabalhos para o desenvolvimento social do Estado com o fortalecimento das organizações comunitárias.

Evidencia-se também outra importante, talvez a mais importante, contribuição das Assistentes Sociais para o desenvolvimento do Estado que é a construção da cidadania, trabalho que foi levado a todos os rincões e se constitui na principal atividade desenvolvida pelas Assistentes Sociais, que é a disseminação dos preceitos e dos direitos garantidos na Constituição de 1988, na lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único da Saúde, no Estatuto da Criança e do Adolescente, e outras políticas sociais.

No terceiro cenário de inserção das Assistentes Sociais, ou seja, no contexto atual, em que o Estado convive com as questões de intenso fluxo migratório ocasionado pelas construções de usinas hidrelétricas, de forte desagregação familiar, exploração de crianças e adolescentes, de insegurança, de medo, de crescimento dos índices de doenças infecto-contagiosas, de sobrecarga dos serviços de saúde e educação, de precárias condições de moradia, de insuficiência de saneamento básico nas cidades e de disputa pela terra na área rural. Buscou-se inicialmente conhecer o perfil das profissionais que trabalham atualmente na política de saúde, com o objetivo de identificar quais são os sujeitos da pesquisa, de como se inserem e desenvolvem o trabalho. Buscou-se verificar o conhecimento e aplicação dos instrumentos legais e teorias que compõem o projeto ético-político da profissão, as ações desenvolvidas pelos profissionais e a relação do trabalho desenvolvido com o desenvolvimento sustentável.

Conheceu-se o perfil das profissionais da área da saúde onde existe a predominância de Mulheres, na faixa etária entre 46 a 55 anos, católicas, solteiras e separadas, com uma prole de 02 filhos, com mais de 20 anos de formadas em Universidades públicas, com uma faixa salarial entre R$ 2.200,00 a R$ 2.800,00 e com pouca participação política.

Quanto ao conhecimento e aplicação dos princípios e diretrizes da lei de regulamentação da profissão e do código de ética, evidenciou-se que embora em sua maioria as profissionais dizerem que trabalham de acordo com o projeto ético-político da profissão aplicando no seu cotidiano a legislação, existem profissionais que dizem que só tem noção destes e não sabem se os aplicam ou não. Também constatou-se no grupo que existem profissionais que sequer conhecem os preceitos da lei do SUS, ou seja da própria política onde estão inseridas e onde dizem trabalhar na busca de garantia dos direitos dos usuários.

No que se refere às ações desenvolvidas, evidencia-se que na política específica de saúde atual a contribuição do trabalho da Assistente Social para o desenvolvimento do Estado se traduz nas diversas atividades executadas, visto que estão voltadas para o exercício da cidadania pelos usuários, através da defesa dos seus direitos e na inserção destes nos serviços sócio-assistenciais. Ressalta-se que não ficou evidenciado ações na direção do engajamento dos profissionais da área nos movimentos sociais de luta pela defesa do SUS e dos princípios da reforma sanitária, até porque em nosso Estado não temos movimentos sociais organizados nesse sentido, a luta se faz através da participação com posicionamentos nesse sentido, nos fóruns de discussão das políticas e nos organismos de controle social.

Com referencia à relação do trabalho profissional com o desenvolvimento, constata-se que eles se identificam como um dos atores ou agentes do desenvolvimento, na luta pela justiça social, que é um dos pilares do desenvolvimento sustentável e são conscientes do compromisso ético-político da profissão com as classes menos favorecidas e do seu papel na luta pela garantia dos direitos sociais.

O Serviço Social está discutindo o atual processo de desenvolvimento de Rondônia, com a inserção de profissionais em diversos fóruns de discussão e conselhos de políticas públicas como os de: Saúde, Assistência, Segurança, Idoso, Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Deficiente, etc.

Não há dúvidas quanto a importância das contribuições teórico-políticas dos Assistentes Sociais a partir do trabalho realizado para a discussão do desenvolvimento regional.

Assim podemos afirmar que o Assistente Social se insere no interior da discussão sobre o desenvolvimento sustentável como agente de interação ou como elo orgânico entre diversos atores e entre estes e as políticas públicas setoriais, o que

nos leva a concluir que o seu principal produto é o empoderamento das populações locais na escolha de seus modos de vida e de como querem que seus filhos vivam.

Em relação às Assistentes Sociais, cujo trabalho foi referido neste estudo, constata-se que as mesmas possuem muitos desafios, especialmente no sentido de intervir cotidianamente na realidade, dando conta das exigências e demandas dos usuários e da política de saúde, evitando que suas ações sejam rotineiras, formais e imediatistas, tendo em vista o acelerado processo de desenvolvimento que passa o Estado que poderá intensificar os problemas sociais já existentes e propiciar o surgimento de novos. Para tanto é necessário que haja uma qualificação no atendimento e nos serviços prestados pelas Assistentes Sociais, o que requer, dentre outras exigências, a capacitação permanente que possibilite uma postura e uma intervenção investigativa, crítica, questionadora e propositiva.

Nessa perspectiva aponta-se a importância desta pesquisa enquanto elemento fundamental para potencializar a intervenção profissional, na medida em que favorece o conhecimento da evolução da profissão no Estado, os modelos de desenvolvimento pelos quais passou e passa o Estado e a apreensão de demandas que poderão advir com o modelo de desenvolvimento ora implantado. Destaca-se principalmente o compromisso ético da pesquisadora, que além de ter acesso ao conhecimento necessita desenvolver a capacidade de transmiti-lo para a categoria profissional, contribuindo para o desenvolvimento de competências teóricas, técnicas e ético-políticas que garantam a qualificação do trabalho dos Assistentes Sociais para a socialização, a defesa e a efetivação dos direitos sociais.

A partir desse trabalho constata-se a existência de novas possibilidades para continuidade com novos estudos para desvendamento do desconhecido, onde todos ensinamos e aprendemos, pois temos o dever de socializar e reproduzir os conhecimentos adquiridos ao longo de nossa existência, em uma busca coletiva e dialética constante pela manutenção e recriação da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. *Formação do Assistente Social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político.* In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 79. São Paulo:2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL - ABESS/CEDEPS. *Proposta básica para o projeto de formação profissional; novos subsídios para o debate.* Recife, 1996.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70 lda, 1977.

BARROCO, M. L. S. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001.

BECKER, B. K. - *Geopolítica na Amazônia* - Estudos Avançados 19 (53), 2005.

BECKER, B. K. *Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Parcerias Estratégicas* - Número 12 – Setembro, 1999.

BELLEN, H. M. V. *Indicadores de Sustentabilidade: Uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: Editora FGV,2005.

BEHRING, E. R. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, I. *O Serviço Social e a Luta por Trabalho, Direitos e Democracia no Mundo Globalizado*. Texto da palestra proferida na Conferência Mundial de Serviço Social. Salvador: FITS / CFESS, 2008.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo*: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. *Constituição Federa*l, 1988.

____. *Lei Orgânica da Saúde*. Nº 8080, 1990.

____. Ministério da Saúde. *8ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAUDE. Relatório Final*, 1986.

____. Ministério da Saúde. *MAIS SAÚDE: Direito de Todos.* 2008-2011. 2008

____. Decreto n° 86.029, de 27 de maio de 1981, *Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE.*

____. *Lei Complementar n° 041*, de 22 de dezembro de 1981, que cria o Estado de Rondônia.

____. *Empréstimo n° 3.444*, de 19 de setembro de 1992, que autoriza a criação do PLANAFLORO.

____. Lei 8662/93 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências.

BRAVO, M. I. S. & MATOS, M. C. de. *Reforma Sanitária e projeto ético-político do Serviço Social: elementos para o debate. In: Bravo, Maria I. Souza .. [et al.], (org.). Saúde e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

BRAVO, Maria I. Souza. *Serviço Social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais*. São Paulo: Cortez; 1996.

BRUNDTLAND, G. H. (org.). *Nosso futuro comum*. Editora da FGV, 1987.

CAMARGO, A. *A Agenda 21 e o desenvolvimento sustentável: o manifesto do neodesenvolvimentismo*. *In* : Revista Veja de 29 de Maio de 2002, p 106. disponível em file:///E:/A%20AGENDA%2021%20E%200%DESENVOLV..., Acessado em 25/06/2007 as 14:54.

CASTRO, E. *Racionalidade e Gestão do Trabalho em Grandes Empresas na Amazônia.* In: Magalhães, S., Brito, R & Castro, E. (Orgs). Energia na Amazônia. Belém, Vol. 1, MPEG/UFPA/UNAMAZ, 1996.

CASTRO, E. *Estado e Políticas Públicas na Amazônia em Face da Globalização e da Integração de Mercados*. In: Coelho, M., Mathis, A., Castro, E., Hurtienne, T. Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regiona. Belém, Cejup: UFPA-NAEA.2001.

CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL. (3ª revisão revista e atualizada). Brasília; CFESS;1997.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. *Brasil mostra a tua cara – Relatório Final – gestão 1999-2002*. Rio de Janeiro/Brasília: CFESS; 2002.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. A luta dos trabalhadores de todo o mundo contra as desigualdades sociais. Gestão 2005-2008, Brasília, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS "Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do Conjunto CFESS-CRESS". In: Serviço Social e Sociedade (50). São Paulo, Cortez, 1996.

CORREIA, M. V. C. *A Saúde no Contexto da Crise Contemporânea do Capital: o Banco Mundial e as tendências da contra-reforma na política de saúde brasileira.* In: Temporalis – Revista da Asociação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Ano VII, nº 13. São Luiz, 2007.

COSTA, M. D. H. da. *Os serviços na contemporaneidade*. In: FERNANDES, Ana Elizabete S. da Mota (org.). A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez,1998.

COTRIN, B.C. Potencilaidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. Revista Saúde Pública, 30(3): 285-93,1996.

FALEIROS, Gustavo. Programa de lãs Américas Reporte.< http://www.ircamericas.org >-Disponível em 03/10/2007 (21h:54)

FALEIROS, V. P. *Reconceituação do Serviço Social no Brasil: Uma questão em movimento?* In: Revista Serviço Social e Comunidade nº 84. São Paulo: Cortez, 2005.

FILHO, J. A., *A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local.* In Planejamento e Políticas Públicas nº 23. IPEA. Junho, 2001.

FREITAS, H. M. R. de & JANISSEK, R. *Análise Léxica e Análise de Conteúdo: Técnicas complementares, seqüenciais e recorrentes para exploração de dados qualitativos*. Porto Alegre: Sphinx:: Editora Sagra Luzatto,2000.

FURTADO, C. *Os Desafios da Nova Geração*. Revista de Economia Política.Vol.24, n. 4 (96) outubro-dezembro 2004.

FURTADO, C. *Introdução ao Desenvolvimento. Enfoque Histórico-Estrutural.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GENTILLI, R. de M. L. *Representações e Práticas: Identidade e processo de trabalho no serviço social*. 2ª ed. Revista. – São Paulo: Veras,2006.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas,1991.

GONDIM, N. *A invenção da Amazônia.* São Paulo: Marco Zero,1994.

GUERRA, Y. Os *Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade*. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4.1. CFESS: Brasília, 2000.

GUERRA, Y. *Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social.* In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 62. São Paulo, 2000.

HARADA, Kiyoshi. Revista Juristas (11/06/2007).< http://www.juristas.com.br >- Disponível em 02/10/2007 (21h:30)

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil; esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez,1998.

JACOBI, P. *Meio Ambiente e Sustentabilidade* – Artigo da Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2001.

KOHLHEPP, G. *Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 16, n. 45, p.37-61, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php. Acesso em: 17 out. 2007.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural; 1984.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. 6.ed.São Paulo: Atlas AS., 2006.

MARTINELLI, M. L. (Org.). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: Identidade e Alienação*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARX, K. ; ENGELS, F. *O Manifesto do Partido Comunista*. 3 ed. São Paulo: Contraponto, 1997.

MARX, K. ; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 8. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

MATOS, M. C. *Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social*. In: Assessoria, Consultoria & Serviço Social. Bravo, M.I. ; Matos, M. C. Org. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

MERHY, E. E. Saúde: *A cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: Editora Hucitec; 2002.

MERHY, E. E. [et al.] Org. *O Trabalho em Saúde: olhando e experenciando o SUS no cotidiano.* São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.

MINAYO, M. C. de S. ; SANCHES, O. *Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade?*. Cadernos de Saúde Pública. Rio de janeiro 1993.

MODESTO, G. *A contribuição do INCRA dentro do processo de ocupação do Território de Rondônia*. Porto Velho: CETR/INCRA,1981.

MOTA, A. E. *A Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.* São Paulo, Cortez, 1995.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social – Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64.* 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P. *O Desafio de Concretizar Direitos numa Sociedade Globalizada e Desigual.* Texto da Conferência Magna da Conferência Internacional de Serviço Social. Salvador; FITS / CFESS,2008.

NOGUEIRA, R. P. *O processo de produção dos serviços de saúde.* Rio de Janeiro, Fiocruz/ ENSP,1990.

OTT, A. M. T. *Dos Projetos de Desenvolvimento ao Desenvolvimento dos Projetos: O PLANAFLORO em Rondônia*. Florianópolis. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC. Florianópolis, 2002.

PEREIRA, W. S. B. *Tuberculose: dimensões da interrupção do tratamento.* Porto Velho, EDUFRO, 2001.

PEREIRA, W. S. B. *À Sombra das representações coletivas: encontros e desencontros no tratamento da tuberculose em Porto Velho, Rondônia. 2004.* Tese (Doutorado) – Programa de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 230 p.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano.* Anuais: 1990 a 2004. http//:www.pnud.org.br, acessado em junho 2008.

POPPER, K. R. *A lógica da pesquisa científica*. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. *Serviço Social Previdenciário na SEX Rondônia: Ações e Estratégias Profissionais*. INSS, Gerencia Executiva de Porto Velho. Serviços e Benefícios. Porto Velho, 2004.

RABELLO, A. C. B. *Inventando o outro: Representações do Desenvolvimento e da Fronteira amazônica*. 2004. Tese (Doutorado) – Programa de em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2004.

RAMALHO, M. DA P., *Implantação do Serviço Social ano 1995*. Documento digitado do INSS, Porto Velho, 2004.

RANAN, Albuquerque. Amazonas em Tempo (30/01/2007).< http://www.riosvivos.org.br> - Disponível em 08/10/2007 (10h:44)

RIGOTTO, R. M. *Saúde dos Trabalhadores e Ambiente: por um desenvolvimento sustentável*. Texto para a Conferencia Nacional de Saúde dos Trabalhadores. 2005.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social. Métodos e Técnicas.* 3 ed. São Paulo: Atlas S.A, 1999.

RIVERO, J. Notas de Sala de Aula do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. UNIR, 2008.

RONDONIA. *Secretaria de Estado da Saúde*. *Plano Diretor de Regionalização/ 2006.* DEOSAD/SESAU. 2006

SACHS, I. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.* Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. *Rumo ao Ecosociodesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução LauraTeixeira Mota, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TEIXEIRA, J. B. *Práticas Interdisciplinares: A organização dos profissionais na sociedade moderna.* Apresentado no Seminário de práticas interdisciplinares em Saúde. UFPA, 2005. (Texto).

TEIXEIRA, N. *Saúde e organização por local de trabalho*. In: Saúde, meio-ambiente e condições de trabalho - conteúdo básico para uma ação. São Paulo: CUT/Fundacentro, 1995.

TURATO, E. R. *Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa*. Revista Saúde Pública 2005;39:507-14.

VASCONCELOS, A.M. et. al. Profissões de Saúde, ética profissional e seguridade social. In: Saúde e Serviço Social. Bravo, M.I.S. et al (organizadoras). 2ed. – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro; UERJ,2006.

VASCONCELOS, A. M. *A prática do Serviço Social cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento Sustentável; O Desafio do Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

WELITON, M. AmazonPress (21/06/2007).<http://www.amazonpress.com.br> - Disponível em 06/1 0/2007 (11h).

YASBEK, M. C. *Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasi*l. In: Temporalis – Revista da Asociação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Ano II, nº 3. Brasília,2001.

APÊNDICE A – Guia de Entrevista

GUIA DA ENTREVISTA

Unidade: **Setor:**

1. PERFIL GERAL

1. Nome/pseudônimo: 2. N° da entrevista: _____
3. Sexo: ( ) masc ( ) fem 4. Idade
5. Situação conjugal: ( )casado ( )solteiro ( )viúvo ( )divorciado ( )outro
6. Religião: praticante: frequencia:
7. N° de Filhos: 8. N° de Dependentes
9. Grupo étnico-racial: 10. Orientação sexual:
11. Formação:

Graduação: instituição: ano:

Pós graduação: qual? Instituição: ano:

Mestrado: qual? Instituição: ano:

Doutorado: qual? Instituição: ano

Aperfeiçoamento:

2. RELAÇÕES DE TRABALHO

1. Tempo de profissão: 2. Tempo de atuação na profissão:
3. Tempo de serviço na unidade: 4.Tempo de atuação no cargo:
5. Seu vínculo é: ( )estatutário ( )temporário ( )contratado ( )terceirizado
6. O seu turno de trabalho é: ( )diurno ( )noturno ( )em turno Regime:
7. Carga Horária: Horas trabalhadas:
8. Possui outras atividades fora?

( ) na área Instituição: carga horária:

( ) em outra área Instituição: carga horária:

9. Renda mensal:

Na Instituição? Em outra Instituição:

3 – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

---

1 - Participa de alguma atividade política (movimentos sociais, movimentos sindicais, conselhos de políticas sociais , conselhos de defesa de direitos, etc.)

- como é sua participação/ frequencia?
- qual a representação?
- o que significa pra você?

4 - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

---

1 – Qual a Localização do Serviço Social na Estrutura Organizacional da Unidade?

2 – O SS tem um projeto de intervenção definido para esta instituição?

- você pode falar sobre ele?
- ele é seguido para programação das ações?

3 – Existe o Planejamento das Atividades do Setor? Mensal?Semestral?Anual?

4 – Há um Processo de Controle/Monitoramento e Avaliação (Supervisão Técnica)? De que forma isso ocorre?

5 – É utilizado algum instrumento de Controle e Avaliação? Fale sobre isso.

6 - Existem normas e rotinas para o SS?

- como é o cumprimento destas na prática?

7 – Existe padronização de atividades ou procedimentos? quais?

- o que você acha desta padronização?

8 – Como você considera o modo de distribuição das atividades na equipe? fale sobre ela.

9 – Existe a rotina de Reuniões Técnicas, Grupos de estudos de casos, etc.?

10 – da forma como está organizado o Serviço Social nesta Unidade, lhe permite usar suas potencialidades e criatividade no trabalho diário?

11 – Comente sobre as Condições de Trabalho que a Instituição oferece para realizá-lo.

- aspectos físicos (local, iluminação, ventilação, higiene, ruídos, EPI, etc.).
- fale a respeito dos equipamentos e materiais disponíveis.
- comente sobre carga horária, turno de trabalho, adequação de pessoal, etc.

12 – O que você pensa sobre as Políticas Organizacionais?

- a respeito de que pontos você tem conhecimento das políticas empregadas pela instituição (melhoramentos, expansão de área física, planejamento, benefícios, plano de cargos e salários, etc.)?
- você é convidado a participar e dar opinião a respeito de mudanças, decisões, normas e rotinas a serem implantadas na instituição?
- você procura se inserir nos trabalhos que definem as políticas organizacionais?

5 – TRABALHO TÉCNICO PROFISSIONAL.

---

1 – O que faz o Serviço Social na Área da Saúde?

2 – Quais os pressupostos teóricos, técnicos e éticos-políticos que balizam sua intervenção profissional junto a população usuária deste Serviço?

3 - Conhece a Lei 8080? Princípios do SUS. Os aplica no seu cotidiano? como?

4 – Conhece a Lei 8142? (Conferências e Conselhos de saúde).

5 – Conhece o Pacto da Saúde (Pacto de Gestão – Pacto pela Vida – Pacto em defesa do SUS)?

6 - Sabe como está organizada a Saúde no Estado? Conhece o PDR/RO.

7 - Tem conhecimento como se dão as pactuações entre as três esferas de gestão?

8 - Conhece as portarias e normas de funcionamento da unidade e do sistema de saúde no Estado?

9 - Conhece o funcionamento dos programas de controle de doenças? tem registro de informações, manuais normas e rotinas dos serviços, lista dos serviços e equipamentos sociais com nomes, endereços e telefones e dinâmicas de atendimento?

10 - Conhece a Política Nacional Humanização? Participa dos comitês de humanização? Como qualifica a sua participação nessa Política?

11 - Propõe estratégias e articula iniciativas para desencadear atividades voltadas para o trabalho interdisciplinar de humanização?

12 - Conhece a legislação social? suas, eca, código de defesa do consumidor, legislação previdenciária,etc. As aplica em seu agir cotidiano? Como?

6 - TRABALHO TÉCNICO PROFISSIONAL.

1 – Quais as principais atividades que você desenvolve?

2 - Como operacionaliza essas atividades?

3 - Quais os Instrumentos de trabalho que você utiliza?

4 - Existem questionários ou entrevistas padronizados para toda a equipe de saúde? - E para o SS?

5 – Qual a finalidade principal dos dados coletados pelo AS?

6 - Os demais membros da equipe de saúde utilizam as informações do SS?

7 - Os pacientes e/ou familiares são encaminhados pelo médico ou demais membros da equipe para o SS?

8 – Existe a sistematização da prática?

- como é a rotina e procedimentos de registro das atividades prático-interventivas?

9 – Existem dificuldades/limitações no cotidiano da prática profissional na Instituição? Fale delas.

10 - Existem novas demandas colocadas ao SS

- pela Instituição? Quais?
- pelos Clientes/Usuários? Quais?

11 – Em relação ao que realiza cotidianamente, você gostaria de desempenhar suas atividades de outra maneira? Como?

12 - Existe o engajamento do SS em práticas multidisciplinares e interdisciplinares?

13 - Propõe reconstrução dos processos de trabalho interdisciplinar na perspectiva da integralidade do atendimento? Fale dessas iniciativas.

14 - Luta pela ampliação e incorporação de novos direitos? De que forma

7 – ARTICULAÇÃO COM O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DA PROFISSÃO

1 - Conhece a legislação profissional

- Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8662
- Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social – ABEPSS
- Código de Ética do Assistente Social

- Tabela Referencial de Honorários elaborada pelo CFESS.

2 - Como as aplica em sua prática cotidiana?

3 - Respalda a sua prática cotidiana nessa legislação? de que forma?

2 – Como é seu relacionamento com o CRESS

- Conhece as atividades?
- Participa sistematicamente delas?

8 – TRABALHO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO

---

3 - Qual sua percepção do significado do trabalho que realiza?

4 - Para você o que é necessário para enfrentar as questões sociais/sofrimento social hoje em nosso Estado?

5 – Qual a relação do seu trabalho com o desenvolvimento local?

6 – Você acha que o conhecimento adquirido com o seu trabalho pode contribuir com a elaboração das políticas de desenvolvimento do Estado? Como?

M***ANIFESTE LIVREMENTE O QUE CONSIDERA RELEVANTE INFORMAR A RESPEITO DA CONTRIBUIÇÃO DO SEU TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL QUE A ENTREVISTA NÃO CONTEMPLOU.***

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PARTICIPANTE.

Pelo consentimento livre e esclarecido, eu _____ declaro que fui informado de forma clara e detalhada, dos objetivos, da justificativa e da forma de trabalho desta pesquisa, através de encontro individual. Fui igualmente informado sobre:

- A garantia de requerer respostas a qualquer pergunta ou dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados ao trabalho;
- A liberdade de retirar o meu consentimento a qualquer momento, e deixar de participar do trabalho, sem prejuízos a minha pessoa;
- A segurança de que não irei ser identificado e que se manterá o caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
- O compromisso de acesso às informações, com a responsável pelo trabalho e sua orientadora, em todas as etapas do trabalho e/ou no momento que solicitar, bem como dos resultados.

Ciente das informações anteriores, autorizo a gravação da minha fala e a utilização da mesma em trabalhos científicos a serem realizados.

Porto Velho/RO, _____ de _____ de 2008.

_____ _____

Pesquisadora Participante

ANEXOS

I – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA – COMITÊ DE ÉTICA – NUSAU -UNIR

II - AUTORIZAÇÃO DO GESTOR DA INSTITUIÇÃO